


A Defesa Nacional

N.º 634

NOV/DEZ 1970

Neste número :

- 
- Editorial — Carta de Deodoro ao Imperador D. Pedro II
 - Os Jesuítas Portugêses Contra a Inquisição
 - Revolução Comunista Russa
 - Bilhetes a um Aspirante
 - Qualificações Militares do Exército
 - Terrorismo Rural
 - Operações Psicológicas
 - Sobrevivência
 - Elementos Básicos da Nacionalidade
 - A População Brasileira e sua Distribuição Espacial
 - Um Freio à Corrida Armamentista
 - Forças Helitransportadas de Infantaria
 - Novos Problemas Jurídicos do Prata
 - Uma Organização para a Artilharia de Campanha Brasileira
 - Região Amazônica: Um Outro Brasil... Quase sem Brasileiros
 - Estatísticas para o Planejamento

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

Rio de Janeiro — Brasil.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
57.º

Rio de Janeiro, GB — Nov/Dez 1970

Número
634

SUMÁRIO

	Págs.
EDITORIAL — PRÓDROMOS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	3
OS JESUITAS PORTUGUESES CONTRA A INQUISIÇÃO: A CAMPANHA PARA A FUNDAÇÃO DA COMPANHIA-GERAL DE COMÉRCIO DO BRASIL — I.S. Révah — Trad. pelo General Felcissimo de Azevedo Aveline	9
REVOLUÇÃO COMUNISTA RUSSA — Maj Inf Hélio Costa	35
BILHETES A UM ASPIRANTE — Gen Ex A.C. Moniz de Aragão	47
QUALIFICAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO — Cap Orlando Ferreira da Mota	57
O TERRORISMO RURAL — Maj P. Marcos	65
OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS — Cel Cav João Severiano da Fonseca Hermes Netto	69
SOBREVIVÊNCIA — Cel Carlos Fernando	77
ELEMENTOS BÁSICOS DA NACIONALIDADE — O HOMEM — Gilberto Freyre	81
A POPULAÇÃO BRASILEIRA E SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL — Glycon de Paiva	95
FORÇAS HELITRANSPORTADAS DE INFANTARIA — Cap Inf Antônio Apparello Ignácio Domingues	99
INFORMAÇÕES	
PESQUISA SOBRE O COMPORTAMENTO DO CURRÍCULO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO DO 1.º ANO DO CURSO BÁSICO — Maj Antônio Fernandes Silva	105
UM FREIO A CORRIDA ARMAMENTISTA — Tenente-Brigadeiro Nelson Freire Lavenère Wanderley	123
NOVOS PROBLEMAS JURÍDICOS DO PRATA — Clóvis Ramalhoto	135
UMA ORGANIZAÇÃO PARA A ARTILHARIA DE CAMPANHA BRASI- LEIRA — Ten Cel Art Roberto Nunes Mendes	147
REGIÃO AMAZÔNICA: UM OUTRO BRASIL	157
FOBIAS — Gen Div Dr. Olyntho Pillar	161
NOSSOS LEITORES PERGUNTAM	169
DE REVISTAS E JORNAIS	
ESTATÍSTICAS PARA O PLANEJAMENTO — Isaac Kerstenetzky	169
DE "O GLOBO"	
EUA CONTROLAM MERCADO DE ARMAS	173
DE "FRANÇA EM REVISTA"	
UMA NUVEM DE HÍDROGÊNIO DESCOBERTA NO ESPAÇO PELO PROF. BLAMONT	181
CENTRO ESPACIAL DA GUIANA FRANCESA	183
DE "O GLOBO"	
BRASIL 2000 DEPENDERÁ DO ENSINO NA DÉCADA DE 70	187
DE "CARTA SEMANAL"	
BACIA DO PRATA	191



editorial

PRÓDROMOS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Na formação histórica de nossa nacionalidade, o 15 de Novembro de 1889 se constitui em uma das datas mais significativas. Como homenagem tôda especial ao **Proclamador da República**, a **DEFESA NACIONAL** publica uma das cartas do **Marechal DEODORO** ao Imperador **D. PEDRO II**, durante a chamada **QUESTÃO MILITAR**, quase três anos antes da **AURA DE NOSSA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA NO CONTINENTE ONDE RESPLENDIA A DEMOCRACIA**.

"Senhor.

Conceda V. M. Imperial permissão a um dos vossos mais respeitosos amantes e leais súditos, de tomar vossos preciosos momentos em petição de justiça. E não venho só... é, por assim dizer, o EXÉRCITO TODO, TÔDA A CLASSE MILITAR, QUE VEM POR MINHA VOZ DEPRECAR A V. M. Imperial.

Senhor! Sabe V. M. Imperial da repreensão que foi infligida a coronel do Exército por uma justa e quiçá franca resposta a insultantes doestos de um deputado da Nação; e da maneira por que se tratou dêsse assunto no Parlamento, mesmo por parte do Ministério, como que se fazendo proposital alarde em desprestígio do Exército.

Sabe também V. M. Imperial da repreensão infligida a outro oficial superior do Exército, chamado a terreiro nessas discussões alimentadas pelo próprio governo, que já não se contentava com o desprestígio da classe militar, que a rebaixava ante cidadãos que, não sendo governo, não podiam ser considerados superiores hierárquicos de classe alguma, e que não sendo militares, com elles não entendem os preceitos disciplinares sobre discussões na imprensa entre militares.

Sabe V. M. Imperial dessas repreensões injustas, feitas com espalhafato, com publicidade em todos os jornais, e, por conseguinte, tornadas patentes à Nação e ao mundo inteiro, a dois oficiais superiores do Exército. No Parlamento, que representa a Nação, rejubilavam-se, e quase sem imputação, pela irresponsabilidade de que gozam, apraziam-se em molestar e insultar os militares!

Senhor, só quem não fôr soldado, só quem não tiver ou não compreender a menor noção do brio e dignidade militar, só quem julgar que a farda do soldado é libré do servilismo e da baixeza, poderá ver, sem corar de vergonha, sem estremecer de indignação, um tal procedimento, que já não é um desacato da autoridade, mas um insulto à classe militar.

COUBE-ME, SENHOR, POR MINHA POSIÇÃO ESPECIAL NO EXÉRCITO NESTA OCASIÃO, o dever de solicitar dessa autoridade superior que sobreestivesse em seus atos reconsiderasse suas decisões e resolvesse-as de conformidade com a razão, o direito e bom senso.

Essa resolução seria necessária em prol daquela classe. E ERA DE RAZÃO E DE PRUDÊNCIA.

O Exército tinha estremecido e ansiava por uma decisão que o libertasse dessa exposição ao menosprêzo público, e

que o mostrasse respeitável e respeitado dentro dos limites da lei.

E NÃO SÃO EXIGÊNCIAS DE UM PRETENSO PUNDONOR, É A PRÓPRIA DISCIPLINA QUE O EXIGE. A DISCIPLINA MILITAR NÃO PERMITE AO SOLDADO RECEBER AFRONTAS E VILIPÊNDIOS; A DISCIPLINA QUER NO SOLDADO — E ISSO NO MAIS ALTO GRAU — BRIO, DIGNIDADE E HONRA.

A OBEDIÊNCIA DO SOLDADO NÃO VAI ATÉ O PRÓPRIO AVILTAMENTO, O SOLDADO É OBEDIENTE, MAS NÃO SERVIL, E AQUELE A QUEM NÃO REPUGNAREM ATOS DE BAIXEZA E SERVILISMO NÃO É DIGNO DA FARDA QUE VESTE, farda que é a mesma que V. M. Imperial honra trazendo-a.

O Governo Imperial, Senhor, por um ato da reflexão e justiça, mandou estudar a questão pelo Conselho Supremo Militar, tendo por base avisos do Ministério da Guerra, errôneos ou mal interpretados.

A veneranda corporação não vacilou em seu juízo; velhos generais, ainda lhes pulsam nos peitos corações de soldados; veteranos, conservam eterno o fogo sagrado do pundonor militar, aliado à hombridade do cidadão.

V. M. Imperial em sua alta justiça concordou com o parecer do venerando tribunal, e mandou executá-lo em data de 3 de novembro do ano passado; mas até hoje, Senhor, o Exército e a Nação esperam essa execução. O EXÉRCITO RECEIA SER O LUDÍBRIO DE UMA PROCRASTINAÇÃO ACINTOSA.

Eis por que, Senhor, eu que sou soldado e me honro em sê-lo, mas que, no entretanto, sinto-me, COMO MEUS COMPANHAIROS DE ARMAS, VEXADO, ENVERGONHADO, SOB O PÊSO DO VI-

LIPÊNDIO; DESILUDIDO DA ATENÇÃO DA AUTORIDADE, MAS NÃO DESENGANADO, RECORRO A VOSSA MAJESTADE.

É pois, Imperial Senhor, com o mais profundo respeito, que venho em nome do Exército, em nome da classe militar, pedir a V. M. Imperial se digne de 'atender à questão e resolvê-la com aquela inteireza e justiça que presidem a todos os atos de V. M. Imperial' — Senhor a quem Deus Guarde. — De V. M. Imperial, o mais respeitoso, obediente, leal e amante súdito. — Manoel Deodoro da Fonseca. — Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1887.



PROCLAMADOR DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS
DO BRASIL

15 / Nov / 1889



MARECHAL MANOEL DEODORO DA FONSECA

Os jesuítas portugueses contra a Inquisição: a campanha para a fundação da Companhia- Geral de Comércio do Brasil (1649)

Por I. S. REVAH

Tradução pelo Gen (Res)

FELICISSIMO DE AZEVEDO AVELINE

I

No excelente artigo que dedicou à reconquista de Pernambuco, o professor C.R. Boxer se manifesta, com razão, contra os historiadores que viam na ocupação holandesa do norte do Brasil, uma temerária empresa votada ao insucesso. Em verdade, no período 1645/1654, a situação era igualmente difícil nos dois campos: holandeses de um lado, luso-brasileiros do outro. Foram dois acontecimentos importantes que fizeram pender a balança de modo decisivo: a fundação da Companhia-Geral de Comércio do Brasil, em 1649, e a guerra anglo-holandesa que começou em 1652.

Nosso objetivo é estudar aqui a campanha que conduziu à formação da companhia comercial, isto é, a mudança de orientação impressa pelo Rei João IV à política tradicionalmente seguida pelos monarcas portugueses a respeito de seus súditos "cristãos-novos", descendentes dos judeus convertidos à força ao catolicismo em 1497. Os "cristãos-novos" constituíam o grosso da classe dos comerciantes

portugueses; sua importância econômica era também grande no Brasil. "Os Judeus eram senhores dos mais e os melhores encargos que há nestas Capitanias," escrevia, em 1645, Martim Soares Moreno a João IV. Por outro lado, os judeus portugueses estabelecidos na Holanda, formavam igualmente uma potência econômica, cuja importância não é preciso exagerar nem subestimar. Eles tinham, em particular, interesses na Companhia holandesa das Índias Ocidentais.

Ora, quando a 1.º de dezembro de 1640 o Duque de Bragança foi proclamado Rei de Portugal, a restauração de uma monarquia nacional não parecia implicar em uma modificação sensível da política seguida pelos reis da península, a respeito de seus súditos de origem judaica, política baseada na ação de uma Inquisição propriamente peninsular, cujas normas eram muito mais rigorosas que as do Tribunal análogo que funcionava em Roma.

Na realidade, os dois últimos soberanos espanhóis, Filipe III e Filipe IV, tinham já tentado mo-

derar a ação do terrível tribunal. Certamente, não por motivos humanitários, mas em razão de embaraços financeiros crescentes da monarquia espanhola. Seus ministros não podiam deixar de aceitar os oferecimentos dos "cristãos-novos" portugueses que, em troca da amenização de sua penosa situação, propunham quantias importantes. Assim é que, a 4 de abril de 1601, os "cristãos-novos" obtêm, mediante uma "oferta" de 170.000 cruzados, a permissão de sair livremente do Reino, com a promessa de que essa autorização jamais seria revogada. A 16 de janeiro de 1605, um donativo de um milhão e setecentos mil cruzados lhes permitia obter um perdão geral do qual se beneficiaram numerosos prisioneiros dos cárceres inquisitoriais. Naturalmente, essas concessões provocaram violentos protestos sábiamente dirigidos, como de ordinário, pela Inquisição portuguesa e, em 1610, a permissão de deixar o reino, concedida em 1601 de maneira irrevogável, era anulada.

Mas, desde a elevação ao trono de Filipe IV, os "cristãos-novos" portugueses assediaram o monarca com pedidos de revisão de seu estatuto, pedidos acompanhados de oferecimentos de dinheiro. Não faz parte de meu propósito narrar as longas conversações a que deram lugar as propostas dos "cristãos-novos". Basta dizer que o resultado foi negativo para as vítimas do organismo inquisitorial, cujo Regulamento não sofreu modificação alguma. O único resultado concreto destes longos anos de discussões (elas se prolongaram, com efeito, de 1621 a 1633)

foi, em 1629, o restabelecimento, esta vez definitivo, da permissão de deixarem livremente o Reino.

Tudo o que poderiam almejar os "cristãos-novos" portugueses, era que as dificuldades financeiras da monarquia restaurada, engajada em uma luta implacável contra a Espanha, a conduzissem a considerar algumas concessões. Não obstante o novo monarca, João IV, estava cheio de respeito pela instituição inquisitorial e, por isso, ele reunia o sentimento quase unânime de fundo "antigos cristãos" da população portuguesa. São considerações econômicas que o levarão pouco a pouco a modificar sua atitude, e a firmar finalmente um contrato com seus súditos "neo-cristãos".

Entretanto, importa considerar que, sob os reinados de João IV e de Pedro II, um novo fator de maior importância surge: na luta contra a Inquisição, os "cristãos-novos" recebem o apoio, não somente de alguns conselheiros do Rei, mas também de uns dos grupos mais influentes da sociedade portuguesa: a Companhia de Jesus. Nós teremos ensejo de ver o que se deve pensar da afirmativa de certos historiadores, que pretendem que a Companhia não era absolutamente solidária com a ação do padre Antônio Vieira a favor dos marranos. No momento contentemo-nos em mostrar que foi o aparecimento desses aliados "cristãos verdadeiros", dos "cristãos-novos", que deu sua característica particular à luta que estes últimos sustentaram contra a Inquisição portuguesa, de 1641 a 1681. O antagonismo que se manifesta então entre os dois grandes organismos

reguladores da vida portuguesa, é bem difícil de explicar. Certamente, sob o reinado de Filipe IV, os jesuitas já se haviam declarado a favor dos "cristãos-novos", sustentando que o rei não tinha, em consciência, o direito de revogar a permissão de deixar livremente o reino, concedida em 1601: esta concessão tendo sido objeto de um contrato. Mas esta opinião não havia, absolutamente, conduzido a um sério conflito com o Santo Officio. É mesmo curioso observar que, quando o Inquisidor-Geral D. Francisco de Castro, visita pessoalmente, de 1630 a 1632, as três inquisições do reino, para verificar a exatidão das queixas dirigidas ao Rei espanhol pelos "cristãos-novos", elle escolheu como secretário o jesuíta João de Matos. Dez anos mais tarde, por ocasião do incidente de Évora, os dois homens se digladiarão violentamente.

A 9 de dezembro de 1642, no mercado da capital do Alentejo, um estudante da Universidade jesuíta e o criado de um Deputado do Santo Officio, disputaram a compra de um cesto de maçãs. O mercado havia sido concedido, por privilégio real, à Universidade, mas, por outro lado, os Inquisidores faziam uso de um outro privilégio real, que lhes concedia prioridade absoluta em todos os mercados para o reabastecimento de seus prisioneiros. Além disso, como representantes do Soberano Pontífice elles se consideravam investidos da mais alta dignidade terrestre.

O caso se complicou rapidamente. Os Inquisidores prenderam o almocace da Universidade, depois um professor célebre, o Dr. Francisco Pinheiro, que, em nome do Reitor,

vinha apelar para o Papa; concomitantemente elles instauraram o processo contra o próprio Reitor Pedro de Brito. Naturalmente, essas medidas violentas aumentaram a indignação dos jesuitas que se queixaram amargamente ao Rei. João IV mandou libertar o Padre Pinheiro, e suspendeu o processo iniciado, mas, por um alvará de 28 de maio de 1643, elle resolveu o conflito dos privilégios a favor do Santo Officio. Esta decisão descontentou os jesuitas que levaram o caso para a Corte de Roma, não obstante as defesas do Rei. Em Roma o caso foi encarado com extraordinário vigor pelo Padre João de Matos, antigo secretário do Inquisidor-Geral, por ocasião das "visitas" de 1630-1632, e agora assistente de Portugal junto ao Geral da Companhia. Para vingar a afronta feita aos jesuitas portugueses, elle procurou obter do Papa a suspensão dos Inquisidores de Évora, uma Bula apostólica isentando da jurisdição do Santo Officio os jesuitas da Provincia portuguesa, a limitação do número dos Inquisidores, e uma reforma profunda da justiça inquisitorial. Esta última proposta ia de encontro aos desejos dos "cristãos-novos" e, nessas condições, não é de admirar que o Conselho-Geral da Inquisição tenha acusado o Padre Assistente João de Matos de agir de acôrdo com os representantes em Roma da "gente da nação". Para fazer parar essas "démarches", João IV dirigiu uma carta cominatória ao Provincial português Antônio Mascarenhas. Os jesuitas acabaram por se submeterem, mas o conflito estava aberto entre a Companhia de Jesus e o Santo Officio. Em Portugal o processo havia apai-

xonado a opinião pública. O Padre Antônio Vieira, que havia conquistado as graças do Rei, à sua chegada a Portugal, lançava-se à luta, com a paixão que o caracterizava. A tradição diz que, por ocasião de um Conselho realizado na presença de João IV, ele aí definiu da seguinte maneira os objetivos a atingir pelas duas Instituições rivais: entre Inquisidores e Jesuítas, dizia ele, só havia uma diferença: os primeiros "viviam" da Fé, enquanto que os últimos "morriam" por ela. Sob qualquer ponto de vista, os "cristãos-novos" haviam encontrado o mais eloquente dos oradores.

Foi no mais forte da luta entre a Inquisição e os Jesuítas, exatamente a 3 de julho de 1643, que ele conclui o primeiro artigo em favor dos "cristãos-novos". Somos tentados a ver nessa aproximação cronológica mais do que uma coincidência fortuita. Historiadores pensam que tomando a defesa dos "cristãos-novos", e procurando arrancar suas vítimas à Inquisição, Antônio Vieira não fazia senão aplicar o princípio estratégico muito conhecido que recomenda levar a guerra ao território inimigo.

Creio eu pessoalmente, que devemos ver na Proposta de 1643, mais que uma bela ostentação de um hábil panfletário: as idéias que aí se exprimem devem ser maduramente meditadas. Ela é mais que a reação de defesa de um jesuíta ofendido em seu orgulho: é o plano integral de um homem político, que procura salvar sua pátria encaçada em uma luta implacável para a salvaguarda da sua independência.

Antônio Vieira viveu no Brasil de 1614 a 1641, e foi no Brasil que ele

pôde compreender a importância da classe comercial dos "cristãos-novos". Foi no Brasil que ele teve os primeiros contatos com dois representantes dessa classe: Manuel da Gama de Pádua e Duarte da Silva. Ora, não devemos esquecer que, no décimo sétimo século, o Brasil constituía a viga mestra da economia portuguesa: era a venda dos produtos coloniais que permitia pagar as importações de que Portugal em guerra mais necessitava.

Chegado a Lisboa, e logo ligado ao novo monarca, Antônio Vieira compreendeu imediatamente o paradoxo essencial da política portuguesa: um país pobre, sem navios, ameaçado por um poderoso inimigo, a Espanha, e por um aliado também poderoso, a Holanda, dependendo do estrangeiro para todos os elementos de sua defesa, e que se obstinava em perseguir, arruinar, obrigar ao exílio os comerciantes em quem residia a última esperança do financiamento da luta para a independência.

Não é certo que o Padre Antônio Vieira tenha tido uma profunda simpatia pessoal pelos "cristãos-novos" portugueses. Sua correspondência prova que ele não tinha ilusões sobre os verdadeiros sentimentos de certos exilados a respeito de sua antiga pátria. Simplesmente, ele não raciocinava como um Inquisidor, mas como homem de Estado. A violência inquisitorial não tinha resolvido o problema religioso, mas, ao contrário, ela paulatinamente arruinava o país. Para salvá-lo tratava-se de mudar a política constantemente seguida desde João III: admitir o judaísmo, tolerar a heresia oculta, repatriar os

judeus portugueses que, por sua atividade, enriqueciam todos os países da Europa.

É possível que o conflito de Évora lhe tenha permitido obter de seus superiores a autorização para lançar suas idéias ao público. Entretanto, não se tratava de um artigo de circunstância, mas de uma solução ousada, proposta em face do angustiante problema nacional. O documento que oferecia essa solução circulou primeiramente de maneira anônima. O jesuíta tinha exposto suas idéias a Sebastião César de Menezes que, se bem que Inquisidor, se deixou seduzir pelo argumento, e transmitiu a proposição ao Rei. Ela se apresenta como o pensamento de um súdito real que, inflamado pelo amor da pátria, procura os meios para assegurar a manutenção da independência portuguesa. Que se examine a ajuda exterior ou as próprias forças do país, esta manutenção se torna duvidosa se uma melhoria sensível não for conseguida para o estado da nação. Portugal se mantém graças à ação francesa que ocupa os principais exércitos espanhóis. Mas esta ação será durável? É preciso ter-se cuidado com a situação interna da França. Os nobres que se revoltaram contra Luiz XIII e seu enérgico ministro não tentarão nada contra um rei de seis anos?

A França está esgotada pela guerra, e os esforços desesperados que ela faz visam a assegurar-lhe uma boa posição nas próximas negociações de paz; se esta paz for concluída, que impedirá Castela de se voltar contra Portugal? Os próprios franceses verão de bom grado a desgraça portuguesa, que lhes permitirá se apresentarem como pro-

tetores e tomarem sua parte nas colônias, como já tentaram fazê-lo em Madagáscar.

Será a situação interior mais favorável? Para continuar a guerra é preciso dinheiro, e o esforço financeiro extraordinário a que foi submetido o país durante os três primeiros anos da luta não poderá ser indefinidamente renovado. Os expedientes não são infinitos. Quanto às colônias, a Índia custa mais que produz, e pode sofrer a mesma sorte que Angola, o Maranhão e São Tomé, ocupados pelos holandeses, em desrespeito à trégua firmada. O Brasil, que sustenta sozinho o comércio e as alfândegas, e que atrai para os portos da Metrópole os raros navios estrangeiros que ainda aí se vêem, está ameaçado de ruína com a perda de Angola, donde vêm os escravos necessários à cultura canavieira.

O quadro pode ser pessimista, mas é confirmado pela atitude dos Estados Estrangeiros, e pela dos comerciantes de todas as nacionalidades. Doze embaixadores portugueses foram enviados para a Europa, sete residem ainda em diferentes países, mas nenhum embaixador estrangeiro está instalado em Lisboa. Quanto aos comerciantes, cujos julgamentos são sempre os mais seguros, porque são baseados sobre o interesse pessoal, eles manifestam a mesma desconfiança. Os estrangeiros recusam arriscar suas mercadorias nos portos de Portugal, e os nacionais exportam seus capitais para os países mais seguros.

É preciso portanto encontrar um processo para diminuir o poder dos inimigos e aumentar o de Portu-

gal. Ora, em todos os reinos da Europa estão estabelecidos numerosos comerciantes portugueses, detentores de enormes capitais, em cujas mãos se encontra a maior parte do comércio mundial. Se se conseguir fazê-los voltar para Portugal, a solução para as dificuldades nacionais será ao mesmo tempo encontrada. Esta volta enfraquecerá o poderio financeiro dos espanhóis e dos holandeses; os comerciantes portugueses desempenham um grande papel nas praças de Madrid, Sevilha, Anvers e Amsterdam. Estes comerciantes, assim como os que residem em Flandres, na França, na Itália, na Alemanha e nas Índias Ocidentais, trarão consigo capitais e mercadorias. O produto de impostos de alfândega subirá muito, e permitirá o pagamento de pensões e salários. O rei, sem desembolsar dinheiro, poderá constituir esquadras e socorrer as Colônias. Se os holandeses não quiserem entrar em entendimentos, Portugal poderá constituir companhias contra eles. A indústria dos comerciantes repatriados permitirá conseguir-se, em condições adequadas, os artigos necessários ao prosseguimento da guerra, e seus serviços secretos darão a conhecer os objetivos dos reinos estrangeiros.

Ora, qual é a causa que forçou estes homens de negócios a se expatriarem? É principalmente o temor da Inquisição, cuja severidade os fez temer por sua segurança. É necessário pois, que o Rei aprove o perdão das faltas passadas que os marranos solicitarão ao Soberano Pontífice, e que considere uma moderação da justiça inquisitorial que poderia adotar as normas em vigor na Espanha.

Depois de ter exposto seu plano, Antônio Vieira refuta adiantadamente as objeções que se poderiam fazer a respeito. Estes favores não irão ao encontro da pureza da Fé? O jesuita responde que todos os teólogos autorizam a aliança com os infiéis, quando se trata da defesa e da conservação dos reinos, e exemplos do Antigo e do Novo Testamento confirmam essa doutrina que ratifica, de resto, o consentimento universal dos Princípios da Cristandade. Os reis católicos da Espanha, os reis muito cristãos da França, o Imperador, a República de Veneza, os Duques de Florença, e todos os potentados católicos utilizam sem escrúpulos os serviços dos comerciantes portugueses. Quanto ao Papa, não somente ele admite em Roma os "cristãos-novos", que desfrutam dos mesmos direitos de que gozam os "cristãos velhos", mas ainda permite sinagogas públicas onde se professa abertamente a Lei de Moisés. Mas, porque ir procurar exemplo tão longe? Portugal, que persegue tão severamente seus comerciantes nacionais suspeitos de heresia, aceita a presença dos hereges da Holanda, da França e da Inglaterra, que vêm enriquecer-se às suas custas. E, no entanto, as heresias calvinista e luterana são mais perigosas para a fé católica que o judaísmo, cuja força de expansão é nula.

A solução proposta, longe de ser perigosa para a Fé, é para ela inteiramente vantajosa. Não será um grande serviço prestado a Deus a utilização do dinheiro dos "cristãos-novos" para propagar a fé católica nas colônias? Na hora atual, esse dinheiro ajuda os hereges a expandir pelo mundo as seitas de Cal-

vino e de Lutero. De outro lado, mesmo ao que diz respeito aos "cristãos-novos", a Fé aí encontraria sua vantagem. Os que vivem como católicos nos países onde reina a liberdade de consciência verão sua fé e sua piedade aumentarem ao contato dos cristãos portugueses. Quanto aos que são interiormente infiéis, eles encontrarão maiores oportunidades de se converterem em Portugal que nos países hereges. Não há que desanimar da eficácia do poder da graça divina a respeito de uma nação donde saíram Cristo, a Virgem, os Apóstolos, e numerosos santos da Igreja Católica. É de acreditar-se que toda a nação judaica se converterá, e as profecias sebastianistas contam com essa felicidade entre os prodigiosos efeitos do reinado miraculoso de João IV. Não dizem elas que os filhos de Jacó virão ajudar o "rei encoberto" e, por esse meio, conhecerão Cristo? Enfim, todo escrúpulo é destruído pelos ensinamentos da história. Os reis Emanuel I e João III, que trataram os "cristãos-novos" com clemência, não viram retardado o curso de seus reinados, enquanto que Dom Sebastião, que revogou o acôrdo feito por seus antecessores com os "cristãos-novos", levou Portugal à perda de sua independência.

Tal é a notável proposta de Antônio Vieira que os "cristãos-novos" publicaram em 1644, mas cuja circulação o Santo Officio interditou. É possível que ela tenha chocado um certo número de jesuítas portugueses, respeitosos da instituição inquisitorial, mas este sentimento não devia ser geral na Província, pois que, como já vimos, pouco mais ou menos na mesma época,

um personagem também importante como o Padre Assistente João de Matos reclamava, em Roma, uma reforma profunda da Inquisição portuguesa. O Rei João IV não soube repelir a audaciosa proposta de seu pregador, mas não se julgou mal servido pelo jesuíta e, em duas cartas dirigidas a 6 de setembro de 1644 ao Provincial Antônio Mascarenhas e ao Assistente João de Matos, ele recomendou expressamente para que não fôsse hostilizado Antônio Vieira. Mas, o jesuíta não desesperava de atrair a opinião pública para seu audacioso projeto. A 21 de agosto de 1644, pregando sobre São Roque, ele utiliza a capela real como tribuna, para expor seu plano das companhias de comércio. Em um memorial dirigido ao Rei Pedro II, Vieira diz ter sugerido a João IV, desde 1641, a criação destas companhias. Se isso é exato, temos confirmada nossa opinião de que o conflito de Évora não desempenhou senão um papel muito secundário na evolução das idéias políticas e econômicas do jesuíta. O artigo que ele redige em 1646, e que iremos estudar, demonstra que ele conhecia as tentativas infrutíferas que tinham sido feitas em 1587, em 1619, em 1621 e em 1628, para criar companhias encarregadas de explorar o comércio da Índia e do Brasil.

De qualquer modo, em seu célebre sermão de São Roque, ele fazia passar seu plano do segredo dos conselhos do governo, para a publicidade da tribuna sacra. Examinando de novo a delicada situação portuguesa ele proclamava: "O remédio temido ou chamado perigoso são duas companhias mercantes, uma oriental e a

outra ocidental, cujas frotas, poderosamente armadas, transportarão com tóda a segurança, malgrado os holandeses, as mercadorias da Índia e do Brasil. E Portugal, graças a estas mesmas mercadorias, terá constantemente os capitais necessários para sustentar a guerra interior contra a Espanha, guerra que certamente durará alguns anos. "E o orador acrescentava, não sem ironia: "É o remédio em tôdas as circunstâncias não só aprovado, mas usado pelas nações mais políticas da Europa, salvo pela portuguesa. Aqui, o fato de ortodoxia de alguns comerciantes ser duvidosa, não pela união de pessoas, mas a mistura do dinheiro menos cristão com o dinheiro católico, torna suspeito esse mesmo remédio e, em consequência, perigoso".

Entretanto, a situação portuguesa se agravava. No mês de agosto de 1645, os portugueses de Pernambuco se levantavam contra a ocupação holandesa, e as relações se estenderam ainda mais às Províncias Unidas. O governo de Lisboa tentou negociar a compra dos territórios coloniais ocupados pelos holandeses, e Antônio Vieira foi encarregado de uma missão em Paris e Haia. Tendo partido a 1.º de fevereiro de 1646 de Lisboa, permaneceu em Paris de 20 de fevereiro a 2 de abril. Lá, ele travou conhecimento com o cônsul Manuel Fernandes Vilareal, e o jesuíta e o marrano ficaram logo de acôrdo sobre o plano de ação contra o organismo inquisitorial.

Com sua costumeira audácia, Antônio Vieira não hesitou em expor suas idéias ao Presidente e aos portugueses que freqüentavam a

Embaixada, algumas vezes em presença do capelão Padre Antônio de Serpa. Se o Papa — declarava em bom som o jesuíta, admitia judeus em Roma, porque estavam proibidas as sinagogas em Portugal?

O processo da Inquisição era iníquo: era necessário revelar aos acusados, como nos processos ordinários, o nome das testemunhas arroladas e a natureza das acusações.

O Irmão Antônio de Serpa registrou cuidadosamente estas palavras imprudentes e, de regresso a Portugal, se apressou em ir denunciar o jesuíta à Inquisição.

De Paris, Vieira foi a Roma para obter créditos dos comerciantes portugueses. O jesuíta entrou em contato com os "cristãos-novos", aos quais havia escrito de Haia uma curiosa carta. Os judeus de Roma responderam agradecendo-lhe seus esforços em seu favor, manifestando-lhe porém um discreto ceticismo sobre o sucesso de sua campanha. Estes exilados estavam satisfeitos por conhecerem a atmosfera que reinava então em Portugal.

Na Holanda, Antônio Vieira prosseguiu suas negociações com os judeus portugueses que se tinham estabelecido no País, e prosperavam. Sabemos que, em consequência dessas negociações, os judeus ofereceram sustentar quinhentos cavaleiros em Portugal, em troca de vantagens para os "cristãos-novos". O jesuíta entrevia uma função mais importante para os judeus refugiados na Holanda. Como já disse, o objetivo da missão de Vieira era negociar a compra dos

territórios coloniais ocupados pelos holandeses.

O preço era fabuloso: três milhões de cruzados, e unicamente os judeus de Amsterdam, correspondentes comerciais dos cripto-judeus de Portugal, podiam ser fiadores do pagamento de tal soma.

De regresso a Lisboa, no mês de agosto de 1646, o jesuíta fêz chegar ao Rei um novo documento no qual expunha mais uma vez suas idéias, mas agora com a experiência suplementar que adquirira com sua passagem por Paris, Rouen e Amsterdam. Este documento, de rígida estrutura, se apresenta como um exame objetivo da situação dos "cristãos-novos" portugueses, no qual se procura determinar em que limites é possível dar satisfação às suas reivindicações. Como ainda o fará em 1647, Antônio Vieira não hesita em utilizar argumentos de sua proposta de 1643, mas o problema, esta vez, é estudado com maior amplitude e, não obstante as numerosas precauções de estilo, o ataque à instituição inquisitorial é mais direto. O documento, após uma homenagem respeitosa à Inquisição e a Sua Santidade, começava por afirmar que do processo utilizado por este Tribunal em Portugal, resultam graves inconvenientes para o Reino, para a Fé, e para a Justiça.

Portugal se despoeva, famílias ficaram arruinadas, numerosos negociantes portugueses deixaram o reino, e os estrangeiros não querem arriscar seus capitais em um país onde eles podem ser confiscados. Os marranos que deixaram Portugal, levaram consigo o dinheiro e o comércio do país, e

de parte das Colônias. Por outro lado, tudo que os portugueses lucraram com esta severidade inquisitorial foi passarem por judeus em tôdas as partes do mundo.

A fé sofre também com essas expatriações. Os inocentes que teriam podido morrer batizados, são destinados à condenação eterna, e como inocentes contam-se todos os filhos dos cripto-judeus de menos de dezoito anos, pois os pais não lhes revelam sua condição de judeus antes desta idade. É preciso acrescentar aos inocentes, os que ingressariam na religião, e escapariam assim à contaminação familiar. Mas a própria fé dos adultos está em perigo. Os que eram verdadeiramente cristãos em Portugal, não resistem às solicitações do meio herético, e fazem a circuncisão em mais ou menos tempo. Quanto àqueles que são verdadeiramente infiéis, estes perdem, deixando Portugal, a derradeira possibilidade de abandonar seu erro. E muitos que reverteriam ao catolicismo pelo exemplo dos fiéis, são confirmados em sua obstinação pelos hereges livres e pela ação dos rabinos. É doloroso que os portugueses que procuram salvar almas até na Índia, na China e no Japão, abandonem tão facilmente seus compatriotas à perdição. E o pior é que os marranos fugitivos ajudam a contaminar terras plenas de promessas para o cristianismo, como o Brasil e a Índia.

Mas, sobretudo, e não obstante a correção dos Ministros do Santo Offício, à qual Vieira presta uma homenagem pouco sincera, os métodos da Inquisição acarretam numerosos erros judiciais, e a Justiça é escarnejada; a melhor prova

se encontra no grande número de falsas testemunhas, que têm sido condenadas durante os últimos anos, em numerosos autos de fé. Quantos inocentes sofreram com esses falsos testemunhos! Outra prova são os numerosos "antigos cristãos", acusados de "convencidos" de judaísmo que se teve de absolver, quando foi reconhecido o caráter imaculado de seu sangue. Por que "antigos cristãos" apelaram para um judaísmo inexistente para escapar à morte, castigo que o Santo Ofício reserva aos acusados que negam sua culpabilidade, por que não admitir que numerosos "cristãos-novos" não se encontram no mesmo caso?

Aquêles que, segundo a terminologia do tribunal, morrendo "negativos", perdem a vida, eles perdem também a fé e sua salvação, pois que, crendo na Lei de Moisés, professam a de Cristo. Como podemos admitir que estes "negativos" arrisquem a vida, a fé e a salvação, quando, confessando seu suposto judaísmo, eles poderiam escapar? No que diz respeito àquelles que se chamam "os diminutos", isto é, aquêles que são condenados porque se supõe que eles ocultam propositalmente o nome de seus cúmplices, é forçoso admitir-se que todos estes são heróis: eles preferem perder a vida antes que acusar um amigo ou um parente, que poderia salvar-se por uma confissão idêntica. Como conceber tal heroísmo em judeus, declara António Vieira, "por natureza covardíssimos, muitos dêles por condições vilíssimos, e outros, por sexo e por idade, fraquíssimos, como são meninos e velhos? "A verdade é que falsas testemunhas, que o se-

grêdo do processo os impede de identificar, lhes imputam faltas inexistentes, que eles são incapazes, por isso mesmo, de confessar.

E, para provar irrefutavelmente que a Inquisição condena inocentes, o jesuíta cita os casos que chegaram ao seu conhecimento durante sua missão diplomática na França e na Holanda. O médico Paulo de Lena e um Da Fonseca, que deviam ser queimados como judeus em Portugal, e só escaparam à morte por uma confissão *in extremis*, são em Rouen colunas da Fé e de Cristo; eles poderiam ser judeus sem temor, por causa da tolerância francesa; em lugar disso eles repelem os erros dos infiéis, e confirmam as falhas em sua fé. Pode ser dito o mesmo dos Serras, de Bragança; um dêles, que é padre, merece o nome de Apóstolo de Toulouse, por causa do grande número de hereges que suas práticas têm convertido à Igreja Romana. É de notório conhecimento público em França, que todos os portugueses emigrados que vivem em Nantes são perfeitos católicos, inimigos dos judeus e de seus erros. Em Amsterdam, morreu recentemente um velho que, se bem que punido por um auto de fé, era católico e, como tal, desprezado pelos judeus portugueses. Ele dizia ao embaixador de Portugal: "Senhor, eu sou perseguido aqui pelos judeus porque sou cristão, e, em Portugal, fui perseguido pelos cristãos acusado de judeu; mas, se bem que todos os homens tenham sido injustos comigo nesta terra, eu espero que a justiça de Deus não me faltará no céu".

Estes exemplos provam abundantemente que o processo inquisito-

rial permite facilmente serem condenados inocentes. E é de notar-se que o rigor do Santo Officio cai mais sobre os bons que sobre os maus. Estes últimos, que realmente cometeram crimes confessam facilmente suas faltas, denunciam seus cúmplices, e escapam da morte. Os bons, ao contrário, são lançados em um labirinto de confusões. Ou eles negam suas faltas inexistentes, e são condenados à morte como "negativos"; ou então, para evitar o suplício, eles denunciam uma multidão de inocentes, e o mal se multiplica sem remédio. De outra parte, os inocentes sofrem ainda de outra maneira: como ninguém está livre de um falso testemunho, todos "os cristãos-novos" vivem em contínuo terror, tão difícil de suportar que muitos, que são católicos, preferem se exilar voluntariamente em outros reinos. E, assim, inocentes se aplicam voluntariamente o maior dos castigos: o exílio. E, dizendo que elas não se aplicam à Inquisição portuguesa, Antônio Vieira não hesita em citar as terríveis palavras que o Santo Espírito ditou ao profeta Isaias:

"Desgraça aquêles que dão ordens iníquas e aquêles que proferem

[sentenças injustas,

por recusar justiça aos pobres, e arrebatar seu direito aos des-

[graçados de meu povo,

para fazer de suas viúvas prêsas, e lhes saquear os órfãos!

Que farei no dia do juízo final, e da ruína que do alto cairá

[sobre vós?"

Convém examinar imediatamente, diz ele, se nos estatutos e nos pro-

cessos do tribunal que julga a obstinação judaica, não existe alguma coisa que seja merecedora destas graves ameaças de Deus, e o jesuíta aconselha o rei a transmitir sua proposta ao Inquisidor-Geral e a toda Inquisição: eles estão particularmente bem colocados para tomar as decisões moderadoras que se impõem.

Depois de ter descrito de uma maneira tão clara os vícios da organização inquisitorial, Antônio Vieira expõe as três reivindicações dos "cristãos-novos" portugueses:

1. "Abertas e publicadas", isto é, comunicação aos acusados do nome das testemunhas arroladas, e da natureza das acusações. É o protesso empregado para todos os outros delitos e crimes, e ele não impede de descobrir os culpados e seus cúmplices. Se se objeta que as outras inquisições seguem as mesmas regras, responde-se que falso testemunho é mais comum em Portugal que em qualquer outra nação do globo.

2. Supressão do confisco de bens que, em princípio, pertencem ao Rei. Este pode tão facilmente conceder tal graça, porque ele não usufrui, não obstante o princípio, nenhum proveito dos confiscos.

3. Abolição da distinção entre "novos" e "velhos cristãos". Esta distinção é contrária à doutrina evangélica, e às promessas solenes dos Reis Emanuel I e João III. Tendo assim exposto as três principais reivindicações dos "cristãos-novos", das quais nenhuma, afirma ele, é injusta, o Padre Antônio Vieira, tendo em vista as objeções possíveis, aconselha o Rei a não

lhes dar satisfação senão parcialmente, e isto da seguinte maneira:

1. No que diz respeito aos confiscos, seria preciso distinguir entre os "cristãos-novos" residentes fora de Portugal, e aquêles que ficaram no país; a abolição dos confiscos deve ser total para os primeiros, e parcial para os segundos. É preciso assegurar a venda dos bens confiscados, o que criará uma fonte nova de recursos para o Tesouro real que, até agora, nada recebeu das somas que, em princípio, lhe cabem. Por outro lado, os confiscos só se devem aplicar aos bens móveis, todos os bens empregados em transações comerciais devem ser isentos dêles, como se faz em Veneza, Gênova, no Reino de Aragão, e em certos locais de Castela. Que se não objete que a supressão do temor do confisco tirará toda a cautela à heresia, pois os "cristãos-novos" se livraram desta ameaça transportando seus capitais para fora de Portugal, sem proveito para a Fé, e com grande prejuízo para o Reino. Evidentemente, os ministros do Santo Officio perderão a maior parte das rendas de que vivem, mas poderão apelar para as rendas eclesiásticas.

2. No que diz respeito ao processo inquisitorial, não existe nenhum inconveniente a moderá-lo, pois o próprio Deus modificou algumas de suas decisões. O mais simples seria adotar as normas em uso em Castela, país muito católico; se durante o tempo da ocupação espanhola, os monarcas recusaram aos "cristãos-novos" esta assimilação, isso prova unicamente que eles queriam atrair para Castela os negociantes portugueses,

pois eles não podiam ter por ilícito em Portugal, o que consideravam como justo na Espanha. Aqui, abro um parêntese, para dizer que a assimilação dos regulamentos inquisitoriais portugueses aos da Espanha, tem sido uma reivindicação constante dos "cristãos-novos". Entretanto, os regulamentos das duas Inquisições peninsulares não parecem ter sido muito diferentes; o que variava, na realidade, era o modo de aplicá-los.

3. No que se refere à abolição da distinção entre "novos" e "velhos cristãos", Antônio Vieira propõe conservá-la para negócios eclesiásticos, mas introduzir modificações sob o ponto de vista político. Primeiramente o Rei deveria decretar que a profissão de comerciante, como antigamente se dizia, enobrece. É interessante ver-se um jesuíta português pedir a seu país que imite os Estados de Veneza, Gênova e Florença, onde os príncipes eram comerciantes. Sabe-se que o Cardeal de Richelieu tinha, ele próprio, tentado inutilmente, encaminhar a nobreza para as atividades econômicas.

Em seguida, Antônio Vieira pede que o exame de "limpeza", necessário para o acesso a certos cargos ou funções, seja feito sobre a Fé, e não sobre o sangue, isto é, que um "cristão-novo", do qual nenhum dos antepassados tenha sido condenado por heresia, seja considerado "cristão velho". Violentemente oposto ao racismo peninsular, o jesuíta via nêle, e com razão, o principal obstáculo à conversão sincera dos Judeus. Será preciso esperar o Marquês de Pombal, para ver triunfar a argumentação de Antônio Vieira.

Em uma quarta parte o jesuíta estrava as vantagens de sua proposição. Não é necessário estudar o aspecto de sua exposição, pois mesmo o fará ainda em 1647, seu terceiro artigo em favor dos "cristãos-novos". Antônio Vieira renava, ampliando-as ligeiramente, as considerações que ele tinha emitido em sua proposição de 1643: a Fé, a Justiça e a prosperidade do Reino, encontrariam sua segurança na aplicação das medidas propostas. Parece mais útil examinar-se a última parte, onde o jesuíta respondia a quatro objeções possíveis:

1. Portugal vai encher-se de judeus. Resposta: se todos os portugueses expatriados voltassem, o país é muito duvidoso, Portugal só teria os judeus que aí já residiam. Não existem tantos "cristãos-novos" no país, que não será a volta dos expulsos que agravará muito a situação. E, Antônio Vieira a afirmar o novo seu espanto diante da Ração de Estado português: condemnem-se ao exílio comerciantes portugueses heterodoxos que enriquecem a nação, mas abrem-se as portas do país aos comerciantes hereges estrangeiros, que vêm arruinar o país.

2. Somente os "cristãos-novos" pobres voltarão. O jesuíta responde que, mesmo os pobres são úteis à nação, por seu trabalho, e pelos impostos que suportam. Por outro lado, se o Rei desejar, poderá permitir aos ricos o passaporte de volta.

3. Os judeus se tornarão os donos do reino. Remedia-se a ameaça deste perigo, sugerindo que os bens imóveis não sejam isentos de imposto. Além disso, o Rei pode

decretar a interdição, para os "cristãos-novos", da compra destes bens imóveis.

4. Os casamentos mistos, tornando-se possíveis pela abolição da distinção jurídica entre as duas raças de cristãos, acarretarão a extensão da heresia, o judaísmo se comunicando com o sangue. Antônio Vieira responde que a história e a experiência ensinam que os casamentos mistos conduzem à assimilação total, e ao desaparecimento dos judeus. Ainda sobre este ponto, a história portuguesa deu razão ao jesuíta.

Antônio Vieira conclui afirmando que sua proposta não representa um pedido de aflitos e de miseráveis, que invocam a clemência do soberano, mas uma petição que os numerosos "juízos doutos, timoratos e zelosos" fazem a João IV, em nome da Fé, da Justiça e da Conservação do Reino. Não se pedem sinagogas públicas, nem a liberdade de consciência, se bem que, em favor destas duas reivindicações, poder-se-ia invocar o exemplo de reis muito cristãos e de papas, chefes da Igreja. Só se pede o que é justo e lícito, e o que o rei é obrigado em consciência a conceder.

Se, ao cabo deste estudo, compararmos as duas proposições sucessivas do Padre Antônio Vieira, o progresso do ataque é evidente. A proposição de 1643 mencionava apenas o Santo Ofício, para dizer que ele era a origem da nefasta expatriação dos "cristãos-novos" portugueses; a proposição de 1646, se refere diretamente ao funcionamento do organismo inquisitorial, cuja profunda iniquidade ele denuncia. De agora em diante, o mo-

vimento está lançado, e se encontram nos artigos do Padre Antônio Vieira um certo número de temas que voltarão, ampliados e longamente documentados, nas célebres "Notícias recônditas do modo de proceder da Inquisição, com os seus presos", que vão levantar contra o Santo Ofício a opinião pública de toda a Europa. É de notar-se um outro aspecto: o jesuíta consciente da imensa resistência que o meio português opõe, procura dar às suas proposições uma marcha moderada. Suas opiniões pessoais não são bem conhecidas, sobretudo pelo testemunho de pessoas que o denunciavam à Inquisição; mas, quando ele expõe ao Rei seu pensamento, ele abandona as reivindicações que não têm nenhuma probabilidade de serem tomadas em consideração, para se limitar ao que se mostra possível.

A proposição de 1643 parece não ter tido conseqüências imediatas; e João IV teve de guardá-la, sem submetê-la, como o desejava o Padre Antônio Vieira, aos corpos constitutivos da representação nacional. Mas, em breve, a agravação da situação portuguesa vai obrigar o Rei a se lembrar dos planos de seu pregador favorito, e, desde 1647, um novo artigo do jesuíta, redigido por ordem do soberano, vai iniciar a campanha que culminará com a formação da Companhia-Geral de Comércio do Brasil. Em nosso segundo capítulo, teremos ocasião de estudar, além desta campanha, a natureza e o alcance da efêmera vitória

assim conseguida pelos judeus e pelos jesuitas, contra a Inquisição portuguesa.

II

No primeiro capítulo estudei a atividade desenvolvida pelo Padre Antônio Vieira em favor dos "cristãos-novos", de 1641 a 1643. Vimos que o artigo entregue ao Rei nesta última data, ao regresso da missão diplomática na França e na Holanda, constituía um ataque em regra contra a instituição inquisitorial. Contrariamente ao desejo expresso pelo jesuíta, a proposição de 1646 não foi submetida ao Conselho-Geral da Inquisição. O Rei, que respeitava profundamente o Santo Ofício, hesitava ainda. Mas a situação do Reino, cada vez mais desesperadora, vai finalmente decidilo e dar às idéias de Antônio Vieira novos adeptos.

No mês de fevereiro de 1647, o alemão Sigismond von Schoppe, veterano das campanhas brasileiras, tinha desembarcado uma expedição holandesa na ilha de Itaparica, em frente à Bahia. Ele queria bloquear a capital da colônia, de modo a impedir toda a entrada ou saída de navios. O acontecimento não surpreendeu o Padre Antônio Vieira, pois ele suspeitara desta expedição durante sua estada na Holanda. No seu regresso a Portugal, ele havia proposto ao Rei a compra de quinze fragatas de trinta canhões, que um holandês de Amsterdam oferecia

trezentos mil cruzados. Trata-se de constituir, com essas duas frotas de guerra, que seriam Portugal e o Brasil. A carta foi transmitida ao Conselho do Rei, que achou que "aquêllo estava mui cru". Ora, nos fins de abril de 1647, chega a Lisboa a notícia do desembarque de Sigismund em Itaparica. Assustado, João IV pede conselho. O jesuíta responde: "Os ministros não disseram a Vossa Majestade que o negócio estava muito cru? Que o cozinhem no Conselho de Estado, redeclara que trezentos mil cruzados eram necessários para a organização de uma expedição de socorro que ninguém, na praça de Lisboa, queria fornecer créditos. António Vieira indignado diz ao Rei: "Isto é de mais! É possível a um Rei de Portugal, os ministros possam dizer que não há um meio de encontrar trezentos mil cruzados para socorrer a Bahia, isto é, o que nós possuímos? Pois não, eu, com minha batina rememora, espero poder remeter hoje a Vossa Majestade. "O Rei apela logo para dois "cristãos-novos" — Duarte da Silva, que tinha conhecido no Brasil, e João Rodrigues Marques (dois dos prisioneiros do Santo Ofício), e obtém facilmente dêles o crédito procurado. Foi assim que, em 18 de outubro, uma esquadra enviada pelo novo governador do Brasil, António Teles, Conde de Pouca de Aguiar, deixava o Brasil. Sigismund von Schoppe, saído da chegada da frota de socorro, evacuou Itaparica e levantou o bloqueio da Bahia. Mais ou menos na mesma época, uma outra frota, enviada em grande parte por "cristãos-novos", e comandada por Sal-

vador Correia de Sá, libertava Angola, e restituía ao Brasil o mercado de escravos necessário ao seu desenvolvimento econômico. Em suma, o império colonial português acabava de ser salvo pelo Padre António Vieira e seus amigos "cristãos-novos". A eficácia da ajuda proporcionada pelos judaicos à organização da frota de socorro devia ter influido muito no espírito do Rei João IV. A experiência havia demonstrado a exatidão dos pontos de vista de seu conselheiro jesuíta. Como já dissemos, a notícia do desembarque de von Schoppe em Itaparica tinha chegado a Lisboa nos fins de abril de 1647; ora, a 25 de maio do mesmo ano, António Vieira punha o ponto final a uma terceira proposição em favor dos "cristãos-novos".

É sem dúvida alguma indispensável estudar este novo documento, do qual os historiadores portugueses até hoje só utilizaram uma versão truncada, publicada em Lisboa, em 1856. Todo o raciocínio de minha exposição é baseado em documentos originaes, que encontrei nos arquivos e bibliotecas de Lisboa. Nesta vez, é "por ordem do Rei" que António Vieira procura o meio mais prático de satisfazer os "cristãos-novos". Não há dúvida alguma que a redação desta terceira proposição não tenha sido precedida de consultas entre o Rei e o jesuíta, e os dois homens ficaram de acôrdo sobre a tática a seguir: das proposições anteriores de António Vieira, não se conserva senão a supressão do confisco dos bens às pessoas condenadas pela Inquisição. A questão, que vão estudar cerca de dois anos teólogos e canonistas, é

de natureza jurídica: trata-se de suprimir materialmente os confiscos, mantendo-se integralmente a ficção da condenação eclesiástica. Com efeito, os bens confiscados às pessoas condenadas pela Inquisição deviam reverter, em princípio, ao Tesouro real; trata-se, pois, de saber se o Rei tem o direito de renunciar, por antecipação, aos bens que lhe pertencem.

Vejamos primeiramente a argumentação de Antônio Vieira. Lembrando mais uma vez a grave situação do Reino, o jesuíta declara que somente a liberdade de comércio permitirá encontrar os meios financeiros necessários ao prosseguimento da luta pela independência. Para assegurar esta liberdade, faz a seguinte proposta: todos os bens móveis, engajados no comércio, pertencentes a negociantes portugueses ou estrangeiros serão, de ora em diante, isentos de todos os confiscos que poderiam atingir seus donos, não importa por que crime de lesa-majestade, divina ou humana.

Pela terceira vez, desde 1643, Antônio Vieira recapitula as vantagens que Portugal pode esperar obter de medidas em favor dos "cristãos-novos". Inútil dizer-se que o jesuíta repete, de suas proposições anteriores, todos os elementos do quadro otimista que ele esboça. Notemos simplesmente que, fiel à sua política econômica, ele preconiza não só a formação de companhias de comércio que lutarão contra as da Holanda, mas ainda a fundação de um banco, imitando o de Amsterdam, que poderá facilmente emprestar ao Rei, em caso de necessidade, grandes quantias em dinheiro.

A liberdade dada ao comércio proporcionará a renovação da fro-

ta portuguesa, que será assegurada pelos próprios comerciantes, e não pelo Estado. Aqui o jesuíta propõe ao Rei decretar que nenhum navio poderá viajar ao sul do equador, se sua tonelagem fôr inferior a 400 toneladas, e se não estiver armado, pelo menos, com vinte peças de artilharia, de calibre de oito libras. Assim, serão suprimidas as caravelas — escolas de fugir, como dizia Antônio Vieira — e teremos navios capazes de resistir aos piratas holandeses. O futuro daria razão igualmente neste ponto ao conselheiro jesuíta. Por outro lado, desde 13 de março de 1648, um alvará proibia a construção de navios de menos de 350 toneladas e dezesseis peças de artilharia. Restava justificar, pelo direito, a isenção dos confiscos. A primeira forma da proposta de Vieira, a que foi efetivamente concluída a 25 de maio de 1647, tratava rapidamente a questão. Não existia nenhuma dificuldade ou indecência na proposta de isenção. Primeiramente, porque ela só se referia aos bens móveis dos comerciantes; seus bens imóveis, e todos os bens de outras pessoas, ficam sujeitos a eventuais confiscos. Depois, porque o privilégio não era unicamente concedido aos "cristãos-novos", mas a todos os negociantes, portugueses e estrangeiros, "cristãos-novos" e "cristãos-velhos".

Antônio Vieira afirmava ainda que o Rei, sendo dono dos bens confiscados, deles podia dispor a seu talante. Ele alegava os exemplos dos países estrangeiros, e a lei portuguesa sobre os "morgados", que determinava que os bens "vinculados" não fôsem de modo algum confiscados. Ora, esta lei e outras análogas foram feitas por in-

terêsse particular, quando a proposta de isenção se justificava pelo interesse geral do país. Mais uma vez o jesuíta mostrava que a Fé nada tinha a perder, e tudo a ganhar com tal medida liberal. Ele acrescentava a seguinte razão: a experiência ensina que é o temor de perder seus bens, que evita a numerosos prisioneiros do Santo Officio a confissão de suas faltas, e a denúncia dos cúmplices. Com a supressão dos confiscos, as confissões serão facilitadas, o que permitirá evitar as heresias ocultas, e haverá menos obstáculos à penitência dos culpados, e à sua reconciliação com a Igreja. Terminando, Antônio Vieira pedia que sua proposição fosse submetida ao Conselho-Geral da Inquisição.

O Rei, desta vez, acedeu imediatamente ao desejo de seu conselheiro. O Conselho-Geral do Santo Officio respondeu a 25 de junho de 1647 a proposição de Vieira, que lhe havia sido transmitida sem nome do autor. Para começar, ele negava ao Rei o direito de isentar de confisco os bens dos prisioneiros do Santo Officio, pois a pena sendo estabelecida pelos Cânones sagrados, os Príncipes temporais não tinham o poder de se imiscuir nesta matéria espiritual. É esta pena que contém mais os judaicos; se a suprimimos, podemos esperar um recrudescimento da heresia. Além disso, a supressão de uma pena canônica permitirá aos inimigos do Rei levantar a cristandade contra ele: já existem livros impressos onde se acusa, caluniosamente, o Rei de Portugal de favorecer os judaicos; se a proposição transmitida ao Conselho-Geral fôr adotada, os inimigos da Coroa poderão dizer que Portugal é o único país cristão onde não se

aplicam as penas canônicas contra os hereges.

O exemplo dos "morgados", alegado pelo autor da proposição, nada prova: a razão pela qual estes bens não são confiscados, é que eles não pertencem propriamente ao condenado; não há senão o usufruto durante a sua existência. A melhor prova disso é que o Tesouro real (compreendei a Inquisição) recebe este usufruto, quando o detentor do morgado é condenado. Enquanto que a proposição garante ao herege a posse dos bens comerciais que ele tinha antes de ser condenado pelo Santo Officio, deste modo, ele é encorajado em seus erros.

A carta do Conselho-Geral do Santo Officio terminava por ameaças. Se, porventura, o privilégio de isenção fosse concedido, a Inquisição seria forçada a procurar imediatamente sua revogação, e proceder contra os Autores da resolução, assim como contra os criadores de heresia. Uma luta decisiva estava travada daí em diante entre a Inquisição e seus inimigos: ela vai durar quase dois anos.

A resposta do Santo Officio obrigou Antônio Vieira a completar sua argumentação. Como era evidente que a proposição do jesuíta seria submetida aos teólogos e aos canonistas, ele julgou útil combater as dificuldades religiosas alegadas pelos Inquisidores.

Primeiramente, Antônio Vieira afirma que a lei dos confiscos caducou em Portugal, em consequência do princípio jurídico que diz que, quando o objetivo e a razão de uma lei desaparecem, a própria lei não é mais aplicável. O fim da lei dos confiscos era o aumento da fé e a punição da heresia; ora, a expe-

riência mostra que este fim é contrariado das duas seguintes maneiras:

1 — As pessoas de ortodoxia duvidosa colocaram a maior parte de seus capitais em países estrangeiros, o que os subtrai a todo confisco;

2 — Estes capitais expatriados se refugiam geralmente em países hereses, e contribuem assim para a propagação das heresias nas terras arrebatadas à Igreja romana. Por consequência, a lei dos confiscos, que acarreta efeitos contrários àqueles que são sua razão de existir, está caduca. Mas, mesmo admitindo que ela ainda esteja válida, pode-se utilizar dois meios de liberar os bens comerciais: ou suprimindo a lei com o consentimento da Santa Sé, consentimento esse que se solicitará quando o Papa houver por bem receber os embaixadores do Rei de Portugal; enquanto isso, se fará uso da "epiquéia", isto é, de uma interpretação moderada e prudente da lei, que levará em conta o fato de que as relações com Roma são atualmente impossíveis; ou então, sem revogar a lei, se aplicará a pena, como podem fazer não somente os Príncipes "ex-causa", mas as próprias pessoas particulares "ex-liberalitate". Será suficiente, nestes casos, modificar o Regulamento dos confiscos, decretando que os bens móveis dos comerciantes não serão seqüestrados antes da sentença.

Terminando, Antônio Vieira reconhece que pessoas dotas e inteligentes poderão achar outros meios de liberar os bens comerciais, mas proclama que se deverá ter por suspeito de deslealdade ao Reino, todo aquele que, contradizendo os meios

propostos, não der remédio de equivalente utilidade.

A 13 de agosto de 1647, Antônio Vieira embarcava para a França, encarregado de uma nova missão diplomática em Paris e em Haia. Ele partia confiante na próxima promulgação do privilégio: é o que nos diz uma carta que ele dirige, de Paris, a 25 de outubro de 1647, ao Ministro Pedro Vieira da Silva, e na qual ele se admira da demora dada à decisão. Ele insiste: o momento é particularmente favorável, pois os "cristãos-novos" estão indignados contra o Rei da Espanha que os faz perseguir pelo Santo Ofício nos seus domínios de além-mar, e que suprimiu seus contratos com a coroa, para dá-los a concorrentes genoveses.

Durante a ausência do jesuíta, sua proposição vai ser submetida a numerosos exames. Os primeiros a apoiarem foram um certo número de seus confrades da Companhia de Jesus. A 29 de agosto de 1647, o Padre Francisco Pinheiro, que, como nos lembramos, tinha sido prêso pela Inquisição, por ocasião do conflito de Évora, concluiu uma longa argumentação jurídica em favor da proposição de Antônio Vieira. Esta argumentação foi ratificada pelos seguintes jesuítas: João de Matos, antigo Assistente de Portugal, Francisco Valente, Luís Rodrigues, Paulo Gomes, Cornélio de São Patrício, Luís Brandão, Diogo Lopes, Bento de Sequeira, Antão Gonçalves, Mateus de Figueiredo, todos da Casa Professa de São Roque ou do Colégio de Santo Antão. Tal documento tira toda a realidade à opinião dos historiadores que viam na ação de Antônio Vieira em favor dos "cristãos-novos" uma atitude da qual ele era o único res-

ponsável, e que era, em geral, mal vista pela Companhia. Durante a ausência de Antônio Vieira, são estes seus confrades jesuitas que se encarregam de defender sua proposição. Esta, que havia recebido o apoio de uma outra argumentação jurídica anônima, foi submetida para exame ao Confessor do Rei, o agostinho Frei Dionísio dos Anjos. O Confessor foi em princípio desfavorável ao privilégio de isenção, contra o qual levantava as três seguintes razões:

1 — Como a conservação da fé é o direito divino, não se poder fazer nenhuma lei contra ela: ora, restituir os bens confiscados a todos os hereges é contra a conservação da fé pois o direito canônico não autoriza a restituição senão àqueles que se arrependeram sinceramente;

2 — O direito canônico proíbe aos Príncipes temporais de se imiscuírem nos crimes de heresia, e tacha de nulidade todas as medidas tomadas por eles contra o Santo Offício;

3 — O privilégio de isenção favorece os hereges, e seus defensores são passíveis de excomunhão, prevista pelo direito canônico, e pela Bula *In Cena Domini* contra os fautores de heresia.

Estas razões foram contestadas em dois longos memoriais: um redigido em novembro de 1647 pelo Padre Francisco Pinheiro, outro anônimo, mas visivelmente da mesma época, e obra de outro jesuita. Produziu-se então um acontecimento decisivo: em uma carta dirigida ao Rei, a 13 de dezembro de 1647, o Confessor se declara convencido pelos dois memoriais que refutavam suas objeções pessoais. Não somente o Rei João IV pode seguir a opi-

nião que se declara legal em direito canônico a isenção dos confiscos, mas, em atenção à delicada situação do Reino, ele deve decretá-la. De agora em diante é Frei Dionísio dos Anjos quem toma em suas mãos o caso, e vai conduzi-lo a bom termo. O mérito desta capital contramarcha não cabe a Antônio Vieira, pois que ele está ausente de Portugal no momento em que ela se deu. Como ele mesmo observará, em 1649, o Confessor do Rei rendeu-se às razões de numerosos doutores, quase todos jesuitas.

Entretanto, as consultas se multiplicavam em torno do documento inicial de Antônio Vieira. O Conselho-Geral do Santo Offício sabendo que o Rei interrogava teólogos e juristas sobre a proposição, havia transmitido a mesma por aviso às Inquisições de Lisboa, Coimbra e Évora. No fim de fevereiro de 1648, os Inquisidores dos três centros dão a conhecer sua opinião em longas memórias; unânimemente rejeitam a proposição: o Rei não tem o direito de intervir nos negócios puramente eclesiásticos. O documento feito por Vieira foi igualmente submetido, com os argumentos de seus confrades jesuitas, e as duas opiniões contraditórias do Confessor de João IV, ao Desembargador da Casa da Suplicação, Diogo Marchão Themudo. Este declarou que a primeira opinião do Confessor, contrária ao privilégio, lhe parecia a melhor. Ele mostrava que, cedendo às objeções de Frei Dionísio dos Anjos, os defensores da proposição tinham se visto obrigados a restringir os seus benefícios aos hereges reconciliados com a Igreja, com exclusão dos impenitentes. Mas então o projeto não contentaria os judeus, e os efeitos que dêle espera-

vam seus autores não seriam conseguidos. Themudo afirmava ainda que o Rei não tinha o poder de promulgar a isenção, sem o consentimento do Soberano Pontífice. De outro lado o direito canônico não autoriza a restituição de bens confiscados, senão em casos particulares, pois, de outro modo, o herege, certo previamente da impunidade material, afrontará sem pesar os inconvenientes da prisão, única pena a que ficará submetido. De outro lado, se o Rei é dono dos bens confiscados, o é sob a condição de não infringir a lei canônica; êle pode dá-los a qualquer um, salvo ao herege condenado. E se o autor da proposição recorreu à "epitquéia", e ao argumento da caducidade da lei, foi justamente porque êle sabe que o Rei não tem o poder de restituir aos condenados os bens confiscados. Themudo alegava ainda o exemplo do Cardeal-Rei Henrique, que tinha pedido ao Papa a revogação de uma isenção de confiscos por dez anos que o Rei Sebastião havia obtido em favor dos "cristãos-novos". Êle terminava dizendo que, se o Confessor do Rei e o Dr. João Pinheiro tinham tido dúvidas sobre a legitimidade da isenção, era necessário consultar novos juristas pertencentes a outras ordens, e que o melhor seria procurar meios menos suspeitos, para remediar a situação do Reino.

Um ministro, membro do Conselho de Estado, cujo nome não aparece, mas que é sem dúvida o "desembargador do Paço" João Pinheiro, tinha sido igualmente chamado a dar sua opinião. Sem pôr em dúvida o valor dos argumentos jesuítas, parecendo-lhe que uma modificação tão importante da legislação

inquisitorial não teria valor sem a aprovação da Santa Sé, pois que tinha sido ela que havia concedido aos Reis de Portugal a faculdade de utilizar livremente os bens confiscados.

A 15 de outubro de 1648, Antônio Vieira estava de volta a Lisboa. Sabese que, a cinco de junho do mesmo ano, a Holanda havia concluído a paz com a Espanha. A situação de Portugal tornou-se por isso ainda mais trágica. Durante os meses que sucederam a sua volta, Antônio Vieira ocupa o primeiro plano da cena política. Êle voltou de Haia portador de um plano de paz com a Holanda, que previa a restituição dos territórios tomados às Províncias Unidas pelos revoltosos do Brasil, a cessão de uma parte de Angola, e indenizações de reparação. O plano foi unânimemente repellido pelo Conselho do Governo, e o Padre Antônio Vieira foi cognominado o "Judeu do Brasil".

Naturalmente, a volta do jesuíta deu novo impulso às discussões que se prolongavam desde 1647 sobre a isenção dos confiscos. Os acontecimentos se precipitavam e Portugal, separado do Brasil, estava ameaçado de colapso econômico. Com efeito, no fim de março de 1648, uma nova frota holandesa, comandada pelo almirante de With, havia chegado a Recife, e tomara o domínio das águas brasileiras. As perdas que os piratas das Províncias Unidas faziam sofrer à marinha portuguesa eram assustadoras; segundo um documento oficial, sobre o número de trezentos navios a tentar a viagem, 249 foram perdidos nos anos de 1647 e 1648. Em setembro de 1648, João IV estava reduzido a interditar provisoriamente o transporte do

açúcar brasileiro. Para restabelecer o comércio com o Brasil, era absolutamente necessário organizar um sistema de comboio que defendesse os navios mercantes da pirataria. Somente os comerciantes "cristãos-novos" seriam capazes de criar a companhia comercial que poderia se encarregar desta organização. Na mesma época, um outro caso veio revelar ao Rei a que ponto a perseguição inquisitorial punha em perigo a existência da nação portuguesa. Na ocasião em que Vieira chegava a Haia, um "cristão-novo" tinha sido mandado à Holanda para comprar navios; ele era portador de um crédito de cem mil cruzeiros dados por Duarte da Silva, o amigo de Antônio Vieira; o jesuíta dirigia todo o negócio. Ora, a 9 de dezembro de 1647, Duarte da Silva era preso pela Inquisição. Quando a notícia da prisão chega à Holanda, todos os créditos foram considerados nulos. Além disso, ninguém quis enviar valores para Portugal, com receio de que eles fossem confiscados pela Inquisição, com os bens dos correspondentes portugueses; a moeda portuguesa baixou na praça de Amsterdam, o que comprometeu a missão dos enviados de João IV; foi a muito custo que Vieira pôde comprar só um navio.

Em Portugal, as consequências da prisão de Duarte da Silva não foram menos graves. Muitos judeus fugiram para Rouen, Inglaterra e Holanda. Esta emigração era duplamente prejudicial ao país, pois os emigrados levavam seus capitais, e as vezes os dos criptojudeus que ficavam em Portugal; chegados ao país de refúgio, eles naturalmente se negavam a servir à nação que os havia obrigado à expatriação. Tudo isso acabou por convencer João

IV, anteriormente tão respeitoso da jurisdição inquisitorial: se se continuasse a confiscar os bens dos suspeitos de heterodoxia, acabar-se-ia a independência portuguesa. Era preciso, com toda a urgência, decretar a supressão dos confiscos, e, em troca, obter dos "cristãos-novos" a organização de uma companhia de comércio, que assegurasse as relações comerciais com o Brasil.

Em seu regresso da Holanda, Antônio Vieira imediatamente tomou conhecimento do estado das negociações sobre o privilégio de isenção. Ele tinha recopilado, mais uma vez, sua proposição de 25 de maio de 1647, e, em apêndice, depois de ter resumido a evolução do caso, ele acrescentava um novo e importante argumento. Em 1641, com o consentimento de dois comissários do Santo Ofício espanhol, o Rei de Castela havia concedido aos "cristãos-novos" de seus domínios vantagens bem superiores àquela que propunha o documento de 25 de maio. O privilégio de isenção não era, pois, uma novidade na história das nações cristãs da Península.

A 1.º de dezembro de 1648, o Conselho-Geral do Santo Ofício, avisado das negociações em curso, se reunia, e decidia a tática a seguir. Os Inquisidores deviam solicitar ao Rei uma nova audiência, para expor-lhe, mais uma vez, as razões que eles opunham à concessão do privilégio. Se o Rei isentava dos confiscos os bens empregados na Companhia em formação, o Santo Ofício devia declarar a concessão nula, e processar judicialmente os executores da lei, aqueles que haviam recomendado a promulgação sendo considerados como fautores de heresia.

A 2 de janeiro de 1649, o Dr. Frei Miguel Valentim dava por sua vez seu parecer sobre a proposição. Sua resposta era nebulosa. Numa primeira parte, mostrava que a proposta de isenção era lícita, e que o Rei podia promulgá-la de toda a consciência. Mas numa segunda parte, elle discriminava os inconvenientes que resultariam desta promulgação. A supressão de uma pena temida incentivará os culpados e, como se excluem do privilégio os impenitentes, é possível que a lei não produza as vantagens esperadas. Por outro lado, os "cristãos-novos" desconfiarão, pois muitas leis a seu favor foram rapidamente revogadas. Não é necessário esquecer também que o Rei de Castela lhes concedeu numerosas imunidades desde 1641. É lastimável atrair para Portugal novos marranos: com efeito, graças às suas riquezas, elles se alliam às famílias mais nobres do país, e seu sangue infecto se espalha enormemente. Por outro lado, os espanhóis procurarão conseguir do Papa a condenação do privilégio, e interpretarão a medida como uma prova de fraqueza do reino português. Finalmente, elle julgava melhor entregar-se a Deus que achará certamente os meios de salvar Portugal.

A 13 de janeiro, o Conselho do Santo Officio, levado pelo Inquisidor-Geral, D. Francisco de Castro, compareceu à presença do Rei, e lhe pediu mandar examinar uma sentença dada em 1571, no tempo do Rei Sebastião, pelos maiores juristas do Santo Officio e do Desembargo do Paço. Estes doutores haviam decidido que os Juizes encarregados dos confiscos não deviam admitir as opposições fundadas sobre um Alvará que o Rei Sebastião, de pleno accordo com a Santa Sé, tinha con-

cedido aos "cristãos-novos", pelo qual elles estavam isentos de confisco por dez anos. Remetendo cópia deste "assento", os Inquisidores tinham insistido junto ao Rei para que elle não tomasse nenhuma decisão sem ouvir muito particularmente o aviso do Conselho-Geral do Santo Officio.

Foram ainda dois jesuitas que se encarregaram de refutar as últimas opposições levantadas contra o privilégio da isenção: um deles, cujo memorial se perdeu, não era outro senão o Padre Antônio Barradas, Superior da Casa Professa de São Roque; o outro era o célebre teólogo e jurista Francisco Valente. Encontrei a consulta deste último. Elle responde ao mesmo tempo, ao "assento" de 1571, invocado pelo Conselho da Inquisição, e aos inconvenientes arguidos por Frei Miguel Valentim. O assento, longe de ser prejudicial à isenção projetada, grandemente a favorece, e isto pelas seguintes razões:

1. O alvará de D. Sebastião tinha sido confirmado pelo Santo Officio: ora, uma lei civil, aprovada pelo Sumo Pontífice, torna-se uma lei canônica;

2. O alvará isentava de confisco todos os bens dos hereges, tanto imóveis como os móveis, e não somente os bens dos hereges convertidos e reconciliados, mas ainda os dos condenados; enquanto que as vantagens da lei que o Rei João IV quer promulgar são reservadas aos bens móveis, empregados no comércio, e aos hereges reconciliados;

3. No "assento" de 1571, é feita menção de um outro alvará de isenção de todos os bens, vigorante entre 1548 e 1558, que não havia recebido a confirmação da Santa Sé;

os jesuitas recomendam considerar-se como tendo valor para os convertidos e reconciliados;

4 — É falso que, como o pretende o "assento" de 1571, o Rei aplique a pena de confisco antes da sentença, pois quando o indivíduo suspeito de ortodoxia é denunciado e preso, seus bens só são seqüestrados; eles só são confiscados depois da sentença; é então que caberia a medida da restituição;

5 — E, enfim, que diferença entre a situação de Portugal nos tempos de D. Sebastião e a situação atual! O reino estava em paz com Castela, suas conquistas onde ele "dilatava" a fé não eram atacadas e inquietadas como o são hoje pelos hereges, e, entretanto, os juristas mantinham o benefício do "alvará" aos convertidos e reconciliados.

Quanto aos inconvenientes alegados por Frei Miguel Valentim, já foi respondido nos argumentos em favor da proposição de isenção:

1 — Quando o frade declara que poucos "cristãos-novos" do Norte da Europa se aproveitarão do privilégio, ele faz prognóstico sobre matéria incerta; pois, mesmo os hereges impenitentes enviarão seus capitais a correspondentes portugueses, se estiverem seguros de que não serão confiscados;

2 — É indigno pensar-se que o Rei faltará à sua palavra, e revogará a lei sem avisar aos interessados. Se as imunidades concedidas aos "cristãos-novos" pelo Rei da Espanha, em 1641, deram poucos resultados, foi porque não foram mantidas as promessas; sobrecarregaram os "cristãos-novos" de empréstimos ruinosos e outros vexames;

3 — O inconveniente dos casamentos mistos não existe, pois, eles

provam somente que os "cristãos-novos" têm vergonha de suas origens; de outra parte, é muito raro que os descendentes de tais uniões sejam convencidos de judaísmo;

4 — Se é verdade que o Rei da Espanha tentou fazer condenar a isenção pelo Papa, é uma razão a mais para se a promulgar. Por outra parte, os "cristãos-novos" são muito ouvidos em Roma, onde os tratam muito melhor do que em Portugal, não somente aqueles que são católicos, mas mesmo os judeus. Promulgando a lei, o Rei de Portugal não demonstrará a fraqueza do país, ele não fará senão demonstrar sua firme vontade de vencer, pelas vantagens que lhe trará a renovação do comércio;

5 — Finalmente, é muito bonito contar-se com a ajuda de Deus, mas não é uma razão para cruzar-se os braços diante do inimigo esperando um milagre: Deus não favorece os negligentes.

De agora em diante, o caso entra em sua fase final. O confessor do Rei incorporou à causa um membro de sua ordem, Irmão Richard de S. Vitor, professor da Universidade de Coimbra. Ambos, agindo de pleno acôrdo com os jesuitas, não cessarão de agir enquanto a lei não fôr promulgada. A 18 de janeiro escreveu uma carta a João IV. Irmão Richard assegura que a resolução é "certíssima", e que a consciência do Rei nada tem a temer. Ele não faz nenhum favor ou graça aos "cristãos-novos", ele se contenta em concluir com eles um contrato que não é proibido por direito algum. O Irmão Denis recorda sua anterior posição; não somente o Rei "pode", em sã consciência, conceder o privilégio pedido, mas levando em con-

ta os perigos que ameaçam o Reino e a conservação da Fé nos domínios, êle deve fazê-lo.

No dia seguinte, 19 de janeiro, nova carta dos dois monges ao Rei. Insinua-se a êle a conduta a seguir. João IV deve dizer ao Inquisidor-Geral que, malgrado as representações do Santo Officio, é-lhe assegurado por numerosas pessoas doutras e tementes a Deus, que êle pode fazer um contrato com os "cristãos-novos", e que êle está decidido a firmá-lo. Se fôr julgado necessário submetê-lo à aprovação do Papa, isto será feito quando êste se resolver a receber os embaixadores portugueses. A carta terminava fazendo a seguinte injunção: "V. M. não deve mais admitir nenhuma réplica do Santo Officio, mas ordenar immediatamente a execução da medida em causa."

Três dias mais tarde, o confessor do Rei recapitulava a marcha das negociações. Êle enumerava os nomes de todos os teólogos e juristas que haviam proclamado o caráter lícito da proposição em causa; a maior parte dêles são jesuítas. A êstes últimos devemos acrescentar o Dr. Antonio Martins Portocarreiro, prior d'Azambuja, o Dr. José Mendes Salas, o Dr. Gaspar Roiz Pôrto, o Dr. João Pinheiro, Desembargador do Paço, o Dr. Bento Cardoso Osório, e muitas outras pessoas de que o Confessor não cita os nomes. Em pós-escrito, o Irmão Dionisio declara ter recebido um memorial do Irmão Diogo Arthur, que aprova a resolução; fato curioso, trata-se de um dominicano que os jesuítas tinham feito excluir da Universidade de Coimbra, porque êle se opunha à doutrina da Imaculada Conceição. Em conclusão, o Confessor afirmava que as últimas

objeções levantadas pelos Inquisidores tinham sido destruídas pelos memoriais dos jesuítas Francisco Valente e Antônio Barradas.

Um primeiro projeto de alvará é então redigido, e submetido aos jesuítas, que sugerem modificações ou acréscimos. A 2 de fevereiro teve lugar uma última conferência entre o Confessor e o Irmão Richard; as sugestões dos jesuítas foram cuidadosamente examinadas, e na maioria aceitas. Em plena noite o Confessor redige antecipadamente a minuta do alvará.

Por ocasião da entrevista concedida pelo Rei ao Conselho-Geral do Santo Officio, a 13 de janeiro, êste ficou convencido que os Inquisidores seriam novamente recebidos por João IV a 6 de fevereiro. Qual não foi a surpresa dos dirigentes do Santo Officio quando ouviram a leitura, no curso desta nova entrevista, de um alvará, no qual o Rei ordenava que "todos os bens", de qualquer natureza que fôsem, pertencentes aos "cristãos-novos" portugueses e estrangeiros, presos ou condenados pelo Santo Officio por crime de heresia, apostasia ou judaísmo, não seriam mais seqüestrados ou inventariados no momento das prisões, nem incorporados ao tesouro real depois das sentenças condenatórias. Como se vê, a medida promulgada era muito mais liberal do que a que tinha sido prevista a princípio: todos os bens, imóveis e móveis, dos "cristãos-novos" ficavam isentos de confisco, e não se lhes impunha mesmo uma obrigação de entrar para a Companhia que se ia formar. Somente eram excluídos da medida os heréticos impenitentes, os outros condenados podendo dispor de seus bens em favor de ca-

tólicos. O Confessor, consultado pelos jesuitas, havia calculado que se podia isentar de confisco todos os bens, mesmo que seus possuidores não entrassem para a Companhia.

No alvará, o contrato era justificado pelo fato de que os "cristãos-novos" ofereciam formar uma companhia que, com trinta e seis navios de guerra asseguraria a proteção dos comboios dos navios mercantes da linha do Brasil. E a 10 de março de 1649, um outro alvará aprovava os estatutos, datado de oito de março, da Companhia-Geral de Comércio do Brasil. A Inquisição estava vencida, e assim permanecerá até a morte de João IV. A trágica situação portuguesa havia mudado a posição inicial do piedoso soberano. E, como dizia o secretário do embaixador de Portugal em Paris, mesmo se os "cristãos-novos" não se tivessem oferecido para formar a nova Companhia, o Rei lhes teria concedido a isenção dos confiscos, pois ele não tinha outro meio para restabelecer a confiança dos comerciantes portugueses e estrangeiros.

Chegados ao termo desta exposição, não é inútil tentar tirar dela as conclusões. Um historiador muito autorizado da Companhia de Jesus, escrevia em 1922:

"Não há dúvida que as proposições de Vieira em favor dos judeus... chocaram profundamente os Superiores da Companhia de Jesus. Elas instigaram contra ela a animadversão do Santo Ofício, e eles lamentavam muito este fato: "Queira Deus, escrevia ao Assistente português do Geral em Roma o Superior de São Roque em 1649, queira Deus que o Padre Vieira não nos atraia mais ódio da parte do Santo Ofício, do que o que já

nos atraía, que é bem grande..." "Evidentemente, — continua o mesmo historiador — a Companhia de Jesus não era solidária com Vieira em suas atividades políticas em que ele se metia; não existe indício algum, com força probante, que nos possa fazer admitir que os documentos sobre os judeus tenham sido feitos por instigação ou mesmo com o consentimento dos Superiores. O que ressalta claramente dos planos enviados ao Geral, e da correspondência dos jesuitas, é o pesar que eles manifestam pelo fato de que tais escritos saiam da pena de Vieira."

É impossível, acreditamos nós, aceitar tais afirmações. Enumerei todos os documentos originais e autógrafos assinados por numerosos "confrades de Vieira (e confrades que tinham ocupado ou iriam ocupar postos importantes na Província portuguesa), que apoiavam sua proposição, e é triste verificar que o Superior de São Roque que, em dezembro de 1649, lastimava em uma carta ao Assistente, a ação de Vieira contra o Santo Ofício, seja o mesmo Padre Antônio Barradas que, em janeiro de 1649, redigia um memorial destruindo as últimas objeções dos adversários do projeto.

Este estranho fato tem sua explicação: em 1646, o Padre João de Matos tinha deixado o cargo de Assistente de Portugal junto ao Geral, e tinha sido substituído pelo Padre Nuno da Cunha. Este, inimigo pessoal de Antônio Vieira, tinha estado sempre em oposição a um conflito com o Santo Ofício, e tinha manifestado sua opinião desde o caso do mercado de Évora, em 1643. Em 1650, ele será acusado de ter obtido do Papa, a pedido do Santo

Offício português, um Breve condenando o alvará de 6 de fevereiro de 1649. Por outro lado, foi publicada uma de suas cartas a João IV, de 6 de agosto de 1650, onde elle tenta persuadir o Rei para revogar seu alvará, e adotar uma medida menos liberal. Os argumentos empregados já tinham sido enunciados pelos partidários do Santo Offício.

Na mesma época, uma outra grave questão agitava a Província portuguesa da Companhia. Um certo número de jesuítas ambicionavam a divisão da Província, e tinham conquistado para as suas idéias o Rei João IV. À frente dos partidários da divisão se encontrava Antônio Vieira. Esta atitude indignou numerosos jesuítas portugueses, entre elles Antônio Barradas, e mais ainda os dirigentes da Companhia em Roma. Nos fins de 1649, o Geral ordenava ao Provincial português que preparasse a exclusão do Padre Antônio Vieira. Esta medida não foi executada, estando Vieira neste momento no apogeu de sua influência junto ao Rei; mas parece que ela foi provocada mais pelos inimigos que elle tinha na Província portuguesa, e por sua attitude no caso da divisão, que por seus esforços em favor dos "cristãos-novos", esforços estes que foram apoiados pelos mais autorizados de seus confrades de Lisboa.

Nos arquivos da Inquisição se encontra uma cópia da resposta do Procurador da Coroa, Tomé Pinheiro da Veiga, quando elle teve comunicação dos Estatutos da Companhia-Geral do Comércio do Brasil. Se bem que meio "cristão-novo", Pinheiro da Veiga estava indignado da extensão dos privilégios que João IV concedera aos "cristãos-no-

vos". Sua resposta termina da maneira seguinte: "Isto é uma confusão e ardil, parece companhia dos padres da Companhia, que recebem o dinheiro a razão de juro e o diabo lho tire das mãos, societats leonina."

Vejamos, para terminar, qual foi o resultado da campanha dos jesuítas a favor dos "cristãos-novos", ou, em outras palavras, qual foi a ação da Companhia-Geral do Comércio do Brasil. A 4 de novembro de 1649, dezoito navios de guerra deixavam o Tejo comboiando para o Brasil uma frota de sessenta e seis navios mercantes, dez destes últimos estando providos de artilharia. Esta Armada atingiu a Bahia a seis de março de 1650, só tendo perdido um pequeno barco. A volta foi mais agitada: o destacamento partido do Rio de Janeiro foi atacado, face ao Tejo, pelo almirante inglês Blake, em represália contra o auxilio dado por João IV, aos realistas ingleses. Em compensação, a frota partida da Bahia, que compreendia oitenta navios mercantes, atingiu Lisboa sem embaraços, no começo de 1651, com um grande carregamento de açúcar. Em dezembro de 1653, na terceira viagem organizada pela Companhia, a frota bloqueou o porto de Recife, e obrigou os holandeses à capitulação. Acabara-se o Brasil holandês.

Os dois últimos historiadores da Companhia-Geral do Comércio do Brasil: os Professores C. R. Boxer e Gustavo de Freitas, chegaram, independentemente de combinação prévia, à mesma conclusão: a singular, se bem que patriótica, aliança de judeus e de jesuítas, sob o reinado de João IV, salvou o Brasil e a independência portuguesa.

REVOLUÇÃO COMUNISTA RUSSA

USAS E CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO COMUNISTA RUSSA E DAS GUERRAS REVOLUCIONÁRIAS NA CHINA, INDOCHINA, GRÉCIA E CUBA

Maj Inf
HELIO COSTA
(10G-7.405)

REVOLUÇÃO COMUNISTA RUSSA

a. Causas mediatas

- (1) Os reflexos da Revolução Industrial Inglesa, ocasionando o surgimento de uma classe operária cada vez mais forte.
- (2) A entrada das idéias comunistas na Rússia, a partir de 1880, com a tradução de "O Capital", de Marx.
- (3) O início das atividades de Lenine, dando dinamismo às idéias de Marx.
- (4) A organização, em 1912, por Lenine, do Partido Operário Social Democrata (Bolchevista) como "o veículo da Revolução".
- (5) A infiltração insidiosa dos bolchevistas em todos os movimentos de oposição ou protesto contra o regime czarista, tais como, a Revolução de 1905, a sublevação do corajoso Potenkin, Greves, 1.º Soviet, Dumas, distúrbios internos por ocasião da 1.ª Guerra Mundial, entre outros.
- (6) A Revolução de março de 1917 que terminou com o regime autocrático do Czar.

b. Causas imediatas

- (1) A organização do Soviete de São Petersburgo, logo após a eclosão da Revolução de março de 1917, em contraposição ao Governo Provisório então organizado.
- (2) A expansão dos sovietes por toda a Rússia, obtendo logo a seguir a simpatia de todo o povo.
- (3) A expedição, pelo Soviete de Petrogrado, da famosa Ordem n.º 1, que consistia na "abolição dos sinais de respeito e das insígnias de postos e graduações, criação de comitês nos corpos de tropa, etc".

governo implantado após a Proclamação da República em que as crenças tradicionais e as instituições começaram a ser repelidas. (Após a Revolução Comunista Russa).

- (2) A situação a que foram conduzidos os camponeses, de impaciência e propensão à exploração revolucionária, em face do sistema dos "senhores da guerra".
- (3) A exploração pelo Partido Comunista Chinês, recém-fundado, do tema da Reforma Agrária, que tanto êxito obteve na China.
- (4) A Tese para a revolução Asiática, aprovada no Segundo Congresso Mundial da Internacional Comunista (Jun 1920).
- (5) A designação da China como objetivo número um para o desenvolvimento da teoria e da estratégia comunista feita no Congresso das Nações Orientais (Set 1920).
- (6) A facilidade oferecida pelo regime imposto pelo Dr. Sun Yat Sen, à penetração e desenvolvimento do comunismo, em face de, juntamente com o regime bolchevista, ser considerado pária internacional.
- (7) A permissão concedida aos comunistas para unirem-se ao Kuomintang (Partido Nacionalista) formando uma "Frente Única" (1923-1927), seguindo velha tática internacional do Comunismo.

b. Causas imediatas

- (1) A morte, em 1925, do Dr. Sun Yat Sen, de que se aproveitaram os comunistas para se colocarem à testa do Kuomintang.
- (2) O rompimento repentino e brusco do Kuomintang com a *Frente Única*, realizado por Chiang Kai Shek (12 Abr 1927).
- (3) A retirada dos comunistas para as regiões montanhosas do país, entre eles Mao Tse Tung e Chu Teh, de onde iriam chefiar o início da Guerra Revolucionária.

c. Consequências

- (1) Incremento da influência sobre os Partidos Comunistas Latino-Americanos, em face do aspecto particular do comunismo agrário chinês.
- (2) Destruição do magnífico e secular sistema de Governo Chinês (Democracia com Aristocracia) e de toda a civilização nêle baseada.
- (3) Promulgação da República Popular Chinesa (Comunista) — 1.º Out 1949 — e conseqüente fuga de Chiang Kai Shek para Formosa.
- (4) Lição para o mundo ocidental conseqüente a que em um país, onde impere o caos, o poder pode facilmente cair em mãos

de uma minoria bem organizada. (Os PC são minorias bem organizadas).

- (5) Criação de um Estado Comunista Forte, organizado e que por sua enorme população, seu imenso potencial econômico, seu ódio pelo mundo capitalista, as suas mágoas em não ser reconhecido como a verdadeira China pela ONU, constitui uma ameaça permanente à paz mundial.

— GUERRA REVOLUCIONÁRIA NA INDOCHINA

a. Causas mediatas

- (1) Região favorável às ações de guerrilhas, particularmente no centro, na fronteira noroeste e a sudeste.
- (2) Existência de contrastes flagrantes entre o padrão de vida elevado da administração francesa e o que desfrutavam os nativos.
- (3) Importância da Região como ponto de contato entre o mundo chinês e o mundo hindu.
- (4) Existência de um quadro sanitário insatisfatório em que a fome, as doenças e as enchentes campeavam no país.
- (5) Hostilidade da maioria da população com relação ao colonialismo francês.
- (6) Caráter particular da península indochinesa que não forma um conjunto, nem no ponto de vista étnico, nem no plano cultural ou religioso, nem tampouco no grau de civilização ou no de exploração de riquezas.

b. Causas imediatas

- (1) Organização pelos comunistas da Liga Revolucionária Pró-Independência do Viet-Nam (Viet-Minh) segundo velho e conhecido método comunista, do qual o aparente objetivo era a expulsão dos japoneses cuja intervenção se deu em 1941.
- (2) Simpatia demonstrada pelos camponeses com relação aos comunistas ao término da 2.^a Guerra Mundial, principalmente os do Tongking.
- (3) Situação confusa existente no após 2.^a Guerra Mundial, em que o país se encontrava em sua maior parte ocupado por tropas japonesas; no Tongking, tropas nacionalistas chinesas; no Sul, tropas inglesas (Tratado de Potsdam). A França continuava a reivindicar o domínio do país. No Norte, Ho-Chi-Minh proclamou a República.
- (4) A existência de líderes, tais como Ho-Chi-Minh e Nguyen Giap que aparentemente representavam os anseios de libertação do jugo colonial por parte do povo.

- (5) A ação de Ho-Chi-Minh no pós-guerra, procurando dificultar aos franceses a retomada do controle do país.
- (6) O ataque geral do Viet-Minh contra as guarnições francesas do Tongking, em 16 de dezembro de 1943.

c. Consequências

- (1) Derrubada do gabinete francês em face da derrota de Dien-Bien-Phu (9 de maio de 1954) e ascensão ao poder do radical-socialista de esquerda Pierre-Mendes-France, favorável ao fim da dominação francesa.
- (2) Realização da conferência de Genebra (27 de julho de 1954) com a divisão provisória do Viet-Nam em duas zonas, servindo de limite entre elas o paralelo de 17º Norte.
- (3) Perda de todo o território do Viet-Nam, ao Norte do Paralelo 17º para o governo comunista de Ho-Chi-Minh.
- (4) Grandes sacrifícios de ordem militar e financeiro por parte da França.
- (5) Não realização das eleições marcadas para 1956 que visavam a unificação do país, permanecendo o mesmo dividido até hoje.
- (6) Assunção do governo do Viet-Nam do Sul por parte de Ngo-Dinh-Dien que instalou uma ditadura.
- (7) Incremento da ajuda ao Governo de Ngo-Dinh-Dien por parte dos EUA não só em dinheiro como em tropa.
- (8) Desencadeamento de uma violenta perseguição do governo (católico) contra os budistas por virem nestes uns elementos com filosofia pacifista que servia ao comunismo.
- (9) Convergência da opinião mundial para o Viet-Nam como um perigo para a paz.

4 — GUERRA REVOLUCIONÁRIA NA GRÉCIA

a. Causas mediatas

- (1) Condições topográficas excelentes para as ações de guerrilhas, principalmente na direção N-E-N-W.
- (2) Condições precárias de vida em que se sobressaia um padrão de vida baixo.
- (3) Existência de uma certa tendência separatista por parte dos macedônios.
- (4) Constituição dos Balcãs em uma região de tensões e conflitos.
- (5) Existência de um Partido Comunista bem organizado e insuado, embora na ilegalidade.

b. Causas imediatas

- (1) Pressão militar soviética, tentando flanquear os estreitos turcos.
- (2) Desejo da URSS de atingir as orlas do Mediterrâneo, inclusive Creta, permitindo a posse de uma base para ações extramilitares contra o Complexo do Oriente Médio.
- (3) Intervenção alemã em 1941 (Concluída em 1944).
- (4) Organização da Frente Nacional de Libertação (EAM) e do conseqüente Exército Popular Nacional de Libertação (ELAS) com grande penetração comunista e que, para muitos, significava a única solução contra o invasor alemão.
- (5) Resistência do ELAS em dissolver suas forças de Guerrilhas após o término da intervenção alemã (outubro de 1944) dando início a uma guerra civil contra o governo legal, que terminou com um armistício solicitado pelos comunistas (Acôrdio de Varkisa).
- (6) Retirada provisória dos comunistas, com o Acôrdio de Varkisa, para reiniciar a ofensiva em outro lugar e em condições mais favoráveis, segundo velha tática comunista (Foram para a Albânia, Iugoslávia e Bulgária).

c. Conseqüências

- (1) Criação de uma Guarda Nacional, liberando o Exército Nacional Grego para o cumprimento de missões mais importantes.
- (2) Surgimento de Chefes militares gregos de alto gabarito, tal como o General Papagos.
- (3) Experiência de ação de guerrilha por parte do Exército Nacional Grego.
- (4) Afinidade com o povo norte-americano em face da prestimosa ajuda prestada.
- (5) Manutenção da Macedônia dentro da integridade nacional grega.
- (6) A eliminação do perigo comunista em tentar dominar a Grécia de pós-guerra.
- (7) Rompimento Tito-Cominform, enfraquecendo o comunismo internacional.
- (8) Manutenção da Grécia no Mundo Ocidental.
- (9) Melhores dias e melhores condições de vida para o povo grego.

5 — GUERRA REVOLUCIONÁRIA EM CUBA

a. Aspectos gerais condicionantes

- (1) Existência de grandes contrastes no país em que a uma pequena classe de ricos se opunha uma classe de cubanos desesperadamente pobres.
- (2) Péssimo quadro sanitário apesar de suas boas condições ecológicas, decorrente da pobreza e de muitos fatores sociais e culturais.
- (3) Condições higiênicas insatisfatórias da população, no que concerne à iluminação, água, saneamento, ventilação das moradias etc.
- (4) Desenvolvimento social em sério desequilíbrio, beneficiando a cidade.
- (5) Existência de grandes latifundiários, dominando a sociedade cubana.
- (6) Existência de uma classe privilegiada de norte-americanos, com grandes interesses no país (açúcar e mineração).
- (7) Acendrado amor do povo cubano pela liberdade e ânsia por sua soberania.
- (8) Exploração sucessiva por diversos ditadores.
- (9) Forte prevenção contra os norte-americanos, como resultado das constantes intervenções na política interna cubana.
- (10) O aparecimento da figura de Fidel Castro que de início representava os verdadeiros anseios do povo cubano.
- (11) O aparecimento de Ernesto Che Guevara encarregado pelo Kremlin de provocar movimentos revolucionários em todo o continente latino-americano.
- (12) O aparecimento de um especialista em guerrilhas (Ex-Coronel do Exército Espanhol Alberto Bayo, cubano de nascimento).
- (13) A existência de um local ideal para aquele tipo de operação — Sierra Maestra — que serviria de base para futuras operações de guerrilhas.
- (14) Os acenos de uma Reforma Agrária, que atraíam os "Gua-jíros".
- (15) A traição de que foi vítima o povo cubano por parte de Fidel Castro, o que é comprovado pelos seguintes fatos:
 - a) O Manifesto de Jul 57, primeira declaração política feita em Sierra Maestra que continha uma promessa formal de eleições gerais ao fim do 1.º ano de governo e uma garantia absoluta de liberdade de informação e de imprensa e de todos os direitos individuais e políticos consagrados na Constituição de 1940.

b) O Manifesto de junho de 58, em que Castro afirmava:

"Aceito a missão de dirigir a nossa nação, após a queda do tirano, para a normalidade, mediante a organização de um governo provisório de curta duração que conduzirá o país aos métodos totalmente constitucionais e democráticos."

- (16) A ajuda inicial dada pelos EUA a Fidel Castro, inclusive declarando o embargo de armas para o Governo Batista.
- (17) Malgrado a gritante diferença de efetivos entre as forças do Governo e os revoltosos (12.000 x 500) estes tinham em seu favor as seguintes vantagens:
- a) A luta seria travada em seu território, em região montanhosa e de florestas, ideal para a defensiva.
 - b) Os combatentes de Castro estavam muito treinados em operações guerrilheiras.
 - c) O moral estava elevado pela convicção da justiça da causa.
- (18) O fato feliz para os revolucionários de terem conseguido apanhar o Livro de Código das Forças do Governo.
- (19) A ocorrência no campo político de um acontecimento que se revestiu de aspecto de autêntica vitória para os revoltosos qual seja a assinatura em 20 de julho de 1958 do chamado Pacto de Caracas, que congregava todas as forças anti-Batista em vários setores sociais.
- (20) A assunção do controle do país por Fidel Castro em 1.º Jan 59.
- (21) A declaração feita na época por Fidel Castro de que seriam restauradas as garantias constitucionais de todos os tipos.
- (22) O fato de que cedo as promessas feitas ao povo cubano foram sendo esquecidas e a revolução passou a desvirtuar-se. As eleições foram transferidas para "melhor oportunidade" e mais tarde, sumariamente canceladas.
- (23) A "onda de violência" que passou a cobrir Cuba, sendo mais de mil pessoas executadas no "paredon".
- (24) O INRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) transformou as grandes propriedades agrárias em cooperativas agrícolas, administradas pelo Instituto, deixando, em termos práticos, de cumprir com a promessa tantas vezes repetidas, de distribuir as terras pelo "guajiro".
- (25) O desenvolvimento que passou a ter o Partido Comunista, invadindo todos os setores da vida nacional cubana.

- A oposição política foi sendo extinta e os partidos, exce-
tuando-se o comunista, encerraram definitivamente as suas
atividades políticas.
- (26) A metamorfose sofrida pelas Forças Armadas dando origem
ao "nôvo exército" e às "milícias".
 - (27) O desencadeamento de forte ofensiva psicológica no sentido
de influenciar, orientar e controlar as novas gerações.
 - (28) A substituição dos professores cubanos por tchecos e hún-
garos.
 - (29) O estabelecimento de perseguição religiosa contra todos os
credos.
 - (30) A abolição da liberdade de imprensa, falada e escrita.
 - (31) A abolição do direito de greve.
 - (32) Os confiscos e expropriações, não respeitando qualquer
direito de propriedade estrangeiro ou nacional.
 - (33) A declaração feita por Fidel Castro em praça pública, em
2 Set 60, de que "a convicção cubana se refere a que a
democracia não pode consistir apenas no exercício de um
voto eleitoral que quase sempre é ficção e é manobrado
por latifundiários e políticos profissionais, mas no direito
do cidadão, a decidir, como agora faz esta Assembléia do
povo, os seus próprios destinos".
 - (34) O apoio dado pela China, através do Primeiro-Ministro Chu-
en-Lai, em 30 Set 60.
 - (35) O rompimento de relações entre o governo dos EUA e Cuba
em 3 Jan 61.
 - (36) A declaração feita por Fidel Castro em 1.º Mai 61 de que
Cuba é um Estado Socialista e nele não haverá mais eleições.
 - (37) A declaração feita em 2 Dez 61 por Fidel Castro de que sem-
pre fôra marxista.
 - (38) O fato de que conseguida a comunização de Cuba, o passo
seguinte foi iniciado: exportação da revolução com a intro-
dução do fidelismo no hemisfério.

b. Causas mediatas

- (1) Existência, na parte oriental da Ilha, de uma Região fisiográ-
ficamente favorável à Guerra Revolucionária.
- (2) A formação da nacionalidade do povo cubano, cujos aspectos
principais são o amor pela liberdade, ânsia por sua soberania,
hostilidade a ditadores, forte prevenção contra os norte-
americanos em face de constantes intervenções, a par de uma
infiltração progressiva do bloco soviético.

c. Causas imediatas

- (1) A existência de grandes contrastes no País, em que avultam:
 - a) Uma pequena classe de ricos a par de cubanos desesperadamente pobres;
 - b) O péssimo quadro sanitário da ilha a par de boas condições ecológicas.
- (2) A existência de graves problemas sociais, entre eles:
desenvolvimento social em sério desequilíbrio, beneficiando as cidades;
domínio da sociedade por grandes latifundiários;
existência de uma minoria de norte-americanos com grandes interesses comerciais, constituindo uma classe privilegiada.
- (3) O surgimento de líderes que aparentemente representavam os verdadeiros anseios do povo cubano (Fidel Castro e seu irmão Raul, Che Guevara e outros).
- (4) Movimento de descontentamento para com a ditadura de Batista que após depor o Presidente Socarrás (1952) assume o poder e dissolve o Congresso.
Em 1953 os movimentos começaram a tomar corpo, culminando com o ataque ao Forte Moncada (26 Jul 953).

d. Consequências

- (1) Derrubada de um ditador (Batista) e surgimento paulatino de outro (Fidel Castro).
- (2) Transformação de Cuba num Estado Socialista, inteiramente dentro dos moldes comunistas, em que:
 - a) Não há eleições democráticas;
 - b) Não há garantia de direitos individuais;
 - c) Não há garantias para empreendimentos de iniciativa privada;
 - d) Não há liberdade religiosa.
- (3) Organização de poderosas forças militares (maiores do continente americano — à exceção dos EUA) em face da ajuda militar da URSS.
- (4) Exportação da revolução cubana com a introdução do fidelismo em todo o continente americano.
- (5) Reação velada da grande maioria (Frustração do povo cubano) do povo cubano para o qual a experiência socialista não está sendo muito feliz, principalmente no que diz respeito às garantias individuais e à própria vida económica e financeira do país.

A redacção de "A DEFESA NACIONAL" julgando da oportunidade dos conceitos emitidos pelo autor, solicitou e obteve permissão de S. Ex.^a o Sr. Gen Ex A. C. Moniz de Aragão, para republicar o presente artigo.

BILHETES A UM ASPIRANTE

Gen Ex A. C. MONIZ DE ARAGÃO

DEDICATÓRIA

Meu caro Aspirante,

Certa tarde, em Resende, pediste-me para redigir alguns conselhos que fôsseem úteis aos teus companheiros, quando ingressassem no oficialato. De início não pretendi satisfazer à tua solicitação. Julguei desnecessário dar-me ao trabalho de escrever sobre assunto farta e brilhantemente burilado por famosos escritores dêste e do século passado.

No entanto, mudei de idéia. Hoje, que estou longe da mocidade militar de Agulhas Negras, punge-me a saudade. Sinto êste anseio, êste desejo, êste impulso, humanamente justo, de não ser completamente esquecido por aquêles a quem, honestamente, dediquei os meus melhores esforços, os mais belos dias de minha vida, muito da minha perseverança. Estimula-me esta vontade de durar, de não permitir que o tempo apague e o espaço afaste a minha lembrança.

Eis a origem dos BILHETES, que te envio. Decorrentes do meu egoísmo, se tal é pretender subsistir na recordação daqueles que me são queridos, daqueles cujos passos na senda do dever tentei iniciar, modestos embora, se nenhum valor contêm, estão impregnados da vontade de ser útil. Há nêles muito de meu coração, de minha mocidade que passou, transfundindo-se em experiência.

A. C. M. A.

Nota: Os BILHETES foram extraídos da obra de Arthur Deloge — CONDUIRE
LES HOMMES! (Nota do autor).

PRIMEIRO BILHETE

CONHECE TEUS COMANDADOS

Ao ser designado o teu pelotão, consulta o teu antecessor sobre as qualidades e defeitos dos soldados que o constituem. Indaga do valor de cada um, de seu espírito de disciplina, de sua dedicação ao trabalho, de seu aproveitamento na instrução, de sua coragem, de sua conduta no combate, etc. Anota, em frente de cada nome, com sinais ou letras — (mb = muito bem; b = bem; r = regular; etc.), a apreciação do teu camarada mais antigo. Guarda-te, entretanto, de aceitar como inapeláveis os conceitos consignados. Sim, excelentes soldados, mal dirigidos no período anterior, podem ter passado por criaturas perniciosas.

Uma vez no comando da unidade elementar, esforça-te por decifrar o caráter de teus subordinados. Ausculta, particularmente, aqueles que foram assinalados como difíceis. Este se deixa levar por maneiras suaves. É um rapaz de família distinta, de fina educação, cheio de boa vontade, porém altivo. Aquêle confunde delicadeza com medo. A seus olhos um subalterno de trato fino é um fraco. Para tais indivíduos, a ordem deve ser dada sob a forma imperativa, mas em termos.

De início, recorre com frequência às indicações dos teus graduados. Só abre a boca para dar ordens ou informações úteis. Demonstra e, de fato, toma grande interesse pelos serviços referentes aos teus homens, particularmente pelas escalas.

Realizando as tuas atribuições com exatidão, cedo conhecerás o ambiente e o material que deverás modelar. Observa e escuta ainda por algum tempo. Isto te será muito, muito vantajoso.

Os subordinados também te espreitarão. Manobra alguma em falso passará despercebida e ser-te-á perdoada. O silêncio muitos tropeços te poupará.

SEGUNDO BILHETE

DEDICA AOS TEUS HOMENS CONFIANÇA E RESPEITO

Só depois de haveres estabelecido a tua manobra, analisando atenta e minuciosamente o material humano que te foi confiado, conhecida a estrada a percorrer e decidido os métodos a utilizar, poderás, gradualmente, abandonar tua reserva, "ceder as rédeas".

Dá tuas ordens, que exalem confiança em ti e em teus homens. Muita, muita calma. Nada de nervosismo. Foge da redundância e da repetição. Esforça-te por transmitir aos teus subordinados a impressão de que os consideras bons soldados, inteligentes, merece-

dores de confiança. Jamais esqueças que o fato de um dia poder estar, junto a ti, exposto à mesma morte gloriosa em defesa do Brasil, torna o pior dos soldados digno do teu respeito.

Cautela! Pensa que certos caracteres podem ter se azedado e muitos corações se confrangido sob a ação enervante do teu antecessor. Evita, pois, extinguir a chama que ainda crepita. A ocasião é propícia. Consente que essas almas se entreguem, a ti, de nôvo e sem reservas. É a oportunidade que tens, nôvo chefe, de tomá-las em tuas mãos e mostrar que — "a paz descera sobre os homens de boa vontade". Nada de dúvidas! Nada de gritos! Nada de palavras grosseiras!

Lembra-te que a condução de seres humanos é uma arte difícil. No Exército Brasileiro, condenados à eterna vida de guarnição, salvo um pugno de oficiais que estiveram na FEB, não lhe emprestamos o devido valor. O conhecimento do homem não se improvisa. Pede estudo e subtilidade. Exige teoria e prática. Impõe o conhecimento dos complexos elásticos de sua alma.

Mãos à obra. Esforça-te por desenvolver as tuas faculdades de observação. Torna-te um psicólogo. Mas, acima de tudo, sê HONESTO.

TERCEIRO BILHETE

RESPEITA OS TEUS SUBORDINADOS

A disciplina se alicerça no respeito reciproco, dos subordinados pelo chefe e dêste por aquêles.

A consideração dispensada pelo superior aos seus soldados não é indício de fraqueza. Bem ao contrário, é elemento de equilíbrio. Compõe a harmonia da disciplina. Impede que o primeiro exorbite em rigor e os segundos tresmalhem na desconfiança ou no rancor.

Dá tuas ordens com dignidade e firmeza. Os homens, se estiverem convencidos de que merecem a tua confiança, hão de executá-las com prazer, se as enunciarem com acôrto. Seu raciocínio é simplista: — "O tenente cumpre seus deveres para conosco. É um individuo honesto. Nós lhe devemos obediência".

Não mereces critica? Esforças-te por ministrar justiça? Afastas de ti os "boateiros" e os aduladores? Conheces as tuas obrigações e responsabilidades para com os teus inferiores? Preocupas-te com o bem-estar material e moral dos teus soldados? Interessas-te pelas suas tristezas, pedes noticias de suas familias e alegras-te com a chegada da carta longamente esperada?

Se assim fizeres, anularás qualquer sentimento de desobediência ou má intenção. Os teus homens estarão desarmados para reagir. Deixar-se-ão guiar por tuas mãos firmes. Estarão convencidos da

necessidade da disciplina, que não lhes pesa. Muitas vêzes marcharão à frente das tuas ordens. Conquistados os seus corações, as suas vontades se entregarão.

Procura, de maneira inteligente, juntar, unir, em exatas proporções, a deferência devida ao homem com a firmeza de comando, de sorte que o teu desejo seja ordem e o mais leve sinal executado com precisão.

A menor batida no freio é sentida e compreendida pelo animal, se o ginete não lhe endurece a boca. A mela parada, delicada e firme, dada pelo tenente durante o adestramento dos seus recrutas, torna-os, permite-me a expressão de um velho cavaleiro, — "bom de rédea".

QUARTO BILHETE

COMANDA COM FIRMEZA E BOM HUMOR

Recomendo-te firmeza com confiança e mútuo respeito. Ajunto, para ser mais exato: — firmeza com bom humor.

O bom humor é o talco dos massagistas. É o óleo, o lubrificante que favorece o deslizamento dos pistões e anula o atrito. É o meio infalível de impedir que o soldado confunda firmeza com dureza.

Afastará do teu pelotão todos os sintomas de enervamento. Solucionará situações difíceis. Muitas vêzes, produzirá maior efeito do que o reforço de uma companhia.

Faze que este bálsamo refrescante não só flua de ti sobre a tropa, como também, nascendo entre teus soldados, se irradie em todas as direções.

Que processo empregar?

Sempre que em volta de ti, na marcha ou no estacionamento, no trabalho ou no repouso, no combate ou na trégua, houver alegria, risos, canções, encoraja teus homens com um sorriso, uma palavra, um gesto, que lhes demonstre o interesse que tomas pelo seu moral.

Afasta, reprime, mesmo enérgicamente, as manifestações de desarmonia, o espírito de conventículo e, com maior razão, as disputas e rixas entre o pessoal de teu comando.

Como te será caro ouvir o riso puro, honesto dos teus subordinados! Eles ficarão felizes se participares do seu contentamento, de sua vida. Retribuir-te-ão com quinhões de ternura, que tornarão leves os teus encargos.

Pouco a pouco, o bom humor, "o espírito desportivo", se tornará para todos em um hábito agradável.

QUINTO BILHETE

CONHECE TUA VONTADE E ENUNCIA-A COM CLAREZA

Não basta que comandes com firmeza. Urge distinguir a maneira de fazer cumprir o que ordenares.

Esforça-te, por todos os meios, em conhecer o problema em solução, o trabalho a executar. Só então, após elegeres bem as frases, enunciarás uma ordem clara e precisa.

Lembra-te que "a palavra entalha até o granito enigmático. É como a água que corre: — saltando no regaço travêss, vai polindo as pedras que branqueiam a transparência correntia".

Nada mais fatal à disciplina que uma ordem impossível ou mal compreendida. Evita os comandos irrefletidos e a qualquer propósito. Manterás, assim, fechada a porta dos atos de indisciplina leve: — explicações mais ou menos cortesias, discussões ou, o que é muito pior, o sorriso de piedade dos teus subordinados. Impedirás, também, que o teu pelotão se transforme em casa de Orates.

**"O que é bem concebido se enuncia claramente
E as palavras, pra dizê-lo, nascem facilmente".**

SEXTO BILHETE

INTERESSA OS TEUS SOLDADOS NA EXECUÇÃO DE SUAS TAREFAS

Só apreçiamos aquilo que conhecemos. Só nos interessamos por um trabalho, pela perfeita execução de uma ordem, quando sabemos de sua utilidade.

É, pois, necessário, tanto quanto permita a discrição, que forneças aos teus soldados algumas explicações sobre os encargos que vão realizar: — fim a atingir, métodos a empregar, duração, etc. Isto é tão fácil...

Algumas palavras oportunas torná-los-ão lépidos, fagueiros, elevando-os de meros instrumentos à categoria de colaboradores. "Um golpe de gênio ou um surto de força equivalem-se no rumo das intenções puras. Não existe tarefa mesquinha, apagada embora. Se dela participa a alma, o labor frutifica em opulências."

Dá alma às realizações dos teus homens.

SÉTIMO BILHETE

REPRIME SEMPRE QUE FÔR NECESSÁRIO

Mostraste aos teus soldados que os respeitas e que esperas ser respeitado e obedecido, por eles, sem vacilações.

Apesar disso, um ou outro, ao receber uma ordem, poderá fazer um gesto de impaciência, demonstrar má vontade.

Que fazer? Deixar passar despercebida esta primeira manifestação? "Ela é tão leve... Não chega a ter expressão... Não está prevista como contravenção... Além disso a ordem foi cumprida... É a primeira vez que semelhante indecisão se produz... e, mesmo, não passa de indecisão..." "Ora, dirão os graduados, ele é um ótimo rapaz!"

Eu te direi no entanto: — Não deixes passar. Intervém. Age com inteligência e oportunidade.

Antes de tudo, não faças alarde dessas pequenas faltas, humilhando o culpado na presença dos seus camaradas. Foge, mesmo, de observá-lo em forma, que o coração de um homem bom, que não soube dominar um gesto inconsciente, embora lastimável, é coisa frágil.

Procura ocasião favorável. Faze-lhe sentir, em particular e sem mau humor, que ficaste aborrecido. Mostra-lhe as más consequências do seu ato de impaciência, de sua resposta, sobre os companheiros de pelotão. Continua: — "Minha confiança está enfraquecida. Entretanto, estou certo de que isto não se repetirá. Eu conheço você. Este procedimento não é digno de você, etc..."

Esta linha de conduta, afirmo-te, produz normalmente ótimos resultados. O indivíduo observado em particular é extremamente sensível. Corrige-se. Melhor ainda, torna-se, para os demais, em elemento de ponderação. Transforma-se em soldado modelo.

Nada de berros. Nada de irritação. O silêncio, a oportuna repreensão com os olhos são muitas vezes mais eloquentes que o castigo. Depois, no primeiro ensejo, o pequeno "sermão".

Há reincidências?

Antes da parte ao Capitão, um "carão" bem dado na presença dos camaradas produz resultado salutar.

Como aplicá-lo?

Cada um possui um modo próprio de fazê-lo. O essencial é que peses as palavras, que as expresses bem, evitando os termos vulgares e grosseiros. Não permitas réplicas ou perguntas. Foge do método socrático. Adota um ritmo e uma sequência que não dêem ao culpado tempo para retrucar. Surpreende-o, acua-o, atordoa-o, de preferência durante uma formatura para que todos aproveitem da lição.

Aplicada a ducha: — "Direita, volver!" "Ordinário, marche!" Nem um pio!"

Nos momentos que se segurem à admoestação, conserva o teu homem sob observação constante. Chama-o à ordem ao menor des-

lize, como se estivesse sob o império da indignação suscitada pelo seu comportamento. No entanto, no dia seguinte, distancia-te do ressentimento. Não apresentes aspecto amuado ou rancoroso.

De qualquer maneira, quando intervieres, faze-o com energia e polidez. **Malha raramente, mas malha forte!**

Se não obtiveres êxito com os processos acima, transfere o problema ao teu Capitão, dá-lhe parte. Mais experiente, tomará as providências exigidas pelo caso.

OITAVO BILHETE

APROVEITA DA INTIMIDADE DOS TEUS HOMENS

Há momentos propícios à confiança, em que as almas se rompem confiantes. Instantes de intimidade.

O exercício foi duro. A missão perigosa. Os soldados estão satisfeitos. Conhecem o prazer da tarefa dificilmente realizada e seus corações rebatem sonoramente, pois a fadiga repousa no dever cumprido. Pensam. Sentem anseio, que é nascimento, confiança, expansão, movimento para a luz. Todos se entregam a confissões.

Estas horas de transbordamento são preciosas. Aproveita-as, esclarecendo os teus subordinados sobre disciplina, conduta... Faze que se abram, deixando ver os sentimentos que embalam suas almas.

Sem a pretensão de criar ou reformar personalidades, faze que compreendam a necessidade da disciplina, os dolorosos sentimentos de um chefe forçado a reprimir e punir. Mostra-lhes: "Sem disciplina não há exército. Sem exército, impossível vencer o inimigo, conservar a integridade da Pátria, mantê-la livre e soberana".

Demonstra-lhes a inanidade da crítica, tão comum entre nós: — "Um magistrado só pronuncia a sentença após ouvir o magistrado público e a defesa. Procedendo de modo diferente é um mau juiz. Não julguem, meus camaradas, sem conhecer as razões que determinaram o procedimento dos chefes, que muitas vezes são obrigados a mantê-las em segredo. Aceitem, pois, confiantes, as ordens dadas. Sejam lógicos, razoáveis."

Esforça-te por despertar, desenvolver em suas consciências a noção nítida contida nesta pequena palavra: **DEVER.**

ÚLTIMO BILHETE

SE DURO CONTIGO, BENEVOLENTE COM OS OUTROS

Recorda os bilhetes anteriores:

1. Respeita o soldado;
2. Ama-o, devota-te de corpo e alma ao seu bem-estar;

3. Entrementes, constrói tua autoridade:

- pelo conhecimento dos caracteres;
- pela clareza e precisão das ordens;
- pela dedicação ao trabalho, que soubeste despertar;
- pela observação paternal feita em particular e
- pela repreensão pública enérgica, porém rara.

Isto constitui a base elementar do mecanismo do comando. Não é suficiente.

O tenente precisa ser digno dêste nome. Possuir valor moral e intelectual. Este necessário, aquêlê indispensável ao exercício da autoridade militar. Os galões, por si sós, estabelecem uma hierarquia fictícia, illusória apenas. Só o valor moral desperta o respeito e obediência entre os subordinados.

Urge, conseqüentemente, que te instruas, estudes e conheças o officio. Particularmente, que possuas alto grau de caráter.

De um lado, deves conhecer a fundo os regulamentos e a técnica militar, referentes à tua arma e ao escalão imediatamente superior ao teu. Lembra-te que, em uma guerra possível, disso dependerá a vida dos teus homens. O médico, que não estuda, torna-se em pouco tempo um "assassino". Assim o militar que, por entre mil perigos, tem o dever de conduzir os seus comandados.

De outro lado, impõe-se que cultues as qualidades morais, normalmente "mal sabidas e mal queridas".

A autoridade se gera no dever. Faze o que faço. No exemplo.

Quanta virtude e domínio de si mesmo necessita um soldado para cumprir as ordens de um tenente, que não prima pela conduta... Quantos conselhos de justiça, quantos meses e anos de prisão, quanta desonra, quantas lágrimas de sangue... emanam da deficiência moral de muitos officiaes. Infelizmente, os auditores não me contradizem...

Já refletiste sobre as tuas responsabilidades diante de Deus, da Pátria, das mães, das esposas e dos filhos dos homens que comandas?

Comandar é um ato sagrado. Para comandar exige-se saber conduzir e ser digno de ser seguido.

O pelotão é o núcleo familiar do exército. Imagina o que aconteceria se o pai ou o irmão mais velho, que precisa ser rico em força moral, fôsse indigente. Se aquêlê, que deve sustentar, galvanizar as almas, fôr nu de ideais e de bondade. Se aquêlê que se deve constituir em farol da consciência de seus soldados, se occultar na noite do egoismo e do desconhecimento do dever.

Age sempre com entusiasmo e confiança. "Teu primeiro cuidado é a disciplina. Cumpre rigorosamente a tua função. Faze-te necessário pelo primor e pela sinceridade de tua tarefa. Onde estiveres, bei-

rando o perigo ou carregando a responsabilidade, guarda confiança na tua destreza e na tua retidão. Procura ser o mais capaz. Consegue que os de tua companhia se uniformizem na tua capacidade. A atividade é um conjunto homogêneo, simétrico — nela a desordem de forma ou desmorona. Se conseguires primazia, usa da tua ação para estimular, do teu mérito para melhorar, do teu conceito para esclarecer, e assim erguerá os retardatários e os insuficientes. Pondo ao serviço da disciplina e da ordem o teu gênio, comandarás involuntariamente, sem constrangimento e sem esforço."

"Dirige com obediência. A autoridade não inova, nem desmanda: — a autoridade transmite. Acima do teu orgulho está a alma dos que deves conduzir. Não te compete mandar, mas mover. O cabo não inventa energia, — recebe-a para distribuí-la pelo mecanismo que se movimenta. Assim será a tua direção, guiada no amor à justiça da lei e à integridade dos costumes. No posto de comando, não te julgues no cume inacessível e eterno. Acima de ti está o julgamento da opinião; ao teu lado conservarás a súplica e o conselho e, quando não souberes distribuir ou compreender o direito alheio, desce da altura para não desobedeceres, investindo pelo despotismo que é sempre o castigo dos tiranos." (*Fernando de Magalhães, — Cartilha da Probidade*).

No decurso da tua carreira, jamais esqueças essas admiráveis palavras, eternamente belas. Não te ofusques com o vozerio da fama, que, cedo ou tarde, abafará a tua consciência. Não te desorientes nos meandros tortuosos da ambição, que clama golpes de astúcia e impetus de destruição. Sente sempre, em teus atos, o sabor da tranquilidade. A maior glória está no íntimo e merecido consolo.

Lembra-te que a tua autoridade se alicerça na lei. Se desconheceres esta, aquela ruirá soterrando-te.

Disciplina-te e sê benevolente com os demais.

Adeus.

Se a coragem temperada pela prudência, se o desprezo da vida, o entusiasmo da pátria, a religião das bandeiras são qualidades essenciais ao soldado e ao general, é também certo que as necessidades da guerra moderna exigem no militar, principalmente naquele que tem de exercer os pequenos ou os grandes comandos, a cultura do espírito e o conhecimento das ciências militares.

LATINO COELHO

QUALIFICAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO

Capitão ORLANDO FERREIRA DA MOTA

1. INTRODUÇÃO

Tendo desempenhado a função de S/1 da Unidade durante o ano de 1969 e no 1.º semestre de 1970, por imposição da função, necessitei estudar a sistemática das Qualificações Militares para, da melhor maneira possível, cooperar com a introdução da nova política de pessoal no que se refere às praças.

À medida que pesquisava, empolguei-me pelo assunto, concluindo que desconhecia fatos muitos importantes a respeito. Por esse motivo, no intuito de informar aos companheiros que ainda não desempenharam funções no setor Pessoal, proponho-me apresentar como tem sido encarado o assunto, no Exército, nos últimos vinte anos.

2. HISTÓRICO

Após a II Grande Guerra (1939/45), o Exército Brasileiro, por força de ensinamentos obtidos no convívio com exércitos de outros países adotou o sistema de especialização de funções pela repartição das praças por Qualificações Militares.

A implantação desse sistema foi uma consequência natural da necessidade de se padronizar e de regularizar o acesso, o controle, as movimentações e a formação das praças, bem como de facilitar os encargos de mobilização, cada vez mais crescentes e diversificados.

Com esse objetivo foi expedida a Portaria n.º 10-10, de 6 Fev 52 (BE n.º 3 — Esp. Res., de 18 Fev 52).

Representou essa Portaria um grande avanço em relação ao sistema anterior e veio facilitar, enormemente, a resolução de alguns dos problemas acima enumerados. Entretanto, como é comum nos trabalhos iniciais dessa natureza, houve um excesso de compartimentação e, com isso, surgiram dificuldades relacionadas ao recrutamento, face às deficiências em especializações, tanto do meio civil como do próprio Exército.

Nessa ocasião, tivemos a introdução da Qualificação Militar Geral (QMG) e da Qualificação Militar Particular (QMP) que, após as atualizações ditadas pela experiência, chegaram às seguintes definições:

“QMG é a denominação dada à qualificação básica que exige conhecimentos gerais que têm afinidades de natureza técnica ou tática. Deve ser encarada dentro de uma idéia de arma ou serviço.”

"QMP é a denominação dada à qualificação necessária ao desempenho de determinada função ou de um grupo de funções, para as quais é exigida uma mesma habilitação."

O ano de 1952 marca o ponto de inflexão no desenvolvimento do processo de revitalização dos Quadros do Exército. Dêse ano para cá, tem-se procurado solucionar os problemas já mencionados, através da reformulação na legislação sobre o assunto, levando em consideração, também, o avanço tecnológico acelerado que representa, sem dúvida, uma fonte geradora de qualificações (civis e militares).

ANO	QMG	QMP	FUNÇÕES	REFERÊNCIA
1952	36	—	± 2.000	Port. n.º 10-10/52
1954	19	174	± 1.700	Port. n.º 700/54
1956	22	198	± 1.700	Port. n.º 800/56
1960	18	114	± 700	Port. n.º 250/60
1970	10	46/25	± 400	Port. n.º 455/69

Assim, em 1952 tínhamos 36 QMG distintas e um grande número de QMP que aqui não foi considerado em virtude da quantidade excessiva de superposições destas QMP, distribuídas por Unidades das Armas e dos Serviços.

Exemplos:

Unidade de Artilharia de Campanha

QMG 2/QMP 2c: Burocrata / Escrevente: 2.º Sgt Aux do Pessoal.

QMG 5/QMP 5b: Pessoal de Manutenção / Mec de Artilharia: Cb Mec Art.

Unidade de Transmissões

QMG 1/QMP 1c: Burocrata / Escrevente: 3.º Sgt Almoxarife-Dati-lógrafo.

QMG 4/QMP 4b: Pessoal de Manutenção / Mec Auto: 1.º Sgt Mec-chefe.

Em 1954 era dado o segundo passo à frente, com a redução das QMG; as QMP foram grupadas por analogia de missão e não mais por Unidades. Esta foi, em consequência, uma das introduções mais felizes no processo pois, ao agrupar as QM dêsse modo, obteve-se uma sensível simplificação.

Observa-se que, em 1956, houve um aumento das quantidades de QMG e QMP.

Tal fato ocorreu por imposição do avanço tecnológico, tendo o Exército sido levado a criar algumas QMG e QMP sem, contudo, alterar o sistema anterior.

Seguiu-se um período de quatro anos de testes, quer sob o aspecto material quer sob o aspecto das habilitações necessárias às praças, para o manuseio e o emprêgo de material novo.

Em 1960, foram introduzidas modificações importantes nas QMP, com o intuito de proporcionar melhor formação às praças. Houve drástica redução na denominação de funções militares similares. Com esta última modificação, as 18 QMG e as 114 QMP que restaram, abrangiam o vasto campo do conhecimento militar então necessário a uma força de terra modernizada e operacional.

Observou-se, no decênio 1960/1970, que, apesar de o problema global já estar equacionado (de acordo com o que foi dito acima), não possuíam o meio civil e o Exército, as disponibilidades em pessoal habilitado para preencher as necessidades em QMP. Esta é, aliás, uma das razões por que inúmeros claros permaneceram existindo nos QO de muitas Unidades, claros esses correspondentes, justamente, às QMP que nem o Exército nem o meio civil podiam formar.

Em fins de 1969, pela Portaria Ministerial n.º 455, nota-se uma redução na quantidade de QMG e QMP, ao mesmo tempo que, sem prejuízo da operacionalidade, o Exército procurou solucionar os demais problemas de pessoal ainda existente. Quais problemas e o modo pelo qual o Exército venceu estas barreiras, nada mais é senão o propósito deste trabalho.

A partir do corrente ano, as qualificações militares das praças estão sendo processadas de acordo com a Portaria Ministerial n.º 455-GB, de 16 Out 69 e a Portaria n.º 118-EME, de 15 Dez 69.

Analisaremos o atual sistema, comparando-o com os anteriores para que tenhamos, dele, uma idéia correta.

3. OBJETIVOS DA NOVA LEGISLAÇÃO

A nova legislação tem por objetivos fundamentais:

- Aperfeiçoar a sistematização do processo de qualificação militar, de acordo com o caso brasileiro;
- Orientar a formação, o aperfeiçoamento e a especialização da praça de modo eficiente e atualizado;
- Tornar flexíveis os processos de acesso, movimentação, elaboração de QO a mobilização, racionalizando-os e eliminando distorções;
- Orientar o recrutamento para as diferentes QM, bem como para o desempenho de funções, atuais ou a serem criadas;
- Semear uma mentalidade de Suprimento e Manutenção para, posteriormente, transformá-la em QM.

Para a consecução de tais objetivos, foram levados em consideração os seguintes fatores:

- Quanto menor fôr a compartimentação na Qualificação Militar, maiores serão a facilidade, objetividade e eficiência na formação das praças;
- Reduzindo-se o número de QM, teremos reduzido o número de Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização das praças e facilitado o trabalho de elaboração de QO, de processamento de acesso e de movimentação das praças;
- As funções que possam ser exercidas mediante habilitação adquirida em simples treinamento, estágio ou instrução de extensão no âmbito das próprias OM, ou mesmo em Cursos de Extensão, não justificam a criação de QMP ou QMG, como, por exemplo, as funções burocráticas ou afins.

4. COMPARAÇÃO COM OS SISTEMAS ANTERIORES

Voltando ao quadro, verificamos que as três coordenadas do problema (QMG, QMP e Função) foram bastante reduzidas. Comparando a situação atual com as anteriores, sob os sete aspectos abaixo, chegaremos às seguintes conclusões:

a. *Comparação quanto à formação do graduado*

- De há muito a formação do graduado é efetuada pela QMP. Como tínhamos 114 QMP (1960/70), justo é concluir que a confecção, a atualização constante e o manuseio de tantos Programas-Padrão (PP), um por QMP, só poderia trazer prejuízos à organização, além das dificuldades em material e em pessoal para organizar tantos Cursos de Formação (principalmente de Sargentos). Esta é a razão por que, mesmo nas Unidades, não funcionava o Curso de Formação de Cabos para tôdas as QM nelas existentes. Em decorrência, grande parte dos recrutas capazes era licenciada ao término do Serviço Inicial por falta de perspectiva na carreira militar. Outra consequência é que não havia forma de se manter atualizados uma gama tão extensa de PP. Ainda poderia acrescentar que, a meu ver, nenhuma Grande Unidade poderia suportar tamanha sobrecarga.
- Atualmente só há necessidade de existirem 46 Cursos de Formação distintos (menos de 50% que anteriormente).

b. *Comparação quanto ao aperfeiçoamento*

- Anteriormente era difícil distinguir-se um Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) de um Curso de Extensão ou mesmo de um Curso de Formação. Basta dizer que, para as 192 QMP existentes em 1956, funcionava o CAS para cerca de 100, sendo as demais dispensadas de sua realização ou obrigadas a efetuar

estágios equivalentes ao CAS. Existem praças que ingressaram na EsSA (antes de 1957) como civis e ao término de um curso de 9 meses já eram consideradas formadas e aperfeiçoadas. Tal situação, creio, aliada a outros fatores, foi responsável pelo conceito negativo e quase desprezo que muitas praças nutriam pelo CAS. Ainda hoje, vêem-se Sargentos antigos que não se interessam cursar o CAS.

- Atualmente o CAS é obrigatório para todas as QM (exceto Saúde, Veterinária e Músico).
- Com essa tomada de posição, pretende o Exército dar todo o valor a tal Curso, propiciando maiores regalias a seus possuidores. Por exemplo: um 3.º Sgt sem CAS não poderá ser promovido e aquele que fôr inabilitado em 3 exames para o CAS não poderá cursá-lo e será prejudicado sob vários aspectos.

c. *Comparação quanto ao desempenho de funções*

- Anteriormente, uma QMP dava acesso ao desempenho de um número reduzido de funções. Hoje, com a junção de várias funções, o problema foi amenizado. Além disso, um Sargento com CAS poderá desempenhar talvez mais do que o dobro de funções que um outro da mesma graduação sem tal Curso. Exemplo: um 2.º Sgt de Cavalaria, com CAS, poderá desempenhar qualquer função da QMG 02.
- Outro aspecto desta questão é que as funções burocráticas deverão ser desempenhadas, de preferência, por 2.º Sgt em diante, ou seja, por praças possuidoras de CAS.
- Na aula inaugural da ECEME, proferida em 13 Fev 70, o Exmo. Sr. Gen Ex Antonio Carlos da Silva Muricy, Chefe do Estado-Maior do Exército, assim se expressou sobre o assunto: "Suprimiu-se as qualificações Burocratas, cujas funções passam a ser desempenhadas em caráter não permanente por praças de qualquer QM, mediante curso ou estágio de habilitação na tropa isso virá beneficiar velhos e experimentados Sargentos que, por quaisquer circunstâncias, devam reduzir seus esforços físicos normais".

d. *Comparação quanto às habilitações exigidas*

- Nas formações das QMP ou nos Cursos de Extensão, as praças possuidoras de habilitações civis, comprovadas, serão dispensadas da instrução de assuntos relacionados com tais habilitações. Por exemplo: em um Curso em que seja prevista a matéria Datilografia, aquele que tiver o correspondente diploma poderá ser dispensado da matéria.
- Além disso, o Exército buscará recrutar nas várias QM os elementos possuidores de habilitações civis, evitando a organização de onerosos Cursos ou Estágios.

e. *Comparação quanto aos cursos de extensão*

- De acordo com a nova política de pessoal, várias habilitações que outrora eram QM, tornaram-se Cursos de Extensão, propiciando um maior campo de aprendizado. Posso dar alguns exemplos: PI, Identificador-Dactiloscopista, Artilharia de Costa, Artilharia Antiaérea e Meios Auxiliares atualmente são apenas Cursos de Extensão. Em consequência, pode-se concluir que, à praça, é facultado, além da QMG/QMP um Curso de Extensão, o que lhe permitirá ter duas habilitações, no mínimo.

f. *Comparação quanto às promoções*

- Creio estar aqui um ponto capital da nova orientação. Outrora existia uma grande quantidade de Quadros de Acesso, o que acarretava consequências negativas de tal ordem que, grande número das praças era promovido no limite máximo do Regulamento de Promoções de Graduados (R/196), dificultando uma efetiva aplicação do Quadro de Acesso e propiciando um desinteresse pelo aperfeiçoamento e falta de empenho em promoções mais rápidas.
- Outro aspecto dessa questão é que a diversificação dos Quadros de Acesso propiciava promoção (por decorrência de vagas) mais rápida para umas QM (ou graduações) e mais lenta para outras (tanto QM como graduações) e, em consequência, a escolha da QM era baseada na possibilidade de mais rápida promoção e não no interesse ou na tendência.
- Agora, para todas as Armas e Serviços, haverá poucos Quadros de Acesso, para possuidores de CAS. E de se prever que as promoções venham a ocorrer com mais regularidade e proporcionem maior equilíbrio quanto ao acesso.

g. *Comparação quanto às movimentações*

- Considerando que o número de QM está bastante reduzido, haverá maior flexibilidade nas movimentações, permitindo aos órgãos de controle maiores facilidades no equilíbrio dos efetivos distribuídos às OM, bem como em processos mais simples de efetuar o controle sobre esses efetivos.

5. SUPRESSÃO DE QM

- A partir de 1.º Jan 70, além de algumas QMP que não há necessidade de mencionar, foram suprimidas as seguintes QMG:
 - 04 / Artilharia de Costa (foi englobada pela Artilharia);
 - 21 / Tecnologista (foi totalmente extinta; as necessidades em pessoal habilitado serão cobertas com o recrutamento de elementos civis);

- 44 / Artilharia Antiaérea (foi englobada pela Artilharia);
- 55 / Transporte (foi assimilada pela Intendência);
- 66 / Meios Auxiliares de Instrução (foi extinta; qualquer praça, devidamente habilitada, poderá desempenhar as funções correspondentes);
- 77 / Burocrata (foi extinta; as funções correspondentes, se necessário o seu desempenho por militares, serão exercidas por praças de qualquer QM, devidamente habilitadas);
- 98 / Suprimento e Manutenção de Comunicações (foi englobada pelas Comunicações);
- 99 / Suprimento e Manutenção de Engenharia (foi englobada, parte pelo Material Bélico e parte pela Engenharia).

As praças das QM englobadas por outras serão, em alguns casos, submetidas a estágios ou treinamento para exercerem funções nas novas QM.

As praças das QM extintas (21 — 66 — 77), terão sua situação definida do seguinte modo:

- Subten e Sgt com mais de cinco anos de serviço: optarão por outras QM das Armas e Serviços;
- Sgt com menos de cinco anos de serviço: serão compulsados em nova QM e, dentro das vagas disponíveis, conforme o caso, poderá ser atendido o interesse da praça;
- Sgt com CAS cursarão apenas o CAS da nova QM para a qual optaram;
- Sgt sem CAS cursarão o CFS (IBQ) correspondente a QM para a qual optaram ou em que foram compulsados;
- Os Cabos serão compulsados em nova QM e freqüentarão novo CFC nessa QM;
- Os soldados serão compulsados em nova QM e freqüentarão a IBQ correspondente a essa QM.

Com essas medidas, as QM no Exército ficaram reduzidas a:

- Para Subten e Sgt com CAS: 25
- Para Sgt sem CAS: 46
- Para Cabos e Soldados: 43

6. O PROBLEMA DOS BUROCRATAS

Creio ser este um dos principais problemas para o Exército, pois 30% do efetivo em graduados pertenciam às QMG 66 e 77 (Meios Auxiliares de Instrução e Burocratas). Doravante as funções burocráticas serão desempenhadas por graduados das Armas e Serviços, devidamente habilitados e não por praças especialmente formadas para tal fim. Esta providência levará, naturalmente, a um rodízio entre o desempenho de funções na tropa e nos demais órgãos da administração militar, propiciando, assim, a manutenção de todo o efetivo em condição de combate, por uma atualização constante, sem prejuízo da continuidade e eficiência necessários a todo o Exército.

Não haverá nenhum prejuízo a qualquer praça de QM Burocrata e sim uma oportunidade de que se mantenha em condições de ser empregada como executante em uma operação específica de sua nova Arma ou Serviço, além de poder continuar a desempenhar funções burocráticas.

7. CONCLUSÕES

- a. A nova legislação apresenta vantagens sobre as anteriores em virtude de se tornar uma síntese de todos os ensinamentos colhidos pelo estudo e pela experiência, adaptados ao caso brasileiro.
- b. Como os trabalhos ainda se desenvolvem, somente a partir de Jan 73 passaremos a ter a nova sistemática totalmente implantada. Até lá, viveremos uma fase de transição em que os obstáculos naturais encontrados poderão ser perfeitamente contornados, pois os maiores beneficiados serão as próprias praças e o Exército.
- c. Com a conseqüente reformulação dos PP, haverá uma melhor adequação às funções das novas QM.
- d. A Instrução Básica Militar poderá abranger um campo mais vasto assim como os assuntos pertinentes a uma QMG (Instrução Peculiar) também o poderão.
- e. Tendo sido os Cursos de Formação reduzidos de acordo com o abaixo, haverá maiores facilidades para que funcionem todos eles e, em conseqüência, seja mantido um bom fluxo de recrutamento. O mesmo dar-se-á com os Cursos de Aperfeiçoamento e de Extensão.

"Curso de Formação de Cabo:	43
Curso de Formação de Sargento:	46
C A S	17
Curso de Extensão de Sargento:	33"

O TERRORISMO RURAL

Maj P. MARCOS

1 — É sabido que a finalidade da Guerra Revolucionária é a tomada do poder através da participação ativa da população. Tal participação ativa implica necessariamente no domínio da massa que, trabalhada por técnicas especiais, se integra no movimento, de corpo e alma, já que os indivíduos componentes perdem a faculdade de discernir e optar.

Entre as técnicas empregadas para conquista da massa está o terrorismo que visa: num primeiro estágio, impressionar a população tornando-a céptica em relação ao poder de repressão das autoridades constituídas e, num segundo estágio, captar a aliança interessada da população que passa a fornecer elementos e participar da luta.

Da mesma forma que no terrorismo urbano o rural visa a "assenhorear-se da população e atinge seu máximo efeito quando esta, desarmada e reenquadrada por ele, submete-se integralmente às suas ordens".

2 — A ação terrorista é preparada por uma fase de propaganda que, utilizando "slogans" e outros meios adaptados às condições vigentes na área em que se desenrolará o programa de ação, buscará conquistar adeptos e transformá-los também em elementos úteis à execução do Terrorismo.

Aqui ainda, como no terrorismo urbano, é essencial para a vitória o êxito do ato terrorista.

3 — Os atos de terrorismo rural podem assumir as seguintes formas, que serão utilizadas segundo as características do ambiente (aqui tomado no sentido lato do termo) em que se processa:

- a) Interferência na distribuição de terras;
- b) Interferência na produção agropecuária;
- c) Interferência na distribuição dos bens agropecuários;
- d) Terrorismo seletivo.

Qualquer dessas formas pode ser desencadeada isolada ou simultaneamente mas, e esta é uma das características importantes, sempre obedecem a um plano determinado que visa, em última análise, ao domínio da massa, objetivo final do terrorismo e da própria guerra revolucionária.

4 — Vejamos algo sobre as diversas formas do terrorismo rural.

Tomemos inicialmente aquele que interfere na distribuição de terras, principal chamariz e forma de conseguir novos adeptos.

A existência de grandes tratos de terra inexplorados a par de um baixo nível de vida das populações rurais constituem os dois principais motivos que facilitarão a ação dos agitadores propagandistas, os quais se encarregarão de:

a) inicialmente levantar o contraste: terras devolutas, homens sem terra, e despertar o interesse das massas rurais;

b) enquadrar (hierarquias paralelas) e doutrinar os descontentes;

c) exigir terras e, finalmente, invadi-las a pretexto de efetuar uma distribuição justa.

Normalmente é feita tábua rasa dos seguintes aspectos que uma distribuição, realmente justa, procuraria atender:

a) Assistência técnica, para possibilitar a exploração racional das terras, tanto mais necessária quanto mais baixo for o nível intelectual dos futuros proprietários;

b) Assistência financeira, de todo indispensável porquanto as massas rurais normalmente são faltas de recursos monetários;

c) Assistência social, para possibilitar a elevação desses grupos de novos proprietários à categoria de elementos realmente úteis à coletividade.

O objetivo para os terroristas, nesse caso, foi conseguido com a simples agitação criada contra os proprietários rurais e o domínio da massa rural lançada sobre um objetivo que ela almeja mas não está, na maioria dos casos, preparada para usufruir.

— Passemos para outra forma de terrorismo rural qual seja a de interferência na produção agropecuária.

Aí os terroristas, visando sempre ao domínio da massa, agirão contra as culturas e os rebanhos. São os atos de sabotagem que terão lugar e serão, se bem sucedidos, amplamente divulgados a fim de procurar a adesão imediata dos fracos e a intimidação dos "duros".

As culturas poderão ser destruídas ou seriamente prejudicadas pelo emprêgo do fogo, da água, de agentes químicos ou de pragas.

Os rebanhos também poderão ser destruídos ou prejudicados pela destruição da forragem, poluição de aguadas ou da própria forragem por meio de agentes químicos, aplicação de medicamentos contraindicados (em particular nos reprodutores) e finalmente, o abate puro e simples.

Em ambos os casos, de culturas ou rebanhos, o processo a empregar variará com:

- a) Natureza da cultura ou do rebanho;
- b) Natureza dos meios disponíveis;
- c) Oportunidade para o emprêgo dos meios;
- d) Grau de conhecimento dos terroristas.

Com a prática de tais atos o terrorista estará buscando: diretamente o domínio da massa pelo terror e indiretamente, criando sérias dificuldades de ordem geral pois os agricultores e pecuaristas não poderão pagar os impostos já que sua produção (fonte de renda) foi destruída ou prejudicada e a população sofrerá privações devido à diminuição dessa mesma produção.

— A interferência na distribuição dos bens é, talvez, a forma mais fácil de promover o terrorismo. Colheitas que não chegam a destino seja por interrupção na cadeia de transportes seja por desvio dessa mesma cadeia, causam enorme transtórno na vida econômica.

A interrupção na cadeia é conseguida pela sabotagem ativa nas vias ou nos meios de transporte e o desvio é conseguido, normalmente, pela sabotagem passiva, informações falsas, "conhecimentos de carga" falsos ou adulterados e ainda retardo na expedição ou no trânsito do carregamento motivando, não raro, sua deterioração no caso de produtos agrícolas e carnes, e a morte ou sensível perda de peso quando do gado em pé.

O produtor, com a continuidade dos atos dessa natureza, perde a confiança na ação das autoridades constituídas quebrando o elo que deve existir entre ele e essas autoridades, o que vem a se constituir em um primeiro passo para que seja integralmente dominado pelos terroristas.

Ai como nas formas anteriormente citadas, o papel da propaganda é, para o terrorismo, de suma importância. Exagerar os êxitos obtidos, silenciar os fracassos, estimular por tôdas as formas (financeira inclusive) o auxílio ao objetivo final que é, repetimos, o domínio da massa.

— Finalmente examinemos o Terrorismo seletivo.

Ê êle empregado como o próprio termo indica em determinados indivíduos selecionados.

Val desde o seqüestro puro e simples até a eliminação.

Normalmente é utilizado para provocar forte impacto emocional na massa que verifica não estarem livres da ação terrorista os maiores figurões da região, será o caso do "coronê" fulano dono de grande fazenda, o "doutô" sicrano influente chefe político da zona e assim sucessivamente.

Para o terrorista, agindo em zona rural, não interessa o terrorismo individual indiscriminado porque, ao contrário dos habitantes de zona urbana, os moradores em zona rural possuem muito mais arraigado que aqueles o sentimento de solidariedade humana em relação aos seus vizinhos e amigos. Assim um ato contra a vida de um vizinho pode, muitas vezes, gerar a reação ao invés do terror e da submissão que é o que buscam os terroristas.

5 — Em conclusão podemos dizer que o terrorismo rural constitui poderosa arma a serviço dos que conduzem a guerra revolucionária.

Para combatê-lo eficazmente, julgamos que deva ser feita, em primeiro lugar, uma campanha de esclarecimento e educação das massas rurais a par de reais melhorias no nível de vida das mesmas. Tal campanha, feita com sinceridade de propósitos, utilizando linguagem e exemplos à altura da compreensão dos menos cultos, será o fator preponderante para manter o pessoal do campo infenso à propaganda dos terroristas.

Uma vigilância ativa das autoridades sobre os possíveis chefes de movimentos e a repressão violenta contra os praticantes de atos terroristas, servirá de garantia às populações rurais de que elas poderão viver e trabalhar tranquilas sob a égide da ordem legalmente constituída.

Paralelamente à repressão deverá ser feita a difusão dos sucessos das forças legais e dos insucessos e barbaridades dos terroristas o que contribuirá, de um lado, a infundir confiança crescente na ação das autoridades legais e de outro, a criar um clima hostil aos terroristas que terão cada vez maiores dificuldades para poder organizar uma "base".

Devemos ter em mente que o terrorista rural é um homem fanatizado por uma ideologia especializada sobretudo em técnicas destrutivas, mas que poderá e será vencido se conseguirmos imunizar a massa rural (que é seu objetivo) de molde a mantê-la confiante no sistema legal vigente e esperançosa no bem-estar que esse sistema, com medidas de interesse comum, lhe proporcionará.

OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

ARMA MAIS EXPLORADA NOS DIAS DE HOJE

Cel QEMA Cav
JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES NETTO

As Operações Psicológicas dispensam comentários, porquanto todos os povos as têm testemunhado ou a elas têm sido submetidos com maior ou menor intensidade, desde o princípio da vida humana em sociedade.

Arma que aciona elementos abstratos, as Operações Psicológicas só devem ser empregadas com Inteligência, Imaginação e Oportunidade.

Apresentamos um modelo de Plano de Operações Psicológicas, cuja finalidade é despertar o interesse de nossa oficialidade sobre tão palpitante e mais do que nunca atual tema.

O Plano proposto exige para sua melhor compreensão a explanação dos seguintes conceitos:

Operações Psicológicas — Abrangem as atividades psicológicas e a guerra psicológica em sintonia com as ações políticas, econômicas e ideológicas, que são planejadas e conduzidas para gerar emoções, atitudes e predisposições públicas favoráveis a consecução da política e dos objetivos nacionais, tanto no meio inimigo como em grupos hostis, neutros ou aliados.

Atividades Psicológicas — Atividades realizadas em tempo de paz ou de guerra e que são planejadas e conduzidas para influenciar opiniões, gerar emoções, provocar atitudes ou dirigir o comportamento da população, no sentido de favorecer a consecução da política e Objetivos Nacionais.

Guerra Psicológica — É o emprêgo planejado da Propaganda e da exploração de outras Ações, com o objetivo de influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamento de grupos adversos ou neutros, de modo a apoiarem a consecução dos Objetivos Nacionais.

Operações Psicológicas de Consolidação — São as que se destinam a influenciar a população, nas áreas amigas da retaguarda ou em territórios ocupados por forças amigas, com a finalidade de facilitar as operações militares e a promoção do Máximo de Cooperação da Parte da População Civil.

Equipe GA — De impressão de jornais (uma organização)

- 1 Cap (Chefe)
- 1 Ten (Assistente)
- 1 Ten (Of de Propaganda)
- 1 Ten (Of Tradutor, podendo ser uma praça)
- 1 Sgt e 1 Sd (Encarregados da Impressão).

Equipe HA — De Projeção (uma organização)

- 1 Ten (Agente de Propaganda)
- 1 Ten, podendo ser um graduado (Poliglota e Locutor)
- 1 Sgt e 1 Sd (Encarregado da projeção).

Obs.: Em áreas sujeitas a subversão pelo inimigo as Operações Psicológicas de Consolidação em apoio a um governo amigo, poderão constituir-se no primeiro recurso eficiente que um Comandante poderá empregar para controlar uma determinada situação. Tais operações são necessárias para que se evitem Atos de Sabotagem, Atos de Espionagem, e para minimizar os efeitos dos grupos que conduzem Operações de Guerra Irregular.

EXEMPLAR N.º 2

3.ª CIA CONSOLIDAÇÃO / T O Y

CAMPO GRANDE

24.000 Set 1970

S H 3

PLANO DE OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

Referência: Carta País Azul 1:100.000

1. MISSÃO

Executar com a 3ª Cia de Consolidação reforçada pela 23ª Cia de Alto-Falantes (—Pel Publicações) a partir de 261200 Set 70, as Operações Psicológicas necessárias para criar condições favoráveis à pacificação do País Azul.

a) *Objetivos Psicológicos Decorrentes da Missão:*

(1) Redução da eficiência dos grupos que ainda conduzem Operações de Guerra Irregular, no País Azul.

(2) Modificações no comportamento de determinados grupos sociais do País Azul.

(3) Obtenção da cooperação do povo do País Azul, através seus Partidos Políticos, no esforço "pacificação dos espíritos", particularmente nas áreas que foram palco de ações militares (cidade Rapôsa e vales do Tigre e do Leão).

b) *A Missão Prescreve a Execução de Operações Psicológicas de Consolidação:*

c) *Condições de Execução:*

- (1) Tempo disponível para início do cumprimento da missão:
 - Recebimento da missão: 24 0000 Set 70
 - Data do desencadeamento das O.P.C.: 26 1200 Set 70.
 - Tempo Disponível: 2 ½ jornadas.
- (2) Espaço — Território do País Azul.

(3) Outras considerações: Atuar particularmente nos grandes centros demográficos: Rapôsa (130.000 hab), Lobo (125.000), Onça (115.000) e regiões que foram palco de ações militares — vales do Tigre e do Leão.

Executar as Operações Psicológicas de Consolidação (O.P.C.), dando enfoque especial ao programa que envolva em seu contexto:

- Proteção da propriedade — inviolabilidade;
- Respeito aos bens;
- Acatamento às decisões dos organismos internacionais: ONU e OEA.

2. SITUAÇÃO PSICO-SÓCIO-ECONÔMICA-MILITAR

a) *No campo psicológico:*

(1) Brancos, negros e nativos compõem o mosaico étnico do País Azul. Tal população se constitui em sua grande maioria de lavradores e mineiros semi-alfabetizados — exceção dos grandes adensamentos demográficos altamente suscetíveis aos meios verbais ou gráficos de apelo aos seus sentimentos de amor à terra e à pátria.

(2) Há intenso desgaste do regime atual, face aos últimos acontecimentos — invasão e ocupação de grande área do País Verde —, que após recuar para sua linha de fronteira reivindica novas fronteiras, agravado pelo desembarque de tropas da antiga metrópole, empregadas na manutenção da ordem.

(3) Os acontecimentos citados acima, trouxeram um certo esmaecimento dos problemas raciais e mesmo uma aglutinação em torno das autoridades atuais.

b) No campo sociológico:

(1) A área é rural na sua maioria. Os núcleos habitacionais das-fazendas apresentam populações atuais da ordem de 100 habitantes cada. A maioria dos lavradores trabalha atualmente em grandes fazendas. As principais cidades abaixo relacionadas com as populações atuais são centros comerciais.

Rapôsa	130.000 hab
Lôbo	125.000 hab
Onça	115.000 hab
Cobra	44.000 hab

(2) A instabilidade política e econômica que precedeu à ascensão do atual Partido Político que governa, gerou uma queda dos padrões morais. O Governo procura desenvolver no momento uma campanha de alfabetização.

(3) O problema racial do País Azul se cristaliza face a pouca ou nenhuma miscigenação. Em síntese a integração à comunidade nacional é ainda incipiente.

Há um verdadeiro caleidoscópio sob o ponto de vista religioso: os brancos praticam a religião anglicana e a católica, os negros seguem cultos fetichistas e os nativos flutuam sob este mar de práticas religiosas.

c) No campo econômico:

(1) Agravamento da situação econômica face aos recentes acontecimentos.

(2) O comércio atual é dominado pelo mercado negro ou por trocas. O controle dos alimentos tem-se mostrado ineficiente, uma vez que há pouca quantidade de alimentos e mercadorias para serem obtidos através dos canais normais de comércio.

d) No campo militar:

O País Azul não possui Forças Armadas e sim uma Guarda Territorial. A Guarda Territorial possui um pequeno efetivo e é carente de material moderno.

ANÁLISE TÉCNICA-PSICO-SÓCIO-ECONÔMICA

DA SITUAÇÃO DO PAÍS AZUL

Meios Óticos — Acústicos:

Réde de televisão: existem duas estações, a Televisão Cravo e a Televisão Rosa, ambas na cidade Rapósa.

As O.P.C. deverão incrementar ao máximo a exploração desse meio. (A televisão apresenta as mesmas características gerais do rádio, com a vantagem adicional do seu realismo, só igualado pelos filmes sonoros).

Réde de radiodifusoras comerciais: existem três estações que têm grande influência na área, a Rádio A, a Rádio B e a Rádio C, que serão elementos valiosos para nossa propaganda.

Difusão cinematográfica: A amplitude do emprêgo variará com o grau de familiarização das audiências-alvo (grupos sociais) com esse meio e com as possibilidades de utilização das instalações de cinemas locais. Existem 52 cinemas.

As equipes HA percorrerão as vilas e cidades onde não existam cinemas e realizarão aí espetáculos de projeção diversos. Funções ao ar livre deverão ser previstas.

Os filmes sobre atividades da ONU em todos os campos da série NH serão convenientes; para tanto deveremos dispor de Equipes de Projeção Móveis para função diária a pedido.

Música — Arte e Teatro: — A produção e a apresentação de espetáculos teatrais ou de óperas, operetas, comédias, balé, recitais dançantes, balles carnavalescos, funções circenses bem como a distribuição de músicas impressas, discos, deverão ter lugar o mais cedo possível. A abertura de museus e galerias de arte deverão ser incentivadas. (Tal conjunto de atividades elevará o moral e exercerá influência relevante no Programa de Orientação e Reeducação). Existem na área inúmeros teatros, cinco museus e três galerias de arte.

Periódicos: Sua influência é ponderável nas O.P.C. Inclusão de tópicos de natureza política, diplomática, religiosa e cultural. (Artigos sobre Democracia como filosofia de vida, nossas Ações Cívicas, ONU, OEA, etc.). Existem na área 13 periódicos.

A Equipe GA dispõe de pessoal qualificado para supervisionar o restabelecimento e a operação de jornais, bem como a respectiva maquinaria impressora, e será capaz de enquadrar elementos locais empregados para esses serviços.

(2) *Ambiente:*

Falta de apoio político da população para com os atuais dirigentes. Temor de confisco ou perda da propriedade em face do problema da contestação de extensa faixa de fronteira pelo País Verde. Nível educacional e cultural baixos, particularmente nas áreas de mineração e de plantio de arroz e cana. Agitação nos meios estudantis e particularmente nos sindicais — 28.000 operários sindicalizados.

(3) *Fator Ideológico:*

Deverá ser explorada a natural vocação democrática do povo do País Azul.

(4) *Instituições e Grupos Sociais:*

- Igreja Protestante Anglicana. É de grande influência e sua prédica condena os abusos de força. Há possibilidades de influenciá-la a nosso favor (60% da população professam esta religião).
- Cooperativas agrárias. Tem marcada influência na área.
- Sindicatos. Grande massa operária sindicalizada.
- Estudantes: Influência acentuada nos grandes centros demográficos.

(5) *Vulnerabilidades:*

- Excessos cometidos pela Guarda Territorial;
- Mosaico Étnico, com seu cortejo de implicações nos diferentes campos do poder;
- Sindicatos (28.000 operários sindicalizados) infiltrados de elementos que professam ideologias exóticas;
- Cooperativas Agrárias infiltradas de elementos corruptos;
- Ambição desmedida dos líderes políticos existentes;
- Ambiente estudantil deteriorando (agitação, estudantes profissionais, elementos cubanos, etc.).

4. LINHAS DE AÇÃO

a. Enumeração

- (1) Operações Psicológicas de Consolidação somente nos grandes centros demográficos.
- (2) Operações Psicológicas em toda a área do País Azul.
- (3) Operações Psicológicas de Consolidação em toda a área do País Azul.

b. Análise e Comparação

(Realiza-se da forma clássica e visa a obtenção das vantagens e desvantagens de cada Linha de Ação).

— Optamos pela linha de Ação n.º 3 — Operações Psicológicas de Consolidação em toda a área do País Azul.

c. Determinação de Prioridades

Alvos: 1 — 2 — 5 — 4 e 3.

5. CONCLUSÕES**a. Alvos e Objetivos**

Alvo 1 — área da Rapôsa (cidade)

Alvo 2 — área do Lobo (cidade)

Alvo 3 — área da Onça (cidade)

Alvo 4 — vale do Tigre

Alvo 5 — vale do Leão e área canavieira e dos arrozais.

b. Fim a Atingir

— Para o Alvo 1 — Criar condições favoráveis à pacificação dos espíritos. Primado da ordem.

— Para o Alvo 2 — Primado da ordem.

— Para o Alvo 3 — Restabelecimento da ordem pública

— Para o Alvo 4 — Pacificação dos espíritos.

— Para o Alvo 5 — Criar melhores condições para o trabalho dos assalariados. Primado da ordem.

c. Meios a Empregar

— Sobre o Alvo 1 — Alto-falantes móveis, cinemas, televisão, folhetos lançados de avião, rádio, etc.

— Sobre o Alvo 2 — Idem alvo 1.

— Sobre o Alvo 3 — Idem alvo 1.

- Sobre o Alvo 4 — Equipes H A. Rádio. Folhetos lançados de avião.
- Sobre o Alvo 5 — Idem alvo 4.

.....
 CEL X
 OF OP PSICOLÓGICAS

.....
 CMT TO ou CMT EX

.....
 CIENTE E2 ou G2

.....
 CIENTE E1 ou G1

.....
 CIENTE E3 ou G3

.....
 CIENTE E4 ou G4

Lista A — —

— —

— —

— —

— —

BIBLIOGRAFIA

OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS 33-5. (Versão 1967, tradução e adaptação do FM 33-5 do Exército Norte-Americano).

OPERACIONES PSICOLOGICAS — Teniente Coronel ENRIQUE C. RECCHI y Capitanes LANDABURU y VALOTTA (Revista da Escola Superior de Guerra Argentina).

S O B R E V I V Ê N C I A

Cel

CARLOS FERNANDO

1. A intensificação da instrução especial, através de cursos existentes, em praticamente todas as guarnições (às vezes até em várias unidades dentro de uma mesma guarnição), trouxe, em seu bôjo, o problema, de um de seus ramos, que é o da sobrevivência.

Não raro, os menos avisados, julgam que um exercício de sobrevivência consiste em uma espécie de piquenique de escoteiros com ênfase na parte ligada ao aproveitamento dos conhecimentos botânicos ou então, em um treinamento para faquir visando a dar ao instruendo a resistência do cavalo do inglês da conhecida anedota.

Há mesmo nessa instrução, em certos casos, não por descuido e sim por falta de conhecimentos, um certo exagero a que o homem (animal forte e superior aos demais) resiste, mas sabe Deus a custa de quanto sacrifício inútil e dispêndio de energia que poderia ser melhor canalizada para outro fim.

2. Visando a trazer algum esclarecimento adicional sobre tão importante ramo da instrução é que nos propusemos a, neste pequeno artigo, expor idéias e normas que devem presidir a execução dos exercícios.

Inicialmente e como premissas fundamentais devemos ter em mente o seguinte:

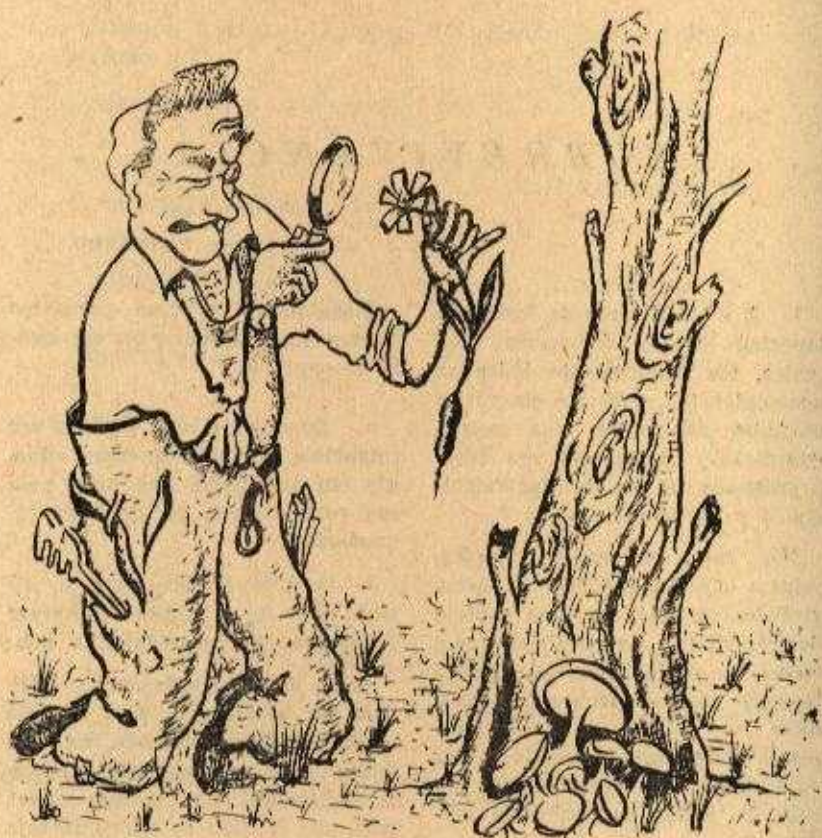
a. Qualquer militar pode se ver compelido a enfrentar uma situação em que tenha que lutar pela sua sobrevivência ou de seus comandados.

b. A sobrevivência, em si, só terá valor se o militar conservar a vontade de prosseguir na luta.

Essas duas premissões são válidas. Se atentarmos para a definição do que se entende, na vida militar, por sobrevivência verifica-se facilmente que há que cuidar para que tal tipo de instrução seja difundido. Vejamos a definição:

"Sobrevivência é o estado em que estará o combatente (ou o grupo de combatentes) que, isolado ou reduzido a seus próprios recursos por circunstâncias fortuitas, porém ainda animado da firme vontade de prosseguir na luta, sabe encontrar e usar elementos de subsistência, abrigo e combate no meio ambiente em que se encontra."

Examinando essa definição nota-se que, no nosso caso, não se trata mais somente de prolongar a vida apesar das condições adversas, mas, e principalmente, a de preservar a vontade de lutar quando tudo in-



cita à capitulação. Para que tal vontade seja preservada torna-se necessário que o homem esteja habilitado moral, física e técnica-mente.

Outro ponto a ponderar é que numa ação do estilo "comando", levada a cabo por efetivo reduzido só representará uma situação característica de sobrevivência a partir do momento em que, ligações cortadas com o escalão superior, o elemento isolado não puder cumprir a missão e regressar à base nos prazos previstos.

É muito comum ligar-se a noção de sobrevivência à de guerrilha. Isso é perigoso, porquanto, leva a maioria dos militares não a pensar que encorajados nesse tipo de operações tal problema não lhes diz respeito. Nada mais falso. Na guerra de hoje com as mutações que sofre o combate, qualquer militar, inclusive aquele motorista de comboio que viaja só em zonas afastadas da frente de operações, pode se ver sujeito a ataques inopinados que o obriguem a participar de uma situação em que a instru-

ção de sobrevivência não recebida ou mal assimilada lhe fará falta.

É verdade que as forças do tipo "comando" ou aquelas pequenas frações levadas a lutar isoladas devem se interessar sobremaneira por esse tipo de instrução. Tais frações no desempenho normal de suas missões estão, dada a sua instabilidade, na situação, que um estudioso do assunto denominou, de pré-sobrevivência pois, em regra, o material que conduzem consigo é limitado e qualquer mudança leva-os ao estado de sobrevivência.

3. Vejamos como deverá ser conduzida a instrução. Inicialmente vamos lembrar que tal instrução deve incidir nos aspectos: moral, físico e técnico.

A primazia do primeiro aspecto é óbvia. Não é possível inculcar uma vontade de luta, a qualquer risco, sem ter, *a priori*, convencido o indivíduo do valor dos ideais pelos quais ele lutará. Além disso está provado que, em qualquer situação excepcional, é o moral que desempenha o principal papel na resposta que o indivíduo dará a tal situação.

A instrução de sobrevivência é toda ela baseada na noção de *Superação*. Trata-se de convencer o indivíduo de que ele pode fazer e suportar muito mais do que aquilo de que ele, *a priori*, se julga capaz. Só assim ele poderá enfrentar qualquer situação, por mais imprevisível que seja, com a confiança que mais facilmente leva ao sucesso.

No que tange à preparação moral deve-se, preliminarmente, dar uma informação o mais possível objetiva sobre a meta a atingir e dar ênfase particular aos aspectos da confiança em si próprio e da

necessidade da coesão e solidariedade que deve presidir ao entendimento dos grupos que participam da instrução.

A preparação física deve ser conduzida de forma a levar o homem a se sobrepor à fadiga sem contudo levá-lo à exaustão. Muito mais do que, bater recordes trata-se de aumentar no homem a confiança em seus próprios recursos físicos.

Finalmente, no que toca à instrução técnica a busca da alimentação e do abrigo devem constituir a base sólida sobre a qual se assentará posteriormente a do aproveitamento dos recursos existentes para a construção de armadilhas e armas contra o inimigo.

Assim, uma das principais dificuldades é a de ensinar a distinguir entre plantas muito semelhantes as que são comestíveis das que não o são. Outro ponto, ainda referente a alimentação, que merece atenção e cuidado é o da prática da caça já que, normalmente, essa deverá fornecer o essencial à subsistência e não se faz um caçador em tão pouco tempo.

Essa parte da instrução é muito facilitada quando os homens a instruir já possuem, da vida civil, o hábito da vida rural. Com os citadinos o problema é bem maior. É verdade que não se trata de transformar um mecânico de viatura em um herbícola ou um motorista em um caçador profissional, mas é necessário que qualquer um possua as noções básicas nesses aspectos.

A questão do abrigo é bem mais simples e de fácil aprendizado.

Nessa parte da instrução também se deve ter o cuidado de exigir os deslocamentos sem ruído e sem dei-

nar rasto, fazer fogo sem fumaça e outras medidas tendentes a não se denunciar ao inimigo.

4. Os exercícios, após a fase inicial de preparação psicológica, física e moral, podem ser montados em torno de uma das seguintes idéias:

a. "Ensinar aos homens a se comportar em situação excepcional, em terreno em poder do inimigo, sem reabastecimento normal, para tentar, evitando o combate, retornar a território amigo".

b. "Aprender a viver e combater nas retaguardas inimigas, para cumprir uma determinada missão".

É preciso ficar bem claro que os exercícios não devem constituir um treinamento para "faquir" nem de "viração" com fins alimentícios. O objetivo que não deve ser perdido de vista é o do prosseguimento da luta; seja escapando para retornar a ela, seja mesmo cumprindo missões de destruição e outras nas retaguardas inimigas.

Para concluir vamos transcrever o que sobre o assunto, sobrevivên-

cia, diz autor de grandes conhecimentos:

"Qual será, em caso de guerra, a reação do combatente especialista que, subitamente, se vê isolado, sem nada a fazer de sua especialidade normal devido à destruição de seu material de trabalho? Será que isso não o levará a pensar que seu papel de combatente terminou? Será que esta tentação de assim pensar não será favorecida pelo fato de ele se ver desamparado em meio a uma natureza que desconhece?"

A eventualidade de uma tal situação constitui, levando-se em conta o caráter implacável da guerra moderna, um grave perigo que está a exigir um mínimo de precauções:

— primeiramente convencer todo militar que a situação de ter que apelar para conhecimentos de sobrevivência em combate, não é apêndice de alguns combatentes.

— em seguida, ensinar a todos os meios de enfrentar tal situação".

BIBLIOGRAFIA

REVISTA L'ARMÉE — Corpo Redatorial
SURVIE — Cap Giraud

"Honra a Pátria no Passado — sobre os túmulos dos heróis; glorifica-a no Presente — com a virtude e o trabalho; impulsiona-a para o Futuro — com a dedicação que é a Fôrça da Fé.

COELHO NETO

ELEMENTOS BÁSICOS DA NACIONALIDADE — O HOMEM

GILBERTO FREYRE

Rara a nacionalidade — se é que existe alguma — formada por um só tipo étnico e sócio-cultural de homem. De ordinário, vários são os tipos bio-sócio-culturais de homem que concorrem ou têm concorrido para formações dessa espécie. Tipos de personalidade contraditórios: dionisiacos e apolíneos, extrovertidos e introvertidos, ativos e contemplativos, racionais e intuitivos, conservadores e inovadores, sedentários e andejes. Tipos de origens históricas diversas, de adaptações diversas ao mesmo espaço nacional, ou a tornar-se nacional, de especializações também diversas em aspectos do seu comportamento que contribuem para a unidade, organização ou desenvolvimento nacional: a especialização agrária, a pastoril, a marítima, a urbana, a rural, a econômica, a intelectual, a artística. Não é só uma jangada que se faz com vários paus: também uma nacionalidade se faz com vários elementos humanos que de básicos passem a funcionais.

Nacionalidade no sentido sociológico de uma sociedade e de uma cultura organizadas com objetivos nacionais que cheguem até a sua autonomia como Nação constituída em Estado. Pois, em-

bora se saiba de nacionalidades que não atingem essa plenitude e são apenas minorias étnico-culturais, dentro de conjuntos imperiais, é em Estados-nações que de ordinário se pensa quando se fala em nacionalidades: assunto magistralmente estudado pelo Professor Carlton Hayes em obra que se tornou clássica.

Há um complexo nacional formado pelo Brasil — terra, água, espaço físico, ambiente, ecologia geral; pelo homem que, a princípio como pré-brasileiro, depois, como brasileiro, vem explorando, através do tempo histórico, essa terra e essa água, ocupando esse espaço, harmonizando-se com esse ambiente, com essa ecologia, com essa situação física; pela brasilidade — digamos assim — que vem resultando, como conjunto bio-sócio-cultural de técnicas, de modos de vida, de hábitos de alimentação, de valores éticos e estéticos, de toda uma variedade de ligações desse homem, primeiro pré-brasileiro, depois brasileiro, com o espaço em que se situou, com o ambiente ou a ecologia com que se vem harmonizando e, também, com o tempo em que, historicamente, se vem prolongando de indivíduo

em pessoa, em meta raça, em sociedade e em cultura: um indivíduo biológico, uma pessoa humana, uma meta raça, uma sociedade que já se apresenta com característicos gerais nacionalmente brasileiros. Há um tipo já nacional de homem brasileiro para o qual vêm convergindo vários subtipos regionais que podemos considerar básicos na formação — que ainda se processa — desse tipo bio-sócio-cultural total.

Tal homem, tal meta raça, tal sociedade, tal cultura, tal tipo apresentam semelhanças com outros tipos nacionais. Mas sua singularidade, como tipo que possa ser denominado nacional, é apenas um mito, embora tenha alguma coisa de mito e até ficção como todo tipo dos chamados nacionais. Não há fantasia em pretender-se haver já uma singularidade brasileira que se exprime num tipo geral de brasileiro caracterizado por um conjunto de modos, que lhe são peculiares, de andar, de falar, de sorrir; por preferências gerais, acima das regionais, algumas dessas regionais sendo muito expressivas, de paladar; por uma generalidade de aspecto físico marcada pela predominância de morenos sobre louros, de mestiços sobre indivíduos de etnia pura, de dionisiacos sobre apolíneos, com essas predominâncias de modo algum significando exclusividade absoluta de aspectos e de modos de comportamento que excluam os contrários ou dêem a esses contrários o caráter de aspectos e comportamentos antibrasileiros. Há brasilei-

ros ruivos — nórdicamente ruivos, até — sem que a esse aspecto corresponda sempre o modo de comportamento apolíneo de ordinário associado ao tipo nórdico do mesmo modo que há brasileiros de pele preta de um comportamento antes apolíneo — dos ingleses clássicos — que dionisiaco, como o da maioria de negros africanos. Recordo três exemplos: o Arcebispo Dom Silvério, o psiquiatra Juliano Moreira e o engenheiro Teodoro Sampaio. Enquanto o brasileiro de origem norte-européia Germano Hasslocker foi um quase puro dionisiaco.

Essa pluralidade antropológica de aspectos físicos, cromáticos, biosociais, é característica do brasileiro sem que falte ao homem, situado em espaço tão vasto como o do Brasil — considerado esse homem menos como indivíduo biológico ou como aparência étnica ou cromática do que como pessoa no sentido sociológico da expressão — uma unidade geral que surpreende ao observador, tratando-se de gente, isto é, de homem, espalhado em sub-regiões diversas de um tão vasto espaço continental, embora quase todo ele favorável a essa unidade pela sua condição, quase toda, de tropical e de subtropical. Condição à qual pensam alguns que se vem juntando, nas sub-regiões fisicamente não tropicais, a situação sócio-cultural ou psicocultural de sub-regiões tropicalizadas por contágio com as subtropicais e tropicais, em crescente processo de identificação — segundo parece a alguns analistas do assunto — com uma cul-

tura nacional brasileira de vivências e convivências predominantemente tropicais para o Homem mais impregnado dessa cultura.

O homem vivente e convivente não pode ser definido apenas em termos abstratos, matemáticos, estatísticos. Precisamos de defrontar-nos com o que nêle seja o que Unamuno chamava "carne e osso". Precisamos de considerá-lo, o mais possível, na sua totalidade bio-sócio-cultural: não só o ser que pensa, sente, sonha, fala, ri, reza, dança, fabrica, pinta, toca viola, fuma, distinguindo-se, por essas aptidões humanas, dos demais animais como o que copula, come, defeca, canta, sua, corre, grita, sobe nas árvores, desce nas águas, nada, sendo, nessas expressões de vida, ao mesmo tempo que universal como indivíduo biológico, particular; diverso, regional, pré-nacional, como pessoa, isto é, como indivíduo socializado e aculturado de acôrdo com uma ecologia, uma cultura, um grupo a que pertença, ou dentro do qual nasceu ou cresceu; e, de acôrdo com êsses condicionamentos, praticando atos animais de diferentes maneiras bio-sócio-culturais.

É em virtude dessas particularizações de comportamento, decorrentes de situações ecológicas e culturais particularizadoras da condição humana, que se pode falar de um homem brasileiro como de um homem francês, de um homem espanhol, de um homem russo, de um homem mexicano, de um homem paraguaio, de vários outros homens nacionais; de vários outros tipos nacionais ou regionais de Homem.

Para êsse tipo nacional de Homem brasileiro — ainda em formação, mas já bastante definido, antropológica e sociologicamente — sabemos que têm concorrido, e continuam a concorrer, vários tipos regionais, alguns dinamizados em transregionais: o caso clássico do Bandeirante. O do nordestino. O do próprio gaúcho que se tem projetado sobre o Brasil central.

Se, ao antropólogo Bastos de Ávila, o tipo brasileiro de homem conhecido por *gaúcho* se apresenta como transitório, e não como básico ou essencial, é que para êle *gaúcho* tem um sentido restrito. Não se refere ao rio-grandense do Sul em geral. Porque êste tem sido evidentemente um tipo, além de básico, funcional, na formação da nacionalidade brasileira, com uma atuação que se tem projetado fora da província ou do Estado do Rio Grande do Sul e não apenas se afirmado na defesa ou no resguardo da fronteira meridional do Brasil formado pelo mesmo Rio Grande do Sul. Por essa atuação, o rio-grandense do Sul — de ordinário branco, por vêzes com algum salpico de sangue ameríndio, raramente tocado de sangue negro — pode ser considerado tipo de homem essencial, dentre os que mais vêm contribuindo para a formação da nacionalidade brasileira: o Bandeirante, o mineiro, o paraense, o nordestino — no nordestino incluído o baiano — e, ainda, aquêle neobrasileiro do extremo Sul que, sob alguns aspectos, se vem tornando paradoxalmente mais zeloso de tradi-

ções brasileiras que o brasileiro mais antigo.

A esta altura, impõe-se uma definição quanto possível exata daquelas expressões antropológicas e sociológicas já utilizadas, ou a ser utilizadas, pelo conferencista, nesta tentativa de apresentação de uma teoria que muito se presta, conforme as expressões verbais por que seja considerado o assunto, a confusões de caráter semântico. Devemos, assim, procurar definir conceitos como o de Homem; o de Homem Situado; o de Ecologia geral; o de Indivíduo biológico; o de Meta Raça; o de Pessoa; o de Sociedade; o de Complexo de Cultura; o de Cultura; o de Tropicalidade adquirida com que se completa o de Tropicalidade inata; o de Antropologia do Homem situado nos Trópicos. Alguns desses conceitos são próprios do conferencista embora já submetidos à apreciação de mestres e analistas universitários do país e do estrangeiro e por estes acolhidos e aprovados: o de Antropologia do Homem situado nos Trópicos, oficialmente, pelos mestres de Ciências do Homem da Sorbonne; o de Meta Raça, por mestres da Universidade Inglesa de Sussex; enquanto com o de Tropicalidade adquirida que se acrescenta ao de Tropicalidade inata coincide, no essencial, o critério que vem sendo seguido pela Academia Francesa de Ciências (do Ultramar), da qual o conferencista tem, aliás, a honra de ser membro; e com o da Ecologia coincidem, no essencial, o do Professor Bews, da África do Sul, e o do Professor Mukerjee, da Índia, sem que

ao brasileiro falte o que um estudioso anglo-americano do assunto, o Professor Edmonds, considera a sua ênfase — ênfase como que extra-sociológica, mas, na verdade, sociologicamente atenta à repercussão do telúrico sobre o comportamento psicossocial do Homem Situado. Por conseguinte, ênfase antropossociológica. Ênfase no aspecto telúrico da ecologia.

Consideradas as referidas expressões nos significados, quanto possível exatos, com que delas se utiliza o conferencista, poderão ser evitadas — repita-se — algumas daquelas confusões semânticas que tanto podem prejudicar o entendimento em torno de estudos antropológicos e sociológicos. O critério do conferencista, em face desses estudos, vem sendo, em grande parte, o de procurar abordá-los, quer com relação ao Homem, às Sociedades e às Culturas, em geral, quer com relação ao Homem, à Sociedade e à Cultura brasileiros, em particular, procurando notar o que, nos encontros de formas e de processos que sejam antropológica e sociologicamente gerais, polivalentes, com substâncias ecológica, étnica, etnográfica — diferentes, entre si, apresentam-se sob configurações existenciais. Configurações que precisem de ser compreendidas através de análises do que, nelas, ao essencial de formas e de processo gerais se junte o que seja situacionalmente existencial e até — heresia para os sociólogos demasiadamente abstratos no seu modo de ser sociólogos — de concreta, de telúrica e de situacio-

nalmente diferenciado ao ponto de uma situação regional — regional no sentido amplo da palavra — poder condicionar uma variante significativa do que venha sendo considerado monoliticamente geral. Sob esse critério — já antigo entre alguns antropólogos e sociólogos brasileiros — é que, recentemente, sociólogos europeus concordaram, em reunião na Sorbonne, em que conceitos tidos por universalmente válidos de classe e de luta de classes não se adaptariam a situações africanas, compreendendo-se que, entre alguns grupos africanos, se estejam desenvolvendo esquemas de neo-socialismo ou de neocapitalismo, de tal modo diferentes dos europeus que os ideólogos europeus, adaptos desses sistemas, os consideram aberrações intoleráveis.

O que se dá, nesses casos — diga-se de passagem — é que diante deles, se manifestam atualmente tentativas de retificação, no plano político, da confusão que, vinda do século XIX, se vinha projetando no XX, entre europeísmo e sociologismo com pretensões a científico e, como tal, a universalmente válido; entre europeísmo e antropologismo com iguais pretensões, à base de um exclusivo conhecimento de situações européias ou ocidentais. O Brasil não vinha escapando a essas projeções imperiais de filosofia ou de ciência social européia — ou anglo-americana — sobre situações brasileiras não de todo, nem européia nem subeuropeias; mas a cuja análise teórica e a cujos problemas concretamente políti-

cos, econômicos, sociais, culturais, pretende aplicar-se a pura e simples transferência, para uma ecologia e uma situação em grande parte não européia, de concepções e soluções européias e anglo-americanas de realidades biosócio-culturais tidas como universais. Dai, durante o Império, no Brasil, um parlamentarismo que felizmente — pensam alguns estudiosos do assunto — teve corretivo no exercício do chamado "poder moderador" — um brasileiro — pelo monarca, ele próprio, entretanto, foi vítima, noutros aspectos do seu comportamento, de um europeísmo alheio à situação do brasileiro como homem ou gente em parte não européia; e durante as várias repúblicas, que têm vigorado no Brasil, desde 1889, um elitismo e um democratismo, teoricamente sedutores, mas, na prática, suscetíveis de fáceis deformações, foram felizmente atenuadas — pensam ainda estudiosos da matéria — por um presidencialismo que parece ter herdado da monarquia o sentido realista, objetivo, por vezes aparentemente e, em alguns casos, realmente, antidemocrático, daquele excelente brasileiro político que pode ser considerado o "poder moderador".

Não devo prosseguir em comentários, embora pertinentes, em torno do que, sendo consideração antropológica e sociológica do Homem como homem situado, oriente o estudo do Homem brasileiro como um homem a quem sua situação ecológica, social e cultural dá características que o distinguem de outros homens si-

tuados, sem o isolarem num homem único na sua singularidade, sem concretizar a prometida definição daqueles conceitos fundamentais para qualquer tentativa de apresentação de assunto ou tema antropológico ou sociológico sob critério ao mesmo tempo situacional e existencial.

Homem, que é, considerado antropológica ou sociologicamente? É um indivíduo biológico que só adquire realidade plena socializado e aculturado em pessoa: *pessoa humana*. *Homem situado* é o homem concreto, específico, quanto à sua situação em espaço e em tempo, físicos e sociais. Sua situação racial é parte de sua situação concreta mas tende a ser quase anulada pela crescente ascendência, em algumas sociedades — a brasileira é uma delas — da substituição da consciência de raça, diluída pela mestiçagem, pela consciência meta-raça: conceito, aliás, brasileiro. O *Indivíduo biológico* é, no caso do Homem antes de social e culturalmente humanizado por um tipo de socialidade e por um tipo de cultura que façam dele aquela já aludida *Pessoa*, um homem apenas em potencial. *Pessoa* repita-se que é esse indivíduo biológico socializado de membros — *socius* — de um grupo e em participante, direto ou indireto, de uma cultura grupal: tribal, regional, nacional, transregional. *Ecologia* geral, é a que, vegetal, animal, humana, envolva, como ambiente total, inclusive telúrico, um indivíduo biológico que esteja sendo, ou já esteja, socializado e aculturado em pessoa confor-

me, em grande parte, condições próprias desse ambiente total. Por *Sociedade* deve-se entender, em Antropologia Social e em Sociologia, a população que constitui uma unidade social como organização mais ou menos distinta das de outras sociedades. Por *Cultura* entende-se o conjunto de invenções e de desenvolvimento de aptidões humanas, tanto materiais — técnicas de construção, de abrigo, de caça, de pesca, de agricultura, de transporte, etc., como não materiais, tais como crenças e idéias. Como conjunto geral, a cultura pan-humana se apresenta sob o aspecto de vários e diferenciados conjuntos culturais específicos, tribais, regionais, nacionais, transnacionais. Exemplos: a cultura malaia, a banto, a guarani, a cultura francesa, a cultura germânica, a eslava, a ocidental, a islâmica. Por *complexo de cultura* deve-se entender uma cadeia de invenções e de desenvolvimentos, associados funcionalmente, em torno de um motivo central ou principal como é, por exemplo, o trigo ou o café ou o vinho, podendo-se também falar de um complexo nacional de cultura desenvolvido, assim inter-relacionada e funcionalmente, em torno de motivos nacionais de existência, convivência, coesão e desenvolvimento: o complexo nacional de cultura japonesa, por exemplo. *Tropicalidade* refere-se à ecologia tropical sobre a qual se projete uma cultura por sua vez condicionada, embora não determinada, por essa situação de espaço físico, como é o caso da cultura indiana e de grande parte da cultura

brasileira. *Tropicalidade adquirida* é a que, mais cultural que ecológica, seja adquirida por contágio, de uma cultura ecológica vizinha, como é o caso de vários valores e usos tropicais que brasileiros de subáreas temperadas vêm juntando aos seus valores e usos não tropicais, numa como solidariedade com os usos e valores da maioria brasileira, tropicalmente situada e condicionada. *Antropologia do Homem situado no Trópico* é aquela antropologia especial, originária do Brasil e consagrada oficialmente por mestres de Ciências do Homem na Sorbonne, que procura estudar o Homem situado no Trópico dentro das inter-relações de Ecologia e de Cultura que lhe estejam, porventura, dando um perfil antropológico, bio-social, próprio da sua situação. O *Homem brasileiro*, do qual já Alvaro Osório de Almeida sugeriu, após pesquisa memorável, que seria diferente no seu metabolismo do Homem das áreas temperadas, pode ser considerado exemplo, no setor fisiológico com repercussões no sócio-cultural, de homem situado no trópico. Homem, o brasileiro, também caracterizado, nesses setores, por sua crescente, isto é, crescentemente generalizada, morenidade, talvez protetora de sua maior adaptação ao ambiente tropical: espécie de que teria sido o urucu para ameríndios de pele menos escura. Tal morenidade, em grupos numerosos de brasileiros — o nordestino, por exemplo, e também os de certas sub-regiões do Centro-Sul — vem resultando, quer do amorenamento pelo sol tropical, quer da consi-

derável miscigenação em que se vêm unindo os sangues europeus, ameríndios e africanos.

Ao vaticínio de vir a ser o Brasil, dentro de algum tempo uma "população de mulatos", falta idoneidade antropológica. Mas é provável maior generalização de morenos, nessa população, a ponto de tornar-se a morenidade uma predominância característica do Homem brasileiro com cada dia menor número de exceções. Mesmo porque é possível que esteja para acentuar-se a valorização, quer por motivos biológicos, quer por motivos estéticos, dessa melanização e até de característicos outros a ela de ordinário associados. É também possível que para tornar efetiva essa valorização ou essa preferência — "a côr morena é côr de ouro", diz já a poesia popular — possam concorrer meios científicos já em experimentação, de alteração de formas e de cores de corpo ou da figura humana conforme preferências estéticas e conveniências higiênicas ligadas a condições ecológicas. É um sábio da autoridade e da responsabilidade científica do Professor Carleton S. Coon quem o informa, em obra notável, *The Living Races of Man*, escrita com a colaboração de Edward E. Hunt Junlor e publicada em Nova York em 1965. "*Recent research on the action of two hormones secreted by the pineal body*" — escreve este sábio mestre de Antropologia Física à página 317 do seu trabalho — "*make it possible that before long people will be able to change their skin color whenever they like, by simple in-*

jections". O Professor Coon admite que as diferenças raciais mais ostensivas possam vir a ser superadas não só na sua anatomia como na sua fisiologia: inclusive quanto a desníveis de inteligência acusados pelos QI, através de testes que, entretanto, parecem corresponder principalmente a adaptações de capacidade mental a um tipo dominante de cultura. Esse tipo dominante sabemos que atualmente é o europeu desdobrado no anglo-americano.

Em relação com esse tipo dominante, mas não exclusivo, nem sistematicamente opressor de outros tipos de cultura, é que se vem processando o desenvolvimento do Brasil, como Estado-nação. Como Estado-nação, o brasileiro é senhor de vasto, vastíssimo território. Esse brasileiro, como tipo durante algum tempo mais politicamente nacional do que ecológicamente situado, vem-se tornando cada dia mais consciente tanto de sua ecologia como que nacionalizante, como da sua definição, através do tempo histórico, em tipo nacional. Consciente, também, da sua brasilidade, como conjunto menos de invenções do que de valores e de usos culturais assimilados ou imitados de outros sistemas de cultura e crescentemente adaptados a uma ecologia como que, ela própria, nacionalmente brasileira. Telúricamente brasileira, até. Brasileira e abasileirante.

Esse desenvolvimento, podemos os brasileiros considerá-lo satisfatório? Estaremos já começando a desenvolvermos como um sistema nacional libertado de europe-

ismo ou de fanquismos excessivos que desprestigiem a imagem que de nós próprios devemos fazer como Homem, como Cultura, como Nação situados, em grande parte, em espaço tropical e, em grande parte, mestiços em vez de isto ou aquilo, pura ou exclusivamente? Estaremos considerando nossa condição de gente, em grande parte, morena, e até amarela, uma condição ecológicamente positiva, em vez de negativa, dado o fato, estabelecido pelos estudiosos mais profundos do assunto — como H. F. Blum, em seu "Light and the Melanin Pigment of Human Skin" (*New York Academy of Sciences*, Sp. vol 4 (1949)), e N. A. Barnicot, em "Human Pigmentation" (*Man*, nº 144 (1957)) — de ser a pele escura — amarela, parda, preta, morena — mais eficiente do que a alva na resistência ao que haja de deletério nos efeitos sobre o Homem, da luz mais intensa dos trópicos, podendo considerar-se saudavelmente ecológico o amarelo — "The glossy yellow skin" — da pele dos mestiços da América tropical, em geral — inclusive do Brasil? Sendo, assim, é evidente, a vantagem, sobre brancos alvos, do chamado "amarelinho" brasileiro, a quem o folclore atribui qualidades que contrastam com a sua cor, aparentemente doentia, e com o seu franzino de corpo. Precisa o brasileiro de inteirar-se do fato de que a identificação, em termos absolutos, de faces cor-de-rosa do Homem com saúde, vigor, viço, superioridade física, é um europeísmo convencional como fanquismo convencional é a associação da estrutura elevada ao vigor físico: mito já tão desmen-

tido pelo rigoroso, enérgico e eficiente tipo nacional que, de arcaico, passou a moderno e que é o japonês pequeno e amarelo. Tanto a elevação de estatura de americanos dos Estados Unidos, nos últimos decênios, como a de japoneses após longa residência nos mesmos Estados Unidos e aí nutridos à maneira anglo-americana, não se pode atribuir vantagem que valorize de modo absoluto tal elevação.

O Professor José Bastos de Ávila, em sua excelente *Antropologia Física*, publicada no Rio de Janeiro em 1958, do mesmo modo que este conferencista em trabalho que data de 1936 — intitulado *Nordeste* e hoje em quarta edição — admite a existência, no Brasil, de tipos regionais de Homem brasileiro “mais ou menos fixados, entre os quais o nordestino parece definitivo”, em contraste com o *gaúcho* do Sul que seria, para Bastos de Ávila, simples “tipo de transição ou de contato”. Repele o ilustre antropólogo a idéia de uma “raça brasileira” a que por vezes levianamente se referem, sem mais aquela, antes curiosos da Antropologia que antropólogos autênticos. Não existe, a rigor, tal raça. Daí poder admitir-se que, em seu lugar, exista, no nosso país uma meta raça: tese que este conferencista defendeu há pouco, em conferência em língua inglesa proferida, na Universidade de Sussex e publicada, nessa língua, pela mesma universidade.

O máximo a que se pode chegar, neste setor, é a reconhecer um tipo brasileiro, já nacional, de Homem, e que se define mais

por característicos psicoculturais, que lhe sejam próprios, do que por característicos biofísicos especificamente brasileiros. Que a esse tipo nacional de Homem possa ser atribuída, além de uma média de cor trigueira ou morena, que vá do moreno escuro ao claro, amarelado — e que permita o uso atual da palavra “moreno”, no Brasil, para designar até indivíduos de cor preta que a delicadeza nacional evite chamar de negros: outra tese defendida naquela conferência em Sussex — uma média de estatura antes baixa do que alta, não basta para poder um antropólogo caracterizá-lo como tipo já racial novo. O branco brasileiro — o *leucodermo* da classificação de Roquette Pinto no seu clássico *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, publicado no Rio de Janeiro em 1929 — apresenta dois tipos de estatura, em torno de 1,63 e 1,69. O *leodermo* — vulgarmente chamado mulato — é, na sua grande maioria indivíduo com a estatura média de 1,64. O *xantodermo*, ou seja o de ordinário denominado mameluco, apresenta-se com uma média de estatura também mais baixa do que alta: em redor de 1,63 e 1,69. Todos, portanto, indivíduos com uma média de estatura abaixo de 1,70.

Quanto à cor da pele, especifique-se do branco brasileiro que homem de pele, em geral, trigueira ou morena (nº 10 a nº 19 da escala de Von Luschan), a esse moreno de pele correspondendo cabelos, em geral negros, olhos, em geral, escuros e braquicéfalo. Do mulato brasileiro especifique-se que a sua pele é parda mais ou menos escura —

do pardo ao amarelo (nº 20 ao nº 30 da escala de Von Luschan) os olhos escuros, o que é mesocéfalo. Do mameluco, pormenorize-se que se apresenta de pele entre parda e amarela (do nº 20 ao nº 30 da escala Von Luschan), cabelos negros, olhos escuros, e que, braquicéfalo. Do negro brasileiro, esclareça-se que sua pele mais ou menos negra vai do nº 30 ao nº 36 da escala de Von Luschan, que seus olhos são escuros, seus cabelos escuros e é braquicéfalo. Compreende-se que com tal predominância estatística, antropométrica, cronométrica, de pele morena — parda, parda amarelada, amarela, preta — de cabelos e de olhos escuros, de braquicefalia, se possa falar no brasileiro como um tipo nacional de homem predominantemente — embora de modo algum exclusivamente — são numerosos os brasileiros brancos, alvos, albinos, quando muito amorenados pelo sol — moreno, havendo algum apoio antropológico para o uso amplo, elástico, do qualificativo *moreno* para incluir os vários graus da escala de Von Luschan: do nº 10 ao 36. Compreende-se, mais, que com essa extensão do qualificativo *moreno* para o brasileiro mais típico, quer preto, quer apenas trigueiro, ou somente amarelo, esteja a desenvolver-se, inconscientemente, no Brasil uma como mística de *morenidade* — com o indivíduo *moreno* de cor amarelada dominante em algumas áreas — que se opõe, de modo sociologicamente significativo, a mística de exclusividade racial: a de negritude e a

da branquitude como expressões políticas de raça.

O Homem brasileiro parece ser, no maior número de casos, um homem antes baixo do que alto e antes moreno amarelado do que rosado, antes magro do que redondamente encorpado, sem que tais característicos signifiquem inferioridade de físico ou de biótipo. É um homem, em casos também numerosos, mestiços em vários graus de mestiçagem sem que nos seja preciso nos desculparmos dessa condição crescentemente meta racial de grande parte da população nacional, perante populações que ainda se ufanam de ser éticamente puras e pretendam associar essa suposta pureza a pretensões de positiva superioridade de sua cultura nacional. O mestiço já não é considerado uma vergonha para a humanidade mas, ao contrário, por alguns observadores idôneos — H. G. Wells foi um deles, Boas foi outro — a antecipação de uma humanidade que venha a ser menos dividida, do que até agora, pelas chamadas fronteiras étnicas.

Ao Professor Arnold Toynbee impressionou o que lhe pareceu o aspecto favorável no grande experimento brasileiro da miscigenação. Em seu contato com o Brasil estivemos longamente juntos: deu êle a êste conferencista a honra de uma visita — a única com que distinguiu um particular em nosso país — durante a qual êste e outros assuntos foram por nós considerados. O Professor Toynbee não vê solução mais satisfatória para os problemas de conflito entre gru-

pos étnicos que a miscigenação: a solução brasileira.

Mais do que qualquer outra das grandes populações nacionais modernas, a população do Brasil é uma população miscigenada, com caucasóides e negróides presentes nessa comissão, sem que lhe tenham faltado ameríndios e sem que lhe falte, há meio século, o sangue japonês. Mesmo assim, a presença européia, nessa população, vai até 62 por cento. Muito menos que os 80 por cento que se fazem notar na população de Costa Rica, que os 90 por cento que avultam na população uruguaia ou os 97 por cento de sobressaem da população argentina, porém superior, como percentagem, ao que é atualmente essa mesma presença, em qualquer outra população latino-americana. Por outro lado, depois do Paraná, é no Brasil que a presença africana mais avulta como percentagem de população nacional na América Latina: 11 por cento. Sabe-se, entretanto, que no século XVI o número de negros foi maior, no México, que o de europeus, tendo-se reduzido a menos de 1 por cento, absorvido pela numerosa população mestiça dessa grande república hispânica da América, onde os europeus são, atualmente, apenas 15 por cento da população, os ameríndios, 29 por cento e os mestiços — inclusive os descendentes de negros diluídos em mestiços — 55 por cento.

Da população brasileira, tão miscigenada em várias das sub-regiões do país, a mais miscigenada é a do Nordeste, estudada em São Paulo, num grupo con-

siderado típico de nordestino, e pelos mais modernos métodos de análise, nesse setor, pelos geneticistas D. F. Roberts e R. W. Hiorns. Calculam eles a composição desse nordestino típico como sendo 65 por cento portuguesa, 25 por cento africana e 9 por cento ameríndia. Dão conta de sua pesquisa no trabalho "Methods of Analysis of a Hybrid Population" (*Human Biology*, vol. 37, nº 1, 1965). É precisamente este o tipo que antropólogos como este conferencista desde 1937 e Bastos de Ávila, em livro publicado em 1959, e intitulado *Antropologia Física*, e, mais recentemente, Mestre Froes da Fonseca, a base de observações diretas da situação nordestina, vêm considerando mais estabilizado como tipo bio-social, embora a todos nos repugne a idéia de haver uma "raça brasileira" propriamente dita.

Com o êxodo, que, na década de 50, chegou a ser impressionante, de nordestinos para o Centro-Sul — nordestinos típicos na idade biológica mais vigorosa — dessa presença de brasileiros grandemente miscigenados em sua situação biológica e profundamente telúricos em sua condição ecológica — muitos deles, apresentando-se mais da coloração amarela do que da parda — entre populações, como as do Centro-Sul, desde o início da Segunda Grande Guerra, quase estáticas como populações predominantemente caucasóides ou brancas, vem resultando alterações nada insignificantes, nessa aparente uniformidade albina, à qual se vem sobrepondo, não

pouca, embora moderada nos seus graus, melanização. Se de tal êxodo se pode dizer que vem representando para o Nordeste um rapto de alguns dos seus melhores elementos biológicos, ou bio-sociais, por outro lado, essa migração interna vem pondo, mais uma vez, o brasileiro do Nordeste em função pan-brasileira como elemento biológica e culturalmente unificador ou mediador entre expressões extremamente diferenciadas ou contrárias do Homem do Brasil. Função exercida outrora pelo mesmo nordestino com relação à gente demasiadamente ameríndia do extremo Norte: gente que, com a considerável presença nordestina na Amazônia nos grandes dias da borracha, abraçou-se em consequência de acréscimos ao seu número e de alterações às suas predominâncias de forma e de cor recebidas desses seus já miscigenados compatriotas. Alterações biológicas a que corresponderam modificações culturais e psicoculturais: as "gentis" amazônicas foram, naqueles dias, culturalmente enriquecidos de valores euro-africanos que contribuíram para sua integração, desde então assegurada, ao todo biológico e cultural caracteristicamente brasileiro. A sociedade brasileira. A cultura pan-brasileira. É uma integração já iniciada que precisa apenas de ser ampliada e aprofundada.

Abrasilamento semelhante repita-se que se vem verificando, nos últimos anos, em certas sub-áreas do Centro-Sul, caracterizadas pela predominância, nas suas populações e nas suas cultu-

ras, de elementos neobrasileiros, através da já referida presença nordestina, representada principalmente pelos já referidos machos na flor da vida: homens, muitos deles antes eugênicos que cacogênicos, a despeito das anedotas em torno dos por vezes exemplarmente eugênicos "cabeças chatas" ou "paus de arara". Nessas subáreas, não poucos nordestinos têm unido à função biológica, de desvirginadores da pureza racial neo-européia, a cultural, de transmissores, a neobrasileiros, daqueles usos, daquelas vivências, daquelas experiências, característicos da sua já longa integração no Brasil. Ao mesmo tempo, alguns desses nordestinos têm absorvido, de neobrasileiro, valores e usos suscetíveis de serem abraçados com vantagem para aquele processo de desenvolvimento meta racial e, até certo ponto, multicultural, do qual se pode esperar que venha a emergir um Homem plenamente brasileiro, ao mesmo tempo singular e plural em sua brasilidade e na sua generalizada, mas não exclusiva, morenidade.

Estará esse homem como que ecológicamente ideal, agora apenas emergente, se aprofundando noutras regiões, além da nordestina e de subáreas do Centro-Sul e do Sul, na adaptação à ecologia dos espaços que vem ocupando, da natureza que vem explorando, dos ambientes totais com que vem convivendo? Pode-se talvez responder que, sob certos aspectos, sim — considerado o Homem brasileiro como um tipo sociologicamente weberiano de

tipo ideal" e admitidas exceções importantes ao que seja sua relativa normalidade de desenvolvimento ecológico. Sua natalidade é, atualmente, das mais altas. Sua média de vida vem se elevando e diminuindo a excessiva e humilhante percentagem de indivíduos de menos de vinte anos na sua população. Suas vitórias sobre a malária vêm-se accentuando, embora, por outro lado, a esquistossomose continue a degradar grande parte das águas, outrora saudáveis, do espaço brasileiro mais ligado à presença humana; e a degradação das águas venha sucedendo a degradação física de numerosos brasileiros das populações ribeirinhas. Hábitos de alimentação e de recreação, métodos e facilidades de educação e de higiene quer pessoa, quer pública, vêm aspectos positivos — nos últimos decênios, concorrendo para que se aprofunde, no Brasil, aquela adaptação do homem ao seu meio ou ambiente sem prejuízo de sua civilidade ou da sua europeidade: civilidade no sentido de vir sua cultura mais civilizada — a de origem européia — porém não antitelúrica, ganhan-

do extensão sobre áreas outrora ásperamente rústicas e de subculturas não só telúricas como arcaicas — agrária e pastorilmente arcaicas. Processo de extensão de formas civilizadas de cultura a áreas menos acessíveis a essa penetração que se deve à crescente intercomunicação física e cultural entre extremos — os rústicos e os urbanos — até há pouco tão física e social e culturalmente distantes — por novas técnicas de transporte e de comunicação. Técnicas tão importantes num país da extensão do Brasil.

Insista-se, porém, dessa extensão de formas civilizadas de cultura que ela não vem sistematicamente implicando — nem precisa de implicar — em repúdio às formas telúricas de uma cultura ecológicamente brasileira. Semelhante repúdio seria desvantajoso à definição de uma cultura autenticamente brasileira. Ecológicamente brasileira. Sem essa cultura ecológica dificilmente se poderá conceber um homem genuinamente brasileiro. Ou um tipo efetivamente nacional de homem brasileiro.

É muito melhor lançar-se à luta em busca do triunfo, mesmo expondo-se ao insucesso, do que permanecer na fila com os pobres de espírito que nem gozam muito, nem sofrem muito, porque vivem nessa penumbra cinzenta, que não conhece derrota nem vitória.

FRANKLIN DELANO ROOSEVELT

A POPULAÇÃO BRASILEIRA E SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

GLYCON DE PAIVA

Pela oitava vez prepara-se o Brasil para contar seus habitantes e situá-los nos lugares de ocupação do espaço nacional. Ainda mais, para descobrir a sua taxa de aumento. Finalmente, para verificar o rumo e a densidade das correntes migratórias que no interior se organizam, significativas de vida insatisfatória no ponto de partida e esperança de dias melhores no de chegada.

Estará caminhando a avalanche populacional do Brasil para preencher o imenso vazio demográfico do interior sul-americano ou, ao contrário, orienta-se para a cidade litorânea, definitivamente desiludida do meio rural, talado pela derrubada secular?

Estarão os ecumênicamente ocupando o espaço político ou, ao contrário definitivamente abandonando o campo de batalha da guerra ecológica que nos últimos quatro séculos movemos contra a floresta para, como *displaced persons*, favelarmos-nos nas cidades da faixa marítima, inchadas já de gente pela implosão urbana?

Teremos respostas a essas questões cruciais no ano que vem. Por ora cabem as considerações que se seguem, condicionadoras do problema.

São essencialmente necessários fatores em número de quatro pa-

ra fazer-se economia: **posição** favorável em relação ao mercado mundial; **recursos humanos** de qualidade; **capital** de estabelecimento e de operação e, até, **quadro de recursos naturais**, se existir.

Recursos humanos de qualidade significam, essencialmente, pessoal de nível médio, gerentes e pessoal técnico. Por si só trazem o sucesso ou o fracasso da economia a estabelecer-se e da região a ocupar.

É mais importante que o quadro de recursos naturais, a posição em relação no mercado. Decide da ênfase da economia pretendida e do potencial competitivo da área: produção de bens ou produção de serviços.

Potências econômicas atuais acham-se estabelecidas sobre quadros extremamente modestos de recursos naturais, caso do Japão, da Alemanha, da Inglaterra, da Itália e de Israel, desfrutando todos de posição favorável em relação ao mercado. A modéstia deles em recursos naturais é largamente compensada pela alta qualidade dos **recursos humanos** de que dispõem e muito pela posição das áreas.

No passado histórico, principalmente nos tempos mercantilistas, decidiu do interesse do investi-

mento, a riqueza do quadro natural, sua acessibilidade, assim como a facilidade predatória para dêle locupletar. Hoje, velozmente caduca o papel dos recursos naturais, dada a miraculosa capacidade tecnológica de fabricar matérias-primas com as rochas constituintes da crosta terrestre e de substituir a oferta natural ou de aproveitar o fundo oceânico.

Mercado

Economia alguma sobrevive sem mercado externo e interno. A acessibilidade ao mercado, repetimos, depende da posição da área econômica em relação a êle. Nos mercados de bens em posição muito afastada da região produtora somente produtos de alto valor específico terão vez (ouro, diamante, cassiterita, tantalita, manganês). Todavia, o mercado de serviços pode sobreviver em grandes distâncias, em virtude da participação menor dos fretes no faturamento dêles. Procuram a região produtora de serviços os que querem ser servidos. Abundam exemplos: apesar da distância e em quantidade crescente, buscam anualmente serviços de turismo em Taiti, Nova Zelândia, Nepal e Tailândia, europeus e americanos.

Ocupa-se economicamente terra nova pela favorável constelação simultânea dos fatores de produção e não presença isolada de alguns dêles.

É evidente que a ocupação de uma área tricentenária como a da Amazônia jamais será explosiva, mas lerda, porque o remoto da área a faz menos competitiva

em relação àquelas outras nas proximidades de mercado, exigindo recursos humanos de alto nível e apreciável acumulação prévia de capitais.

Quando nos referimos hoje à ocupação da Amazônia queremos dizer a colonização dela pelo Brasil, isto é, no aproveitamento do quadro natural pelo capital, a tecnologia e recursos humanos qualificados. Mostra ao mundo, contra pagamento, um quadro geográfico de Primeiro Dia do Gênesis; aproveitar recursos de posição para efeito de comércio e transporte; de fontes de energia hidráulica de vulto; de concentração de riqueza mineral como Carajás ou Rondônia.

A motivação conduzirá fatalmente à ocupação por pontos e não por áreas. Ao estabelecimento de pólos de ocupação. De fato, e por toda parte a ocupação das grandes áreas continentais é sempre puntiforme e não ecumênica, como geralmente se pensa. Não tendem a coalescer os pontos aproveitados. Ao contrário, possuem grande potencial centripeto.

Por exemplo, comanda um milhão de quilômetros quadrados de território o pólo de Manaus, com 250 mil habitantes. Age como magneto cujas linhas de força fatalmente conduzem os homens e as coisas para o pólo. Concentra-se no Pátio dos Milagres que é São Raimundo, em Manaus, toda a miséria que se espalhava pela beirada dos rios.

De igual maneira funciona o pólo de desenvolvimento Paulo Afonso, drenando tudo o que anteriormente ocupava em área de 150 km de raio de modo a apinhar

as pessoas em cidade de 30 mil habitantes, Paulo Afonso extramuros. Também, Brasília urbaniza com extrema rapidez a população rural dispersa pelas zonas de ecologia agredida, mesmo que dela distante. A cidade não se urbaniza: incha. Os pólos de desenvolvimento esvaziam as áreas a que servem do pouco de gente que dispunham. É propriedade característica deles.

Ocupação

A estratégia de ocupação de uma grande área continental como a Sibéria, ou o Pamir no interior da China, também o Território do Noroeste, no Canadá ou a Amazônia, resume-se em aplicar sobre um recurso natural de mérito ou uma posição geográfica de destaque; isto é, uma fonte de energia, um depósito mineral ou um ecossistema de particular beleza, os restantes fatores de produção: capital de estabelecimento e de operação; e recursos humanos qualificados.

Não necessariamente, os recursos humanos nas áreas porventura preexistentes, totalmente despreparados como soem ser para a tarefa civilizadora. É o caso de Paulo Afonso, já citado; da serra do Navio, no Amapá.

Pode-se também criar um pólo de desenvolvimento sobre um mero recurso de posição. É o caso de Belém, no rio Pará, uma réplica amazônica de Cingapura; de Manaus na confluência do Negro pelo Solimões, mera placa giratória da região equatorial americana.

Pode-se até criar pólos convencionais sob o critério de ser o centro da gravidade da superfície

nacional, que presidiu a locação de Brasília e caso único no mundo, de estabelecimento de pólo sob consideração de estática.

Quantos pólos de ocupação serão necessários para pleno aproveitamento econômico e político da Amazônia? Assim deve ser formulada a pergunta sobre a ocupação da Amazônia, uma vez que o espaço continental é sempre altamente polarizado.

O problema da Amazônia é de recursos humanos de alta qualidade, de enormes contribuições de capital e de ampla participação do engenho privado para uma partilha dos poucos pólos necessários à utilização racional da área. Enganam-se os que imaginam racionalmente preencher vazios demográficos interiores pela multiplicação calculada dos brasileiros. Seriam esses lá desnecessários e incômodos. E permanecerão aqui no litoral como matéria-prima de implosão urbana, fonte de insegurança e de poluição.

São vazios até hoje, apesar de 4.500 anos de história econômica, 6 milhões de quilômetros quadrados da China; 8 milhões de quilômetros quadrados no Canadá. Noventa e cinco por cento da população russa vive a 1.200 anos no triângulo Leningrado-Odessa-Omsk com 5 milhões de quilômetros quadrados de um país que tem 22 milhões. Moscou é o seu centro de gravidade.

Não têm esses espaços vocação ecumênica; ao contrário, polarizam-se fortemente. A experiência secular acha-se à nossa disposição. Basta enxergá-la, vê-la e olhá-la.

FORÇAS HELITRANSPORTADAS DE INFANTARIA

Cap Inf

ANTONIO APPARICIO IGNACIO DOMINGUES

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho está calcado principalmente na Experiência do Faibrás na República Dominicana e no FM 57-35 — Airmobile Operations, procurando utilizá-la nas operações antiguerrilhas levadas a efeito em território nacional.

2. DESENVOLVIMENTO

a. Conceito doutrinário

1) Definição

a) Operação helitransportada

É aquela na qual as forças de combate e seu equipamento são colocados sobre o campo de batalha em helicópteros, sob o controle do comandante da tropa terrestre, para engajar-se em combate em terra.

b) Força helitransportada

É uma força constituída de elementos de combate terrestre, combinados com elementos de helicópteros, apta a realizar operações helitransportadas.

2) Características das Operações Helitransportadas

As Operações Helitransportadas são semelhantes a outras operações de combate terrestre, diferindo, porém, nos seguintes aspectos:

a) As operações helitransportadas são normalmente executadas contra posições sumariamente organizadas ou após uma preparação para o ataque, nuclear ou não, com a vantagem de surpresa tática inicial.

b) As forças helitransportadas podem desembarcar diretamente em seus objetivos ou em zonas adjacentes.



DESEMBARQUE DIRETO EM ZONA ADJACENTE AO OBJETIVO

c) As forças helitransportadas são particularmente vulneráveis durante o desembarque e a reunião.

d) O tipo e a quantidade de equipamento pesado que pode ser levado para o interior da zona do objetivo, são limitados.

e) As forças helitransportadas são capazes de realizar operações em zonas inacessíveis por outros meios.

f) As forças helitransportadas são particularmente vulneráveis aos blindados inimigos, devido às limitações de sua mobilidade em terra e de sua potência de fogo na zona do objetivo.

g) As operações helitransportadas exigem superioridade aérea na zona do objetivo e neutralização do fogo terrestre inimigo.

h) As condições atmosféricas adversas apresentam mais limitações às operações helitransportadas do que às terrestres.

3) Conceito do emprêgo

Empregam-se as forças helitransportadas combinadas com a ação principal realizada por elemento terrestre.

A sua utilização permite ao comandante tirar proveito da velocidade e flexibilidade do helicóptero no cumprimento de uma variedade de missões. A vantagem de poder realizar operações helitransportadas, permite ao comandante:

a) Apresentar uma ameaça constante que pode obrigar o inimigo a desviar forças de combate para manter uma posição forte na zona de retaguarda, para proteger as instalações vitais e manter os pontos críticos.

b) Vencer distâncias e ultrapassar obstáculos e defesas inimigas.

c) Aumentar substancialmente a área sobre a qual pode exercer sua influência.

d) Dispor suas forças da maneira mais eficiente, mantendo reservas altamente móveis em zonas dispersas.

4) Missões

As forças helitransportadas podem receber as seguintes missões:

a) Incursões rápidas e de surpresa.

b) Operações contra pára-quedistas e contra guerrilheiros.

c) Operações de assalto transpondo um obstáculo.

d) Conquista e manutenção de pontos críticos.

e) Aproveitamento dos efeitos de armas nucleares.

f) Fintas e demonstrações.

g) Missões de reconhecimento e segurança com a finalidade de bloquear ou cobrir as vias de acesso inimigas.

h) Contra-ataque às penetrações inimigas.

i) Operações anfíbias (navio-praia).

5) Seqüência do planejamento

Desenvolve-se o planejamento de uma operação helitransportada na seqüência inversa do planejamento convencional. Normalmente, obedecendo-se a seguinte seqüência:

- a) Plano tático em terra.
- b) Plano de desembarque, incluindo o horário da defasagem da tropa e do equipamento, baseado no plano tático em terra.
- c) Plano de deslocamento aéreo, baseado no de desembarque.
- d) Plano de embarque, baseado no deslocamento aéreo.

Normalmente, incluem-se como anexos de uma ordem de operações os quatro planos citados.

Caracteriza-se o planejamento de uma operação helitransportada pela simplicidade; no entanto, os planos devem ser os mais detalhados possíveis, dentro das limitações de tempo.

Normalmente não são feitos planos minuciosos e detalhados para o deslocamento de uma força de valor Companhia ou menor, pois isto não seria necessário.

b. Organização de uma força helitransportada

1) O caso típico de uma força helitransportada seria o de uma Companhia de Fuzileiros Antiguerrilha, mais comumente chamada de "Pronta Resposta", que em última análise é uma tropa à base de uma Companhia de Fuzileiros reforçada com elementos de saúde e comunicações.

2) Em São Domingos o Comandante da Força Interamericana de Paz ordenou à Brigada Latino-Americana que mantivesse permanentemente um pelotão de "Pronta Resposta" como reserva hipotecada para emprego nas áreas do interior. Essa missão teve o mérito de obrigar a Brigada Latino-Americana a revezar semanalmente na instrução de tropa helitransportada todos os seus pelotões. Sendo o FAIBRAS o maior efetivo da FIP, com doze pelotões de fuzileiros (nove do I/RESI e três do Grupamento de Fuzileiros Navais) além dos pelotões de petrechos e de comunicações que também foram instruídos, representou a passagem da tropa brasileira pelo Caribe uma oportunidade excepcional para a realização de uma instrução intensiva e variada desse novo tipo de operações. Além da missão de reserva hipotecada ao escalão superior, foram também empregadas em São Domingos forças antiguerrilha urbana à base de patrulhas motorizadas combinadas com forças helitransportadas com muito bom resultado. Atualmente, a Divisão Mascarenhas de Moraes (1.ª DI) tem organizado Cias de "Pronta Resposta" e o RESI realiza treinamento específico de transporte em helicópteros das referidas forças. A existência de Cias de "Pronta Resposta" em treinamento como força helitransportada na sede dos Exércitos e Comando Militar de Área, aumentaria de muito a eficiência e capacidade operacional das forças terrestres no combate antiguerrilha.

3) A título de exemplo, o escalão de assalto de uma "Cia Fzo Pronta Resposta" poderia ser deslocado rapidamente num raio de ação de 185 km em nove helicópteros do tipo CH 47A (CHINOOK), com o seguinte plano de embarque:

N.º do Helicóptero	PESSOAL A EMBARCAR	Peso em Libras
	1.º Pel (— 3.º GC e 2 homens) Um OA de Mrt 81mm	7680
	TOTAL DE HOMENS — 33	7920
1	2.º Pel (3.º GC e 2 homens) Um O A de Mrt 81 mm	7680 240
	TOTAL DE HOMENS — 33	7920
3	Comandante da Companhia 3.º Sgt Aux Com Rádio Operador (Mot 1/4 Ton) 2 Telefonistas 3.º GC do 1.º Pel e 2 homens do 1.º Pel Adjunto do Pel Petrechos 2 Padiroleiros Vtr 1/4 Ton com AN/VRQ3 Reboque 1/4 Ton	240 240 240 480 2880 240 480 2503 656
	TOTAL DE HOMENS — 20	7868
4	3.º GC do 2.º Pel e 2 homens do 2.º Pel 1.ª Peça de Mrt 81 mm (4 homens) 1.ª Peça de CSR 106 mm (4 homens) Vtr de 1/4 Ton com CSR 106 mm e 6 tiros	2880 960 960 3093
	TOTAL DE HOMENS — 20	7893
2	3.º Pel (— o 3.º GC e 2 homens) Um O A de Mrt 81 mm	7680 240
	TOTAL DE HOMENS — 33	7920
6	Cmt Pel Ptr Sargenteante Rádio Operador Padiroleiro 3.º GC do 3.º Pel e mais 2 homens do 3.º Pel Cmt Sec Mrt 81 mm 2 Calculadores 2 Operadores de Radar c/equipamento Rdr) Vtr 1/4 Ton Rbq 1/4 Ton	240 240 240 240 2880 240 480 480 2273 565
	TOTAL DE HOMENS — 21	7878
7	Cmt Sec Vig Ter Operador de Radar (c/equipamento de Radar) Vtr 1/4 Ton Rbq 1/4 Ton 2.ª Peça de Mrt 81 mm 96 tiros de Mrt 81 mm 6 tiros de CSR 106 mm	240 240 2273 565 960 1440 360
	TOTAL DE HOMENS — 6	6078

N.º do Helicóptero	PESSOAL A EMBARCAR	Libras Pêso em
8	Cmt da Sec CSR 106 mm	240
	2.ª Peça CSR 106 mm	960
	Vtr 1/4 Ton com CSR 106 mm e 6 tiros	3093
	6 tiros de CSR 106 mm	360
	48 tiros de Mrt 81 mm	720
	3.ª Peça de Mrt 81 mm	960
	TOTAL DE HOMENS — 8	6343
9	3 elementos do Gp Cmdo da Sec Mrt 81 mm	720
	(x) Vtr 3/4 Ton	5817
	Rbq 3/4 Ton	1340
	TOTAL DE HOMENS — 3	7977

Observação:

(x) Para munição de CSR 106mm e munição de Mrt 81mm.

— Os helicópteros de n.ºs 3, 7 e 8 deverão levar o suprimento necessário ao cumprimento da missão, não excedendo ao pêso limite de 4 toneladas.

— Os demais elementos e material da Companhia de Fuzileiros irão no escalão recuado.

c. Características operacionais do Helicóptero CH 47A (CHINOOK)

Velocidade — 130 nós aprox. (240 km/h)

Capacidade de transporte de tropa — 33 homens completamente equipados (240 Lbs. cada)

Carga recomendada — 11.105 Lbs

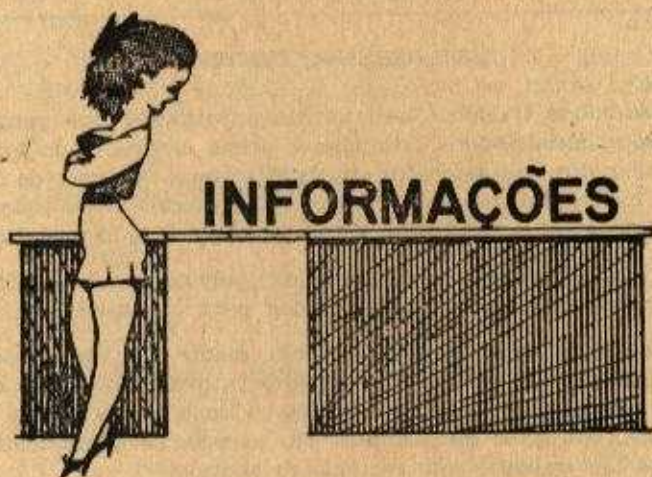
Capacidade de transporte em padiolas — 24 com 3 acompanhantes

Autonomia — 2h40min

Tripulação — 3 homens

3. CONCLUSÃO

— A contribuição do FAIBRAS foi a de um verdadeiro Simpósio de Infantaria, uma vez que o mesmo procurou orientar-se na premissa de que a experiência profissional adquirida por militares em operações, não deve ficar restrita aos que dela participam e sim incorporada ao acervo intelectual de suas Forças Armadas, a fim de possibilitar-lhes novos meios para o aprimoramento de sua instrução e adestramento.



PESQUISA SOBRE O COMPORTAMENTO DO CURRÍCULO DO ENSINO UNIVERSI- TÁRIO DO 1.º ANO DO CURSO BÁSICO

(AMAN)

**Maj
ANTÔNIO FERNANDES SILVA**

1. CONCEITO

A Subseção de Pesquisas da Seção Técnica de Ensino, além dos trabalhos de rotina, planejou sob a forma de pesquisa uma verificação do comportamento do TC dos últimos 4 anos, considerando a possibilidade de sugerir medidas que visem a aperfeiçoar sempre mais o sistema de medidas da aprendizagem na Academia.

2. FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES

Como decorrência do acima exposto, foram formuladas as seguintes hipóteses:

a) Os "critérios de anormalidade" adotados pela DGE em caráter experimental, são válidos para a Academia?

b) O comportamento dos TC tem-se aproximado da distribuição normal da curva de Gauss?

c) Os TC discriminaram satisfatoriamente a população de cadetes que os realizou?

d) Os critérios de medida da aprendizagem têm-se revelado estáveis?

e) Em face dos resultados dos TC, é possível opinar-se sobre a diversificação dos métodos de ensino e critérios de medida adotados pelas Cadeiras?

3. DESENVOLVIMENTO

Buscando-se trabalhos anteriormente realizados, que permitissem conclusões iniciais sobre as hipóteses acima citadas, nada foi encontrado além dos levantamentos estatísticos que a Subseção de Medidas realiza rotineiramente. Assim, planejadas e executadas as ações necessárias, passamos à verificação das hipóteses acima formuladas.

a) Os "critérios de anormalidade", adotados pela antiga DGE em caráter experimental, são válidos para a Academia?

Trata-se de verificar, simplesmente, diante dos dados concretos, da experiência dos últimos 4 anos, se de fato os 40% abaixo do grau base (4,0) e se os 60% acima de 8,0 são os limites reais para o critério em causa, isto é, se estes limites são necessários e suficientes para julgar-se um trabalho com rendimento anormal.

Considerando-se que normal é tudo aquilo traduzido por uma norma, isto é, por um comportamento que no conjunto frequências das ações não ofereça uma acentuada discrepância e em função do que se possa prever, com certo grau de confiança, os resultados futuros, tratou o encarregado da pesquisa verificar, nestes últimos 4 anos, a incidência percentual, permissível dos graus abaixo de 4,0 e acima de 8,0, a um limite de confiança de 95%. Foi tomado como amostra o 1.º Ano do Curso Básico, que, em face das contingências, tem-se revelado crítico, mesmo porque, com o nôvo R-70, os demais anos ainda são insuficientes para serem tomados como amostras.

A percentagem de graus dentro de uma área da curva pode ser calculada em função da média aritmética da distribuição e, admitindo-se uma distribuição normal, em que a média, a mediana e a moda coincidisse com o grau 5,0 (centro de equilíbrio da mesma) e com um DP de 16,8, normal para o caso em pauta, teríamos:

$\frac{40,0 - 50,0}{16,8}$	$= 0,59$	22,24%
$\frac{80,0 - 50,0}{16,8}$	$= 1,78$	46,25%

Isto indica que, tomados em função da média 5,0, as percentagens de grau entre 4,0 e 5,0 e entre 5,0 e 8,0 seriam: $50,0 - 22,24 = 27,76$ ou 28% e $50,0 - 46,25 = 3,75$ ou 4%.

Todavia, há que considerar a oscilação em torno da média, oscilação esta que, neste caso, seria de: $\pm 32,9$ e teríamos, como limites mínimo e máximo da média, a um limite de confiança de 95%, os graus: 17,1 e 82,9 respectivamente.

Para fins de maior segurança na previsão dos graus abaixo de 4,0 e acima de 8,0, teremos de jogar com os limites acima citados e advirá, como decorrência:

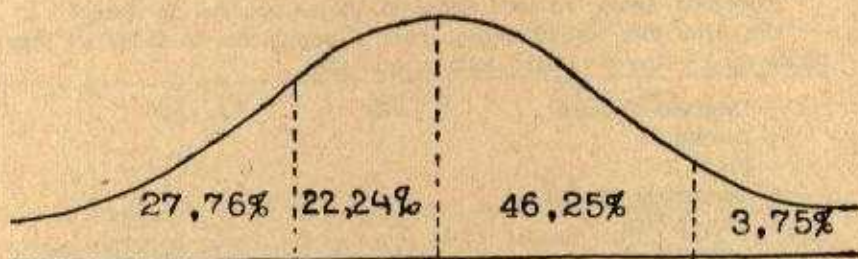
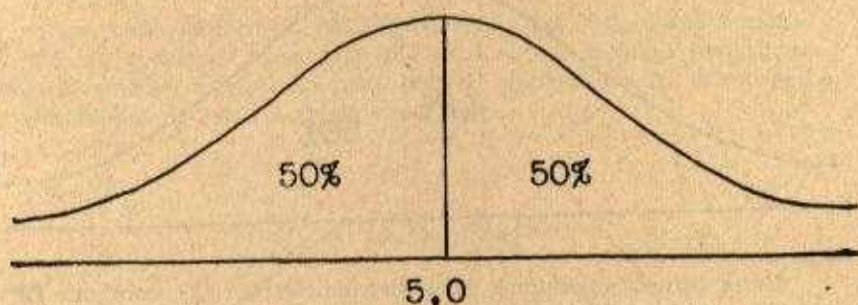
— tomando a média como 17,1

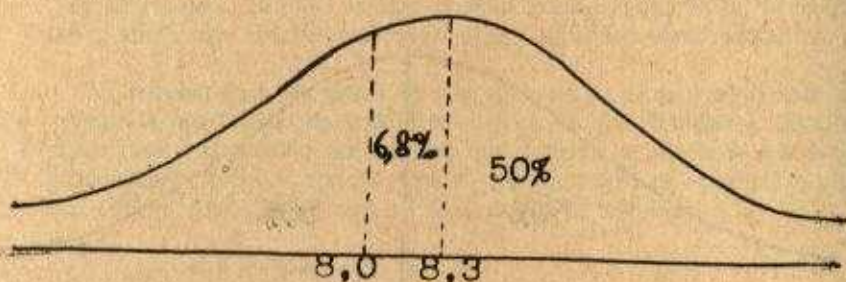
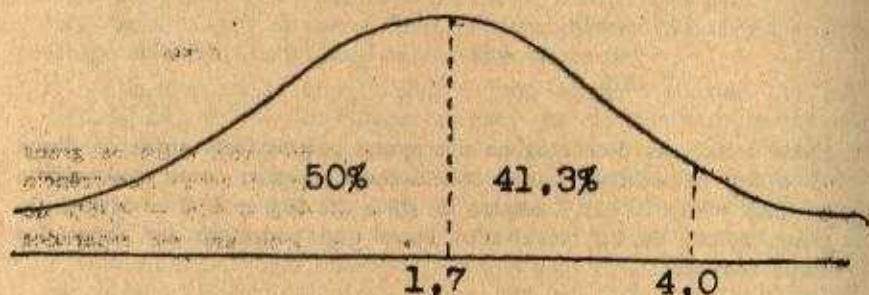
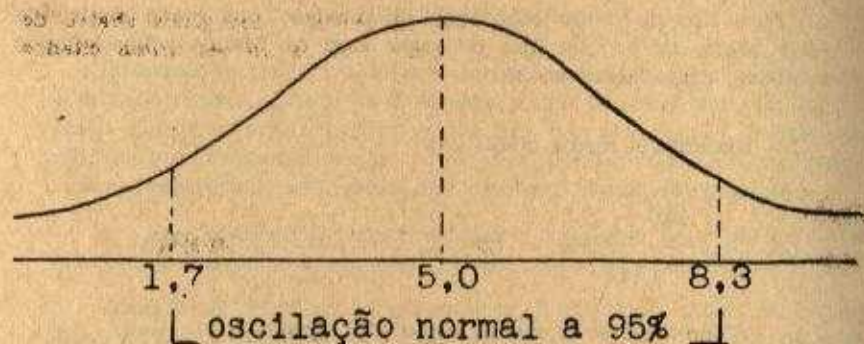
$$\frac{40,0 - 17,1}{16,8} = 1,36 \dots\dots\dots 41,31\%$$

e tomando-se a média como 82,9, teremos:

$$\frac{80,0 - 82,9}{16,8} = 0,17 \dots\dots\dots 6,75\%$$

Estas seriam as percentagens dos graus permissíveis entre os graus 4,0 e 8,0; as médias limites consideradas dariam como decorrência até $50,0 + 41,3 = 91,3\%$ abaixo de 4,0 e até $50,0 + 6,75 = 56,75\%$ de graus acima de 8,0, resultados êsses que poderiam ser esperados como normais.





Desta forma, analisamos uma distribuição normal, com um DP de 16,8 (amplitude total de 100,0).

Passemos, agora, ao caso concreto que se observa na AMAN.

Em princípio, trabalharemos com a população de todas as matérias do 1.º Ano do Curso Básico, que são:

- Desenho Técnico
- Direito
- Física I
- Geometria Descritiva
- Matemática
- Química

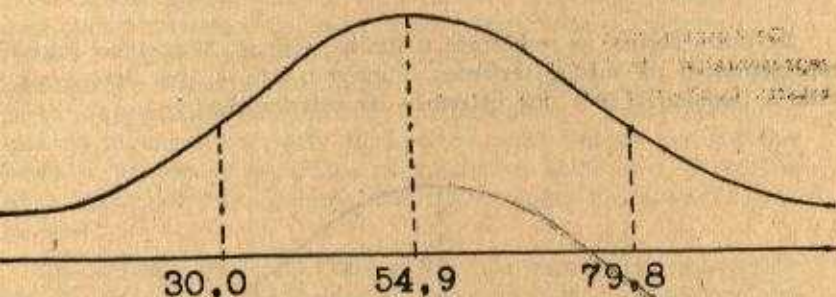
Trata-se de estudar a oscilação da média das médias obtidas por essas matérias nos últimos 4 anos (1964, 65, 66, 67). É sabido que a distribuição de médias fornece-nos uma distribuição normal, mesmo porque estas são os pontos de equilíbrio de cada distribuição.

Tomamos, então, a distribuição global das médias em ordem crescente, independente das matérias e da ordem em que surgiram:

36,2 — 36,3 — 36,8 — 37,4 — 37,6 — 38,1 — 41,1 — 43,0 — 43,2 — 43,2
 43,3 — 46,0 — 47,2 — 49,0 — 49,1 — 50,4 — 51,3 — 51,4 — 52,5 — 52,7
 53,5 — 55,2 — 55,5 — 55,8 — 56,7 — 56,9 — 57,3 — 57,6 — 58,0 — 58,1
 58,4 — 59,6 — 60,5 — 61,8 — 64,8 — 67,3 — 67,8 — 71,0 — 72,9 — 73,0
 73,5 — 74,9 — 75,7 — 76,4 — 78,6 — 83,2

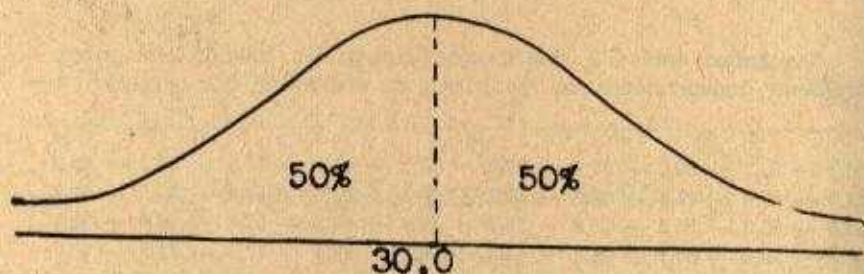
A média aritmética dessas médias é 54,9 e o seu desvio-padrão, 12,7. Se tomarmos o DP que, teoricamente, seria normal para a distribuição e que gira em torno de 1/6 da amplitude total, portanto, 17,8, veremos que o DP da distribuição, 12,7, é quase o dobro do que poderia ser considerado dentro da normalidade, indicando, dessa forma, que a população tomada é muito diversificada, decorrendo daí a sua grande variabilidade. O erro-padrão da média estaria no intervalo de $\pm 3,5$.

Tomados os limites $\pm (12,7 \times 1,96)$ dentro dos quais oscila a média a 95% de confiança, encontraremos 30,0 e 79,8; mínimo e máximo respectivamente, e entre os quais pode-se afirmar que há 95 em 100 possibilidades de estar a média verdadeira.

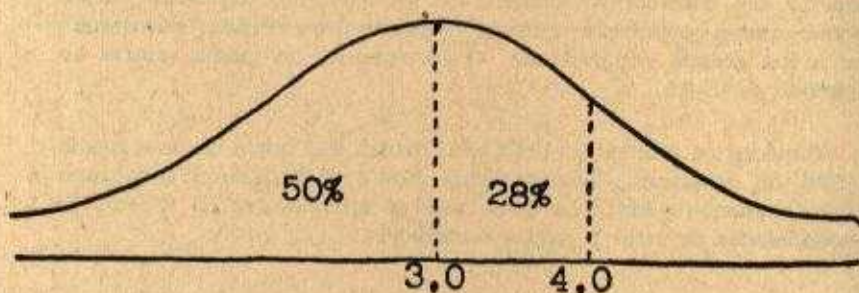


Se tomarmos o limite mínimo 30,0 como valor representativo da média, teremos, como percentagem de graus entre 30,0 e 40,0, 28,23%. Ora, estando a média considerada em 30,0, esta representa, como de-

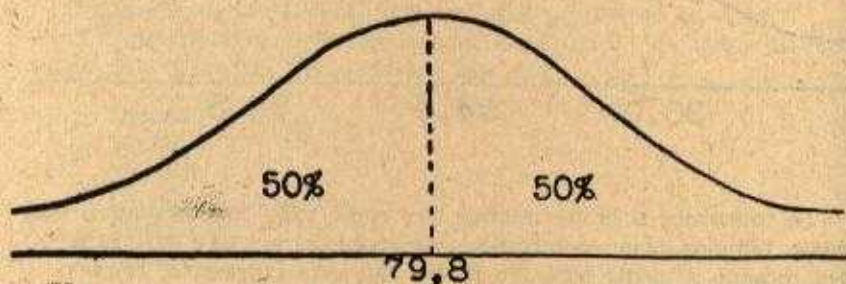
corrência, o centro de equilíbrio da distribuição e assim estará a 50% (aproximadamente) das extremidades da distribuição e da curva que lhe corresponde.



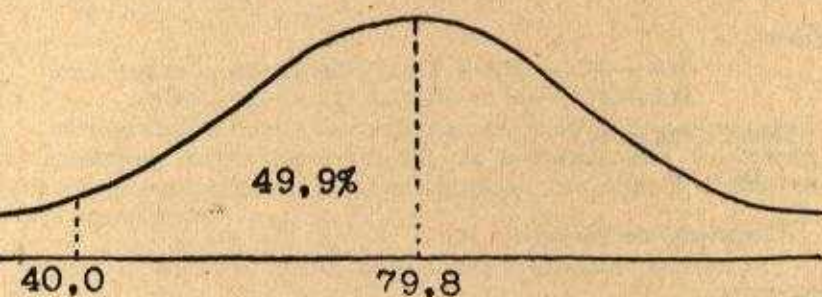
O grau 40,0 estará dentro da metade direita da área abrangida pela curva e, neste caso, podemos dizer, que é permissível aceitar como normal até 78% dos graus abaixo de 40,0 (50,0% + 28,0%).



De outra forma, se tomarmos o limite máximo, 79,8, como valor representativo da média, teríamos o mesmo, isto é, que este grau estaria também a 50% dos extremos da distribuição.



O grau-base 40,0 estará à esquerda, e a área contida entre 40,0 e 79,8 será de 49,9%. Neste caso, não será admissível grau abaixo de 40,0, por ser o mesmo, praticamente, o menor grau da distribuição.



Com relação à percentagem de graus acima de 80,0, vemos de maneira semelhante, e, aí, teremos como admissível, no primeiro caso, como a média 30,0, que a prova não poderá conter qualquer grau acima de 80,0; se tomarmos a média 79,8, ela praticamente se confunde com 80,0 e, neste caso, seria admissível um máximo de 47% dos graus acima de 80,0.

Resta-nos tomar a própria média central, 54,9, e neste caso, seria admissível uma percentagem de 12% abaixo de 40,0 e um máximo de 3% acima de 80,0.

Como vemos, a variabilidade decorrente da discrepância fornece limites extremos, com os quais teremos de jogar e, em virtude dos quais a própria média aritmética da população tomada terá baixo grau de significância.

Os fatores que concorrem para que isto aconteça variam desde os métodos e processos de ensino até a constituição do próprio currículo do 1.º Ano, possuidor de matérias que variam do puramente matemático e abstrato, até aquela que exige maior grau de memorização e experiência humanística. Em face disto, o índice percentual capaz de abranger um certo número de grau terá de ser tal, que ofereça o máximo de segurança permissível e, neste caso, parece-nos melhor optar por outra solução, que por qualquer das até aqui apresentadas.

Considerando que cada Cadeira tem sua experiência já sedimentada ou em vias de sedimentação, tanto no campo da metodologia do ensino como no da medida da aprendizagem e isto não implica que devam ser abandonadas as buscas constantes de novos e melhores métodos e processos de ensino e medida, não podemos perder de vista ou abandonar um tal acervo de experiências vividas, e, assim, o encarregado da pesquisa tomou para análise os dados referentes

a cada Cadeira, isoladamente. Foram tomadas as médias das médias dos últimos 4 anos e, em um dos casos também do ano anterior, tendo em vista aumentar a validade da amostra.

São elas:

Física:

35,0 — 36,3 — 37,4 — 37,6 — 43,0 — 43,0 — 43,2
43,2 — 47,2 — 49,1 — 50,4 — 55,2 — 55,5 — 59,6

Média: 45,4 \pm 14,7

DP: 7,5

Coeficiente de Variação: 16,5

Matemática:

36,2 — 36,8 — 38,1 — 40,0 — 41,1 — 44,3 — 48,0 — 49,0
49,1 — 50,0 — 51,3 — 58,1 — 61,8 — 67,3 — 83,2

Média: 50,3 \pm 23,7

DP: 12,1

Coeficiente de Variação: 24,0

Química:

49,0 — 52,0 — 53,5 — 55,8 — 58,0 — 60,5 — 61,0
67,0 — 70,0 — 73,5 — 74,9

Média: 62,4 \pm 17,1

DP: 8,7

Coeficiente de Variação: 14,0

Direito:

38,3 — 46,0 — 49,0 — 52,5 — 52,7 — 57,6 — 64,8

Média: 51,2 \pm 13,3

DP: 6,8

Coeficiente de Variação: 13,3

Descritiva:

51,4 — 56,0 — 56,0 — 56,9 — 58,0 — 63,0 — 69,0
70,0 — 71,0 — 73,0 — 76,4 — 78,6

Média: 64,9 \pm 17,2

DP: 8,8

Coeficiente de Variação: 13,6

Anexo Técnico:

56,7 — 57,3 — 58,4 — 67,8 — 72,9 — 75,7

Média: $64,8 \pm 15,1$

DP: 7,7

Coeficiente de Variação: 11,9

As três últimas matérias comportam-se como pequenas amostras, possuírem menor número de TC que as demais, mas não chegam a perder a sua validade. São representações dos últimos 4 anos de trabalhos escritos.

Com as amostras acima, obtivemos os seguintes resultados:

Física:	Normal até: 89% abaixo de 4,0 e 1% acima de 8,0.
Matemática:	Normal até 86% abaixo de 4,0 e 31% acima de 8,0.
Química:	Normal até: 28% abaixo de 4,0 e 50% acima de 8,0.
Biologia:	Normal até: 19% abaixo de 4,0 e 49% acima de 8,0.
Anexo Técnico:	Normal até: 11% abaixo de 4,0 e 50% acima de 8,0.
Português:	Normal até: 62% abaixo de 4,0 e 2% acima de 8,0.

Observe-se que as Cadeiras mais discrepantes são Física e Direito; a primeira exige base matemática e a segunda é de cunho essencialmente humanístico, a única, aliás, no currículo do 1.º ano do Curso de Engenharia.

A Cadeira de Matemática apresenta grande oscilação nas médias, tanto que possui os limites acima citados.

Concluimos, então, que ou tomaremos os índices de normalidade para toda a população das matérias do Ensino Universitário do 1.º ano, os citados às folhas 5 e 6 (78% abaixo de 4,0 e 47% acima de 8,0), ou os tomaremos por Cadeira, conforme a tendência respectiva dos últimos 4 anos. No primeiro caso, estaremos mais sujeitos a uma vez que jogamos com critérios diferenciados e a população, com resultados acima expostos, é bem diversificada.

No segundo caso permitir-nos-á maior segurança, por isso que analisaremos com casos isolados; portanto, os erros que possam ocorrer não afetarão o conjunto. Por outro lado, apesar da incidência eventual dos graus abaixo de 4,0 e acima de 8,0, não pode deixar de ser considerado o comportamento do grupo como um todo, e, neste caso, a anormalidade de um TC só deveria ser levantada após os dados locais realizados na própria Seção Técnica de Ensino. É lícito concluir, que, mesmo sendo a distribuição normal, o resultado geral

pode ser anormal. O grande problema está situado em termos de rendimento de aprendizagem que é semelhante a rendimento de trabalho.

b) O comportamento dos TC tem-se aproximado da distribuição normal da curva de Gauss?

Quanto a esta hipótese, foram realizados estudos através do ajustamento das frequências empíricas às frequências teóricas e posteriormente submetidas ao teste do Quiquadrado (X^2). Também foram calculados os índices de Curtose e Assimetria pelos momentos centrais.

Concluimos pela existência de matérias que pelo teste do Quiquadrado tende a bem se ajustar a uma distribuição teóricamente normal (Matemática e Direito principalmente). Em outras, no entanto, essa tendência revela-se fraca. Ainda pela análise da Assimetria e Curtose, pode-se verificar a existência de 50% dos resultados dos TC com pequena assimetria ou assimetria nula, e cerca de 20% da distribuição com assimetria acima de 0,50. Há, portanto, uma boa tendência para que a média se situe no centro da distribuição ou próximo dele, todavia, nota-se a existência de 20% de distribuição leptocúrtica (com boa discriminância), havendo uma acentuada predominância de platicúrticas (tendência ao achatamento da distribuição), indicando uma maior dispersão e, portanto, menor discriminância. A curtose média fica por volta de 2,77 (a normal é 3,00), tendo havido distribuições muito achatadas (a menor admissível seria 1,78). A discriminância é, portanto, boa, mas poderia ser melhor.

Numa apreciação individual, por matéria isolada, vê-se a nítida tendência para um maior número de graus na faixa inferior (baixo rendimento da aprendizagem) e em outras, no entanto, essa tendência se revela na faixa superior (acima da média), revelando dessa forma um bom rendimento. Daí conclui-se que cada Cadeira vem revelando uma experiência já bem estruturada no terreno da metodologia do ensino e da medida da aprendizagem, em função do que muito pode ser feito para melhorar sempre o rendimento.

c) 3.ª hipótese — Já respondida acima.

d) Os critérios de medida da aprendizagem têm-se revelado estáveis?

Para dar uma resposta a esta hipótese, levamos em consideração os seguintes dados:

- Rendimento da aprendizagem representado por sua média;
- Comportamento do grupo em relação a cada TC;
- Coeficiente de Correlação entre os TC.

Estes dados permitiram considerar a amplitude da oscilação das médias em função do desvio-padrão, a homogeneidade de cada grupo quanto ao rendimento da aprendizagem e, ainda, a estabilidade em

função dos coeficientes de correlação entre os TC de cada matéria, considerados os fatores que tendem a permanecer constantes, tais como professor, aluno, etc.

Quanto ao rendimento da aprendizagem, já vimos anteriormente que existem matérias tendentes a se manter abaixo da média teoricamente esperada (5,0), enquanto outras se mantêm acima desta média. Enquanto isto, algumas apresentam DP maiores e outras, menores. A que obteve menor DP foi Direito com 6,8, enquanto Matemática obteve um DP de 12,1. Considerando-se que o DP normal é cerca de 1/6 da amplitude total, teríamos para essas duas matérias 4,1 e 7,8 respectivamente. Conclui-se daí que todas as matérias tendem para uma maior diversificação, uma vez que o DP que apresentam é maior que o normal. Daí o achatamento da curva acima considerado. Todavia, a que apresenta maior homogeneidade é a Cadeira de Direito, com o DP de 6,8.

Quanto à estabilidade propriamente dita, os índices de correlação apresentam-se como abaixo se segue:

MATÉRIA	TC	1964	1965	1966	1967
FISICA	1.º TC/2.º TC	0,37	0,71	0,51	0,66
	1.º TC/3.º TC	0,32	0,60	0,52	0,59
	1.º TC/4.º TC	0,43	0,55	—	—
	1.º TC/Nf1 - 2	0,74	0,66	0,74	—
MATEMATICA	1.º TC/2.º TC	0,43	0,47	0,60	—
	1.º TC/3.º TC	0,41	0,46	0,59	—
	1.º TC/4.º TC	0,41	0,56	0,65	—
	1.º TC/Nf1 - 2	0,53	0,56	0,64	—
QUÍMICA	1.º TC/2.º TC	0,59	0,59	0,55	0,61
	1.º TC/Nf1 - 2	0,76	0,82	0,79	0,80
DIREITO	1.º TC/2.º TC	0,30	0,47	—	—
	1.º TC/Nf1 - 2	0,68	0,70	—	—
DESCRIPTIVA	1.º TC/2.º TC	0,49	0,59	—	—
	1.º TC/Nf1 - 2	0,77	0,79	—	—
DESENHO TÉCNICO	1.º TC/2.º TC	0,69	0,52	—	—
	1.º TC/Nf1 - 2	0,72	0,74	—	—

Observa-se que os mais altos índices de correlação estão entre o 1.º TC e a nota final (Nf1 e Nf2), o que indica que o 1.º TC é fortemente discriminante e que, em função dele, é possível se corrigir aprendizagens defeituosas para o correr do ano.

Quanto ao mais, os índices de correlação encontrados entre os TC se situam normalmente na faixa de 0,50 a 0,60. Vemos com facilidade que a Cadeira de Matemática, nos dois primeiros anos, sofreu uma oscilação de critério, vindo a firmar-se no ano de 1966. A própria Cadeira de Direito parece ter oscilado o critério de julgamento do 1.º para o 2.º TC de 1964. A faixa de 0,40 a 0,60, em que oscilam os índices de correlação entre os TC, parece ser uma normal segundo o próprio Henry Garrett, tomo I, página 263. Observa-se que as Cadeiras que mantêm os mais altos índices são Física, Química e Desenho Técnico. São as que parecem revelar maior estabilidade de critério.

e) Em face dos resultados dos TC, é possível opinar-se sobre a diversificação dos métodos de ensino e critérios de medida adotados pelas Cadeiras?

Para respondermos a esta hipótese, temos de considerar o seguinte:

— Que a população submetida a cada TC é sempre a mesma durante um ano letivo, e, que em anos sucessivos essa população muda, permanecendo constantes a Cadeira e a matéria.

— Que os professores que orientam o ensino das diversas Cadeiras são sempre os mesmos.

— Que por serem os mesmos, os métodos e processos de ensino tendem a guardar uma certa uniformidade, por isso que previamente planejados.

— Que a medida de aprendizagem é organizada pela mesma Cadeira que ensinou durante o ano e que se tem revelado com aceitável estabilidade.

— Que a matéria é sempre a mesma, sem embargo da evolução dos programas e que o avanço no programa só é feito após o ensino e a experiência dos capítulos anteriores.

— Que como decorrência do exposto, é lícito esperar que os coeficientes de correlação entre as diversas matérias sofram mais a influência da metodologia e da aptidão do grupo para aprender as matérias do currículo, traduzidos em notas ou graus.

— Que pelo acima exposto, é possível esperarmos que os coeficientes numéricos permitam inferir uma maior ou menor integração do currículo, adequação do grupo ao currículo que lhe é apresentado e diversificação de métodos e processos de ensino ao nível da aprendizagem realizada.

Os coeficientes de correlação são os que abaixo se seguem, são mantidas constantes cada Cadeira em relação às demais:

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE OS 1º TC

	Matérias	1964	1965	1966
<i>Física</i>	Descritiva	— 0,31 —	0,42 —	0,51
	Des. Técnico	— 0,32 —	0,20 —	—
	Direito	— 0,33 —	0,37 —	0,26
	Matemática	— 0,37 —	0,48 —	0,65
	Química	— 0,49 —	0,51 —	0,59
<i>Matemática</i>	Descritiva	— 0,17 —	0,46 —	—
	Des. Técnico	— 0,17 —	0,21 —	—
	Direito	— 0,21 —	0,33 —	—
	Química	— 0,31 —	0,49 —	—
	Física	— 0,37 —	0,48 —	—
<i>Química</i>	Descritiva	— 0,30 —	0,40 —	—
	Matemática	— 0,31 —	0,49 —	—
	Des. Técnico	— 0,39 —	0,18 —	—
	Direito	— 0,41 —	0,46 —	—
	Física	— 0,49 —	0,51 —	—
<i>Descritiva</i>	Matemática	— 0,17 —	0,46 —	—
	Des. Técnico	— 0,20 —	0,38 —	—
	Direito	— 0,26 —	0,23 —	—
	Química	— 0,30 —	0,40 —	—
	Física	— 0,31 —	0,42 —	—
<i>Direito</i>	Des. Técnico	— 0,14 —	0,14 —	—
	Matemática	— 0,21 —	0,33 —	—
	Descritiva	— 0,26 —	0,23 —	—
	Física	— 0,33 —	0,37 —	—
	Química	— 0,41 —	0,46 —	—
<i>Des. Técnico</i>	Direito	— 0,14 —	0,14 —	—
	Matemática	— 0,17 —	0,21 —	—
	Descritiva	— 0,20 —	0,38 —	—
	Física	— 0,32 —	0,20 —	—
	Química	— 0,39 —	0,18 —	—

4. CONCLUSOES

Pelo exposto acima, concluímos que:

a) Os critérios de anormalidade adotados pelo antiga DGE em caráter experimental, devem ser revistos para o caso da AMAN.

Vimos anteriormente que, admitindo-se uma distribuição normal, a sua oscilação levaria para uma tolerância de graus abaixo de 4,0 até 91,3% e, acima de 8,0 até 56,75%. Se tomássemos o grau central como representante da média, poderíamos tolerar até 28% e 4% respectivamente.

Tomar um grau central fixo não é aconselhável, pois aumenta a probabilidade de erro. Todavia a antiga DGE já aumentou o limite de tolerância para 40% e 60% respectivamente.

A realidade mostrou-se outra e os dados tomados das provas indicam a necessidade de uma tolerância mais ampla, se considerada toda a população de matérias do 1.º Ano Básico.

Ainda aqui, incorreríamos em maior probabilidade de erro, porque a globalização não significa o que realmente é apresentado, e os resultados são bem diversificados.

— Enquanto as Cadeiras de Química, Descritiva e Desenho Técnico mostram resultados médios semelhantes; Física, Matemática e Direito apresentam-se diferentes; a Cadeira de Física, com resultados sistemáticos abaixo da média 5,0, com maior incidência de graus abaixo de 4,0, e com um critério já uniforme e estável.

— A Cadeira de Direito, já apresentando uma maior diversificação de resultados, mas com a média em torno de 5,0, com resultados fortemente tendentes para uma distribuição normal.

— A Cadeira de Matemática apresenta forte oscilação dos resultados como decorrência possivelmente da reestruturação da Cadeira nos últimos 4 anos.

Para maior probabilidade de acerto e correção de resultados futuros, é melhor tomarem-se os limites de tolerância por matéria e fazer um constante apêlo ao rendimento da *Aprendizagem* como resultado de *Trabalho*. De outra maneira, só é possível julgar da anormalidade de um TC, se considerarmos distribuição, frequência de resultados da mesma matéria, etc.

b) As provas realizadas nos últimos 4 anos permitiram verificar em alguns casos forte tendência para a normalidade e em outros casos essa tendência revelou-se fraca. Há, no entanto, boa discriminância e estabilidade de critérios.

O caso Matemática já foi bastante comentado acima, e não merece maior aprofundamento.

Observa-se que existem matérias que sistematicamente situam seus resultados abaixo de 5,0, enquanto outras os conseguem acima dessa média, o que nos permite formular as seguintes perguntas:

— Será o grupo uniformemente mais apto a aprender umas matérias do que outras?

— Por que essa diversificação de tendências dentro das matérias que exigem base matemática?

— Serão a Matemática e a Física mais difíceis que a Química, a Descritiva e o Desenho Técnico?

— Existirá acentuada influência dos níveis mentais específicos (Verbal, Abstrato, Espacial, etc.) no resultado geral da aprendizagem?

— E a metodologia do Ensino? Terá ela também acentuada influência?

— Será lícita a correção estatística visando à normalidade das distribuições? É necessário não esquecer que o grau bruto é dado numa escala de 0 a 10 e representa o rendimento conceitual do aluno dentro dessa escala. É, em suma, o que o professor acha do rendimento da aprendizagem do aluno dentro da sua matéria.

— Serão os níveis das matérias adequados ao que se deseja da AMAN?

Estas perguntas e outras, que procuram dar a equação dos nossos problemas de Ensino, devem ou têm de ser pesquisadas com maior profundidade, a fim de limitarem-se ao máximo possível as divagações em torno do assunto.

Todavia isto não impede que levantemos dois aspectos importantes da questão, quais sejam:

1) que o grau bruto deve merecer o devido respeito, mesmo porque o julgamento de uma prova obedece a critérios preestabelecidos e reconhecidos válidos tecnicamente pelo consenso geral. O Barema (regra do jogo) é feito com antecedência e levando em conta o conteúdo da prova. Desta forma, um grau bruto é atribuído com o conhecimento seguro de que, na escala convencionada, ele representa o que a Cadeira julga que o aluno sabe do conhecimento a ele ministrado e possa fazer as correções cabíveis em face de cada resultado parcial (cada medida feita). Todavia, se o resultado final se apresenta diferente do esperado, após as medidas realizadas durante o ano, em princípio pode-se atribuir ao critério adotado pela Cadeira para melhor exigir do Cadete (exige bastante durante o ano e normaliza nos exames finais) ou, então, teremos de pesquisar para verificar a visível incoerência dos resultados. É preciso reconhecer-se que resultados deste tipo colocam em xeque o trabalho de um ano de medida em face da grande oscilação de critérios.

2) que se admitirmos que uma das médias de uma distribuição normal pode ser a média 5,0, é lícito esperar como teoricamente aceitável uma reprovação em torno de 28% do grupo, uma vez que o grau base é 4,0.

3) A 5.^a hipótese formulada procura verificar se, em face dos resultados dos TC, é possível opinar-se sobre a diversificação dos métodos de ensino adotados pelas Cadeiras.

Trata-se em princípio de verificar se os métodos de ensino e se os critérios de medida de cada Cadeira permitem a integração do currículo.

Calculados os coeficientes de correlação entre os rendimentos de cada Cadeira a partir da vigência do novo R-70, isto é, desde 1964, verifica-se (págs. 14) que durante o ano de 1964, os coeficientes encontrados foram baixos (todos em torno de 0,30), com exceção de Física e Química, cujo coeficiente encontrado foi de 0,49, permitindo inferir a semelhança de critérios e até mesmo a interdependência das duas Cadeiras. O currículo mostrou-se com baixo índice de integração. Nos anos subsequentes, verifica-se substancial aumento dos índices de correlação, o que vale dizer que os critérios e até os métodos se ajustaram mais às exigências do currículo. Observem-se os coeficientes do ano de 1966, entre Física e as demais matérias do currículo.

O currículo tende para uma integração, à medida que executado mais vezes, e os critérios adotados podem ser aceitos por guardarem uma semelhança de uniformidade. Observa-se o aumento da interdependência entre Física e Matemática nos últimos 3 anos. As matérias que apresentaram os mais baixos índices de correlação foram Direito e Desenho Técnico.

PARECER

Em face do exposto, parece ao encarregado da pesquisa:

- a) que os "critérios de anormalidade", adotados pela DGE em caráter experimental, devem ser revistos para o caso da AMAN;
- b) que existe estabilidade de critérios de julgamento (medida) durante o ano letivo. Isto apenas com relação aos TC;
- c) que o currículo do Ensino Universitário, após 4 anos de execução, já permite uma boa dose de segurança, em função da semelhança de critérios adotados pelas Cadeiras;
- d) que os processos de julgamento (medida) devem ser sempre mais aperfeiçoados, quer sob a forma de baterias de teste padronizados, quer aumentando o número de medidas sobre cada assunto, com a finalidade de eliminarem-se os erros, o mais possível.

SUGESTÕES

Ao ensejo, sugiro o que abaixo se segue:

a) que o rendimento da aprendizagem deve ser encarecido sob a forma de rendimento de trabalho e, sob esta forma, solicitada a formação de um estado de consciência de toda organização, visando a uma sempre contínua melhoria da qualidade do produto;

b) que deve ser perseguida uma fórmula teórica de avaliação da capacidade profissional (prognose), pesquisados seus parâmetros e componentes, com a finalidade de localizar pontos críticos do rendimento da aprendizagem para fins de correção posterior;

c) que a anormalidade de um TC seja concluída após estudos realizados na Seção Técnica de Ensino, em função do resultado do TC e da distribuição dos graus obtidos pelos Cadetes;

d) que seja incentivado o intercâmbio de pesquisas entre as Seções Técnicas de Ensino no âmbito da DEF para fins de trocas de experiências e sugestões.

Concluído este trabalho, cumpre ao encarregado da pesquisa ressaltar que os estudos em torno destes assuntos não estão absolutamente encerrados e, bem ao contrário, constituem-se em verdadeiro desafio às Seções Técnicas de Ensino, em particular às Subseções de Pesquisas, especialmente naquilo que diz respeito à busca de melhores métodos de ensino e de medida.



"A Pátria é o céu, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados; a comunhão da lei, da ordem, da língua e da liberdade."

RUI BARBOSA

UM FREIO A CORRIDA ARMAMENTISTA

Tenente-Brigadeiro

NELSON FREIRE LAVENERE-WANDERLEY

Os governos das duas superpotências, os Estados Unidos da América e a União Soviética, têm um compromisso com o resto do mundo, o de tentarem uma limitação das suas armas estratégicas nucleares.

Essa limitação seria um primeiro passo para o freamento da corrida armamentista nuclear que, tão perigosamente, vem aumentando os já enormes estoques de armas nucleares das duas superpotências; muito além do que o necessário para uma completa destruição mútua.

Esse compromisso, de limitação das armas estratégicas nucleares, ficou expresso no texto do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares que, no seu Artigo VI, diz:

"Cada parte deste Tratado compromete-se a prosseguir, de boa fé, negociações sobre medidas efetivas para a cessação, em data próxima, da corrida armamentista nuclear e para o desarmamento nuclear, e sobre um tratado de desarmamento geral e completo sob estrito e eficaz controle internacional."

O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares foi aprova-

do e aberto à assinatura dos países em 1.º de julho de 1968; depois de assinado por mais de 90 países e ratificado por mais de 43 países, o referido Tratado entrou em vigor em 5 de março de 1970.

Mas as duas superpotências têm um compromisso moral maior do que o compromisso escrito do texto do Tratado.

Durante a elaboração do Tratado as delegações dos países militarmente não nucleares, repetidamente, chamaram a atenção para os dois tipos de proliferação de armas nucleares, ambos perigosos: a "proliferação horizontal de armas nucleares", isto é, o surgimento de armas nucleares em países militarmente não nucleares e a "proliferação vertical de armas nucleares", isto é, a produção em maior número de armas nucleares pelos países que já são potências militarmente nucleares.

Todos os países militarmente não nucleares, ao aceitarem o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, querem que as potências nucleares, também, deixem de proliferar as suas numerosíssimas armas nucleares.

Nesta fase histórica em que se procura institucionalizar, por meio de um tratado a divisão permanente do mundo em países militarmente nucleares e países, militarmente não nucleares, as duas superpotências têm um compromisso moral com o resto do mundo de não proliferar as suas armas nucleares; elas não se podem permitir uma corrida armamentista nuclear sem freios, como a que o mundo temeroso assiste atualmente.

Naturalmente, além desse compromisso existe o interesse econômico das duas superpotências de evitar novas grandes despesas com armamentos, que não acarretam acréscimo de sua segurança militar, e o interesse de evitar uma corrida armamentista infundável que, além de aumentar a grande dose de desconfiança e tensão já existente entre as duas superpotências, pode levá-las a um choque fatal.

Protelação

Desde julho de 1968, quando foi assinado o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, que se esperava que delegações das duas superpotências se reunissem para tratar da limitação de armas estratégicas nucleares.

A invasão da Tcheco-Eslováquia pelos soviéticos, em agosto de 1968, foi um primeiro fator que retardou o início de negociações.

Ao assumir o Governo norte-americano, em janeiro de 1969, o Presidente Nixon, alegando que

necessitava de tempo para se ambientar no problema, não concordou que fosse logo marcada uma data para as convenções sobre o assunto.

O aparecimento de novos tipos de armas nucleares, como a ogiva nuclear múltipla e o míssil antimíssil, fazia com que os meios militares das duas superpotências quisessem ganhar tempo para proceder às experiências necessárias, antes que as suas delegações se reunissem para discutir a limitação das armas estratégicas nucleares.

Finalmente, foi anunciado o início das referidas conversações para o mês de novembro de 1969.

As SALT

As primeiras conversações sobre a limitação de armamentos estratégicos (*Strategic Arms Limitation Talks* — SALT) foram iniciadas, na capital da Finlândia, no fim do mês de novembro de 1969 e duraram quatro semanas; a delegação norte-americana é chefiada por Gerard Smith e a soviética pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores Semyonov.

Em maio de 1970 as referidas conversações foram reiniciadas na cidade de Viena.

Apesar do rigoroso sigilo que tem cercado as conversações, estas têm tido farta cobertura jornalística, dada a sua excepcional importância; redatores especializados em questões de desarmamento vêm debatendo o assunto

da limitação de armas estratégicas, a qual envolve muitos fatores políticos e estratégicos.

Para uma melhor compreensão do problema, é indispensável revermos alguns aspectos da estratégia nuclear e fixarmos algumas definições de termos comumente empregados e que, nem sempre, são bem compreendidos.

Estratégia nuclear

Guerra estratégica nuclear é o conjunto de operações visando ao emprego de armas nucleares contra as fontes de poder do inimigo e contra as suas forças estratégicas de ataque.

No passado, o problema do estrategista era reunir e aplicar, no momento e nas circunstâncias decisivas, uma força superior à do inimigo; com isso era, geralmente, obtida a vitória militar ou o objetivo político desejado; era imposta ao inimigo a vontade do mais forte ou do que tivesse sabido, estrategicamente, aplicar a força militar de modo mais adequado.

Quando se trata de duas grandes potências nucleares, a posse de uma superioridade no número de armas nucleares não proporciona ao país a segurança militar que, no passado, proporcionava uma superioridade relativa em forças convencionais terrestres, navais e aéreas.

Nesse caso, a finalidade primordial do potencial nuclear tem de ser a de evitar a guerra; conforme as condições, nem sempre "a guerra é a continuação da po-

lítica por outros meios"; se o potencial nuclear das grandes potências nucleares vier a ser usado, terá de sê-lo parceladamente e com grandes restrições, porque a escalada nuclear indiscriminada conduz à aniquilação total dos dois adversários e não atende a nenhum objetivo militar ou político; não haverá vitória nem vencedores; daí a estratégia militar chamada de "resposta controlada" preconizada, atualmente, pelos Estados Unidos.

Uma superpotência que mantenha suas armas nucleares estratégicas em situação muito vulnerável sabe que essas armas só servirão se ela tomar a iniciativa do ataque; com isso se configura, para a referida superpotência, uma atitude estratégica mais perigosa, porque pode ser interpretada, pelo adversário, como sendo uma atitude que envolve a intenção de ser a primeira a desferir um ataque nuclear.

Os riscos de desencadeamento de uma guerra nuclear são diminuídos quando ambos os adversários aumentam o grau de invulnerabilidade das suas armas nucleares estratégicas; nesse caso, nenhum dos lados pode ter a certeza de desarmar suficientemente o adversário, tomando a iniciativa de um ataque de surpresa.

A "destruição garantida"

Em estratégia nuclear chama-se de **deterrence** a ação de dissuasão que um país procura exercer sobre o outro, com o objetivo

de evitar a guerra nuclear, baseada na ameaça de destruição em massa que seria causada no atacante, mesmo que este desfira um ataque inicial de surpresa.

Atualmente pode-se dizer que o objetivo principal do arsenal nuclear das superpotências é a **deterência** de uma guerra nuclear.

Mas a **deterência** é tanto um problema militar como psicológico; depende da avaliação que o agressor faz do risco envolvido e não apenas do exame de situação feito pelo lado que procura exercer a ação de **deterência**; depende das atitudes e intenções do agressor em potencial.

A **deterência** é uma questão de forças em ser do lado de quem faz a **deterência** e de atitude mental do lado do inimigo.

A estratégia nuclear não pode ser baseada exclusivamente na idéia da **deterência**; tem de ser baseada, também, na idéia da sobrevivência caso a **deterência** falhe.

A idéia de que, pelo fato de existir entre as duas superpotências um equilíbrio de **deterência** mútua, a possibilidade de uma guerra nuclear está afastada, não resiste a uma análise mais profunda.

A **deterência** mútua entre as duas superpotências, chamadas às vezes de "equilíbrio do terror", não é algo de automático e estático, causado pela simples existência de grandes estoques de armas nucleares em ambos os lados; e as duas superpotências continuam num intenso esforço

para salvaguardar a sua capacidade de retaliação, para manter a sua capacidade de **destruição garantida**, mesmo depois de ter sofrido um ataque nuclear de surpresa.

As medidas militares de um lado, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo dos armamentos, obriga o outro lado a uma revisão constante de programas militares.

A paz entre as duas superpotências depende, em grande parte, da capacidade de cada uma delas de fazer a **deterência** da outra, por uma ameaça de retaliação que cause no atacante uma destruição em massa insuportável.

Se um dos lados ou ambos os lados estiverem em condições de destruir, por um ataque de surpresa, as forças nucleares de retaliação do adversário, o sistema de **deterência** pode se tornar inoperante.

Atualmente, nem os Estados Unidos nem a União Soviética podem atacar um ao outro, mesmo obtendo uma surpresa inicial completa, sem sofrer, por sua vez, uma destruição maciça em retaliação.

Isto porque cada lado conseguiu e procurará manter no futuro um alto grau de invulnerabilidade de suas forças nucleares estratégicas, o que lhe garante uma capacidade de desferir um segundo golpe contra o agressor.

Ambos os lados procuram manter inalterada a sua capacidade de **destruição garantida**, isto é, a capacidade de infligir ao agressor, em todas as circunstâncias

previsíveis, um grau de destruição intolerável, mesmo depois de sofrer um ataque nuclear de surpresa.

As explicações acima, podemos acrescentar duas definições, de expressões correntes no jargão dos estrategistas nucleares:

— "Capacidade militar de apresentar o primeiro golpe (nuclear)"

— "**first strike military capacity**"

— É a capacidade militar de desencadear um ataque inicial tão destruidor, nas forças de mísseis estratégicos, de submarinos nucleares e de aviões de bombardeio de longo raio de ação do inimigo, de modo que este não possa retaliar nuclearmente de modo efetivo.

— "Capacidade militar de apresentar um segundo golpe (nuclear)" — "**second strike military capacity**" — É a capacidade militar de retaliar nuclearmente, com um segundo golpe, depois de se ter sofrido o ataque nuclear inicial do inimigo.

Logo após a II Guerra Mundial, os Estados Unidos surgiram como a única potência nuclear do mundo e possuidora, além disso, de uma enorme frota de aviões de bombardeio de longo raio de ação, capazes de lançar a bomba atômica em qualquer ponto do globo.

Logo após o término da guerra, a União Soviética começou a se armar nuclearmente e conseguiu desenvolver as suas próprias bombas atômicas e de hidrogénio.

No início da década dos 50, a União Soviética, já possuidora de uma frota de aviões de bombardeio de longo raio de ação, esta-

va em condições de lançar armas nucleares sobre o território norte-americano.

Havia porém, ainda, uma grande superioridade militar dos Estados Unidos que possuíam um estoque muito maior de armas nucleares, que tinham desenvolvido um elaborado sistema de defesa contra aviões e que podiam infligir à União Soviética danos muito superiores aos que esta tinha probabilidade de causar à nação norte-americana; foi a estratégia militar chamada de "retaliação maciça."

Já nos primeiros anos da década dos 60 a situação tinha mudado; ambas as superpotências tinham acumulado enormes estoques de armas nucleares, muito em excesso do que seria necessário para devastar o país adversário.

A ênfase da corrida armamentista nuclear, entre as duas superpotências, deixou de girar em torno dos estoques de armas nucleares, que eram mais que suficientes, e passou para os veículos vetores de armas nucleares.

Nessa época já tinham sido desenvolvidos e aperfeiçoados os mísseis nucleares intercontinentais que alteraram profundamente as condições da confrontação nuclear e que obrigaram a uma revisão completa da estratégia nuclear.

Os mísseis intercontinentais substituíram os aviões de bombardeio de longo raio de ação como vetores de primeira linha das armas nucleares; ao mesmo tempo, as possibilidades estraté-

gicas da ofensiva nuclear se distanciaram enormemente em relação às possibilidades da defesa contra aqueles meios de ataque.

Os mísseis intercontinentais além de constituírem, atualmente, os principais sistemas de armas nucleares estratégicas passaram, também a ser os alvos mais visados, que serão atacados com prioridade absoluta numa guerra nuclear.

Grande parte da corrida armamentista gira, agora, em torno do desenvolvimento de mísseis nucleares estratégicos cada vez mais aperfeiçoados.

Em 1969, as principais forças nucleares estratégicas norte-americanas e soviéticas que se confrontavam eram as seguintes:

USA URSS

Mísseis nucleares intercontinentais em silos subterrâneos	1.054	900
Mísseis nucleares a bordo de submarinos	656	30
Soma	1.710	930

Atualmente, os mísseis nucleares estratégicos norte-americanos mais aperfeiçoados são os Minuteman-III, instalados em silos subterrâneos blindados e os Poseidon existentes a bordo dos submarinos nucleares, todos usando combustíveis sólidos, o que permite uma complexidade menor e uma rapidez de disparo muito maior.

O míssil nuclear estratégico mais aperfeiçoado dos soviéticos é o SS-9 que leva uma ogiva nuclear de um número maior de megatons do que a dos mísseis intercontinentais norte-americanos.

Novos desenvolvimentos

Os desenvolvimentos mais recentes no campo dos mísseis nucleares são:

a) O míssil de ogiva múltipla (Multiple Independently Targeted Re-entry Vehicle — MIRV) que foi desenvolvido pelos norte-americanos depois que, em 1966, os soviéticos começaram a construir uma rede de mísseis anti-míssil em torno de Moscou; essa rede, designada pelo nome de código GALOSH, tem 67 postos já assinalados pelos satélites de observação.

O míssil de ogiva múltipla, na última parte da sua trajetória, se decompõe em várias ogivas nucleares, lançadas em direções diferentes, atacando ao mesmo tempo vários alvos e saturando as defesas; entre as ogivas há algumas que são simples engodos mas que, nos radares inimigos, aparecem como se fossem ogivas nucleares verdadeiras; além das falsas ogivas são lançados, ao mesmo tempo, artefatos de contramedidas eletrônicas que provocam indicações falsas nos radares inimigos.

Dessa maneira a tarefa da defesa torna-se muito difícil.

A interceptação de um míssil intercontinental atacante ba-

seia-se no cálculo, por meio de computadores, da trajetória balística do míssil; no caso do míssil de ogiva múltipla, quando ele, já na parte descendente da trajetória, se fraciona em várias outras ogivas, lançadas em direções diferentes, já não há quase mais tempo útil para calcular as várias trajetórias divergentes das ogivas; de qualquer modo, a interceptação das várias ogivas obriga a um dispêndio muito maior de mísseis antimíssil.

O míssil de ogiva múltipla (MIRV) torna mais difícil as negociações para a limitação de armas estratégicas nucleares; mesmo que se saiba o número de mísseis estratégicos existentes nos silos subterrâneos e nos submarinos nucleares, prontos para serem disparados, não se pode saber quantas armas nucleares estão sendo por eles transportadas e, portanto, quantos objetivos poderão ser atacados ao mesmo tempo.

Os satélites de observação podem fotografar os mísseis mas não podem assinalar quantas armas nucleares cada um deles está levando nas suas ogivas múltiplas.

O MIRV Minuteman III poderá ter três ogivas de 200 quilotons cada uma; o Poseidon, usado a bordo dos submarinos nucleares, poderá ter 14 ogivas de 30 a 50 quilotons cada uma; o MIRV soviético, usando o míssil SS-9, poderá levar 5 ogivas de mais de um megaton cada um.

b) O míssil de órbita fracionada (Fractional Orbit Bombard-

ment System — FOBS) é um míssil balístico intercontinental que é lançado para entrar em órbita em torno da Terra; depois de percorrer uma porção da órbita, ele sofre uma deceleração e inicia a queda sobre o território inimigo.

O míssil de órbita fracionada foi desenvolvido pelos soviéticos; é bem mais caro que o míssil intercontinental comum e transporta uma ogiva menor.

Para os norte-americanos, o perigo maior do míssil de órbita fracionada reside no fato de que ele pode ser lançado de modo a se aproximar do território dos Estados Unidos vindo do Sul, atravessando territórios onde não existem redes de alarme e de defesa articuladas.

Além disso, o míssil de órbita fracionada tem o apogeu da sua órbita mais baixo do que o apogeu da trajetória dos mísseis intercontinentais comuns, dificultando a sua detecção pelos radares de longo alcance.

c) O míssil antimíssil, como o nome está dizendo, é um míssil defensivo destinado a interceptar e destruir, principalmente, os mísseis intercontinentais do inimigo.

Normalmente, o desenvolvimento de armas defensivas não é considerado como um fator de provocação estratégica; mas o desenvolvimento de um sistema de mísseis antimíssil é considerado, por algumas correntes de opinião norte-americanas, como um fator de instabilidade da con-

frontação nuclear, obrigando o adversário a construir um número maior de mísseis intercontinentais nucleares, para continuar em condições de vencer as defesas inimigas; em consequência, o sistema de mísseis antimísil, de acordo com as referidas correntes de opinião, concorreria para a aceleração da corrida armamentista, anulando o acréscimo de segurança que o sistema poderia proporcionar.

Os norte-americanos estão procurando desenvolver um sistema limitado de mísseis antimísil, denominado Salvaguarda, para fazer face, pelo menos, à ameaça nuclear chinesa na década dos 70; esse sistema, que é uma redução do sistema Sentinel inicialmente planejado, poderá ser ampliado, posteriormente, para fazer face, pelo menos parcialmente, à ameaça soviética.

O sistema Salvaguarda compõe-se de:

- uma rede de Radares de Detecção Perimetral (Perimeter Acquisitions Radars — PAR);

- um certo número de mísseis de defesa de área, de longo ralo de ação, do tipo Spartan; esses mísseis teriam a capacidade de destruir um míssil intercontinental atacante enquanto este ainda se encontrasse a várias centenas de quilômetros de altitude, fora da atmosfera; para poder destruir o outro míssil, nessas condições, o Spartan leva uma ogiva nuclear de dois megatons;

- um certo número de mísseis de defesa local, do tipo Sprint, destinados a destruir os mísseis

atacantes a altitudes menores, já dentro da atmosfera; o míssil Sprint sobe, em poucos segundos, a uma altura de vários milhares de metros e pode realizar a interceptação do míssil inimigo até a altura de 30 mil metros; o Sprint leva uma ogiva nuclear bem menor, da ordem de 10 quilotons, dada a proximidade relativa da sua explosão nuclear em relação aos alvos a serem fendidos.

Os mísseis de ogiva múltipla e os sistemas de mísseis antimísil aparecem como os tópicos de maior importância nas conversações para a limitação de armas estratégicas, ora sendo conduzidas pelos soviéticos e norte-americanos.

"Superdestruição" ("overkill")

A expressão **overkill** usada pelos estrategistas militares, tem dado margem a muitas incompreensões, principalmente quando se tenta traduzi-la ao pé da letra para o português, daí terem surgido várias traduções pouco corretas como: "supermatança", "sobremorte", "sobreaniquilamento" etc...

Overkill surgiu no jargão dos militares durante a II Guerra Mundial, por ocasião dos bombardeios estratégicos realizados contra a Alemanha e referia-se ao excesso do poder explosivo das bombas aplicadas contra um objetivo, algumas vezes em bombardeios sucessivos.

Atualmente, em estratégia nuclear, a expressão **superdestrui-**

ção (overkill) aplica-se com referência ao excesso de capacidade de destruição das armas nucleares existentes nos estoques das superpotências.

Superdestruição (overkill) é a capacidade de desfechar um ataque bem mais forte que o necessário para alcançar a destruição desejada.

Na confrontação nuclear das duas superpotências, chama-se superdestruição (overkill) a capacidade que cada uma delas tem, em armas nucleares e respectivos vetores, muitas vezes superior à necessária para arrasar os principais objetivos da outra, obliterando-a como sociedade organizada.

Os estrategistas calculam em 250 o número necessário de explosões nucleares, sobre objetivos pré-selecionados, para conseguir a destruição da metade da indústria e de um quarto da população de uma superpotência, desorganizando completamente a vida nas principais cidades e impedindo o prosseguimento de operações militares em grande escala.

Obviamente, para se ter certeza de uma destruição garantida correspondente a 250 armas nucleares explodindo sobre os objetivos pré-selecionados, é necessário possuir um número superior de armas nucleares; e esse número de armas nucleares terá que ser tanto maior quanto maior for o número de armas nucleares que o inimigo puder lançar num ataque inicial de surpresa.

Dai a corrida armamentista nuclear entre as duas superpotências; essa corrida, do lado norte-americano, tem sido agravada porque as previsões para os programas de armamentos têm sido baseadas sempre na hipótese mais desfavorável, para os norte-americanos, sobre a capacidade soviética de construção anual de armas nucleares e de misséis intercontinentais; essas hipóteses sobre a capacidade soviética não têm sido confirmadas pela realidade posterior.

Há um fator psicológico inegável na atitude, adotada por ambos os lados, de que quem tiver maior quantidade de armas nucleares e misséis estará mais seguro; essa atitude não tem base na realidade e pode conduzir a uma falsa segurança; o risco de uma corrida armamentista nuclear sem freios é maior do que o risco decorrente de uma ligeira inferioridade em armas nucleares e misséis, em relação à outra superpotência.

Considerando como 250 o número básico de armas nucleares para causar a destruição garantida, como acima explicado, os estrategistas calculam a capacidade de superdestruição (overkill) dividindo por 250 o número de armas nucleares que uma superpotência pode lançar de uma vez, o que depende do número de misséis intercontinentais, de submarinos portadores de misséis estratégicos e de aviões de bombardeio de longo raio de ação.

Se os misséis forem portadores de ogivas múltiplas (MIRV)

tem-se que multiplicar a capacidade de **superdestruição** (**overkill**), acima calculada, pelo número de armas nucleares transportadas em cada ogiva múltipla; a capacidade de **superdestruição** das superpotências ficará grandemente aumentada se for introduzido o uso generalizado de ogivas nucleares múltiplas.

Calcula-se que a capacidade atual de **superdestruição** (**overkill**) dos Estados Unidos é de ordem de 14 (3 500 armas nucleares lançadas de uma vez) e da União Soviética da ordem de 8 (2 000 armas nucleares lançadas de uma vez); com a introdução generalizada de ogivas múltiplas nos mísseis nucleares intercontinentais, calcula-se que, dentro de três ou quatro anos, os Estados Unidos, dispondo do mesmo número que atualmente dispõem de mísseis intercontinentais, submarinos nucleares e aviões de bombardeio de longo raio de ação, passarão a ter uma capacidade de **superdestruição** (**overkill**) de 40 (10 000 armas nucleares lançadas de uma vez) e a União Soviética passará a ter uma capacidade de **superdestruição** de 24 (6 000 armas nucleares lançadas de uma vez).

Como cada arma nuclear levada pelos mísseis intercontinentais tem o poder de arrasar um conglomerado urbano ou de indústrias situadas numa mesma área, vemos que, depois das primeiras 250 armas nucleares que chegarem até os objetivos, causando a **destruição garantida** planejada, poderíamos ter, ainda, milhares de armas nucleares explodindo em cima de alvos já destruídos, caso

fôssem usadas todas as armas nucleares existentes nos estoques; essa é a noção de **superdestruição** (**overkill**), que mostra que a corrida armamentista nuclear, além de perigosa, é absurda.

Em uma troca total de armas nucleares, entre as duas superpotências, 90% delas iriam explodir sobre áreas de objetivos já arrasados; nenhuma das duas superpotências possui mais do que algumas centenas de áreas de objetivos que justificam o emprego de uma arma nuclear.

O único emprego imaginável de um número tão elevado de armas nucleares seria na tentativa de destruição dos mísseis intercontinentais do inimigo, assim mesmo sem probabilidades de resultados satisfatórios; muitos mísseis do inimigo deixariam de ser destruídos seja por causa da blindagem dos silos subterrâneos, seja porque os silos já estivessem vazios e os mísseis em trajetória, seja porque os mísseis estivessem em localizações desconhecidas, seja, finalmente, porque os mísseis estivessem a bordo de submarinos debaixo da água; isto é, nem para poupar o próprio país de uma **destruição garantida**, um número tão elevado de armas nucleares serviria.

Depois de acumulados os estoques de armas nucleares já existentes, nos arsenais das duas superpotências, deixam de ter significado militar novos acréscimos e torna-se irracional a reação armamentista das superpotências baseada em hipóteses sobre o ritmo com que o adversário poderá

vir a acumular novas armas nucleares.

As duas superpotências devem desligar, tanto quanto possível, as negociações sobre limitação de armas estratégicas das outras fontes de choques e antagonismos entre elas existentes; em outras palavras, um entendimento sobre limitação de armas estratégicas deve ser obtido independentemente da situação no Sudeste da Ásia ou no Oriente Médio, ou em outras frentes de confrontação.

Os dirigentes das duas superpotências devem reconhecer, com cabeça fria, que o interesse e segurança de ambas residem no freamento da corrida armamentista nuclear.

Os referidos dirigentes necessitam compreender que, no estado atual da estratégia militar, a finalidade primordial dos respectivos arsenais nucleares é o de evitar a guerra; se a corrida armamentista está aumentando o risco de guerra e está levando as duas superpotências num rumo de colisão, é indispensável freá-la.

Continuar aumentando os seus arsenais nucleares, a ponto de comprometer a segurança das superpotências e do resto do mundo, não forma sentido, nem do ponto de vista militar, nem do político.

A limitação de armas estratégicas abrange todas as armas de destruição em massa: nucleares, químicas, biológicas e radiológicas; mas, o perigo e o poder de destruição das armas nucleares

são tão maiores que os das outras armas de destruição em massa que se torna indispensável dar-lhes prioridade nas negociações, entre as duas superpotências, para a limitação de armas estratégicas.

Qualquer acordo que limite ou proíba o uso de armas químicas, biológicas ou radiológicas mas que, ao mesmo tempo, não inclua limitações rigorosas e efetivas sobre as armas nucleares, será um acordo inócuo que servirá apenas para tentar esconder a incapacidade das duas superpotências de porem um freio na corrida armamentista nuclear.

Um fator de perturbação das negociações sobre limitação de armas estratégicas é o surgimento do potencial nuclear chinês que, mesmo embrionário quando comparado ao das superpotências, não pode ser ignorado; tanto os Estados Unidos como a União Soviética, principalmente esta última, têm preocupações com a proliferação nuclear chinesa e sentem necessidade de instalar um sistema de mísseis antimísseis; porém a simples existência de tal sistema afeta a **deterrença** soviético-norte-americana.

No estado atual do armamento e da estratégia nucleares, os meios ofensivos têm grande superioridade sobre os meios defensivos; destruir é muito mais fácil do que evitar a destruição.

Para que as negociações sobre limitação de armas nucleares cheguem a algum resultado positivo, é necessário que os estrategistas militares que servem de

assessôres aos dirigentes das duas superpotências não recomendem uma estratégia militar que repose nos seguintes conceitos já ultrapassados:

a) que quanto maior fôr o número de armas nucleares que o país possua, além dos atuais estoques, maior será a sua segurança militar;

b) que é possível vencer uma guerra nuclear entre as duas superpotências;

c) que é possível montar um sistema de defesa que evite uma destruição intolerável no caso de uma troca maciça de golpes nucleares.

Qualquer acôrdo sôbre armas nucleares, a que cheguem os Estados Unidos e a União Soviética, ainda deixará uma margem de risco para cada um dêles; não se pode imaginar um acôrdo que proporcione às duas superpotências uma segurança completa, uma em relação a outra; o que é preciso reconhecer é que qualquer acôrdo sôbre limitação de armas nucleares envolve risco menor que a atual corrida armamentista nuclear.

Tudo indica que, se surgir entre as duas superpotências um primeiro acôrdo de limitação de armas estratégicas, será na base da manutenção de uma elevada capacidade de destruição garantida de parte a parte; seria um primeiro acôrdo de freamento da corrida armamentista nuclear, sem grandes reduções dos estoques das armas já existentes;

seria um acôrdo em que as superpotências se absteriam de aumentar a sua capacidade de superdestruição (*overkill*) com a introdução, nos seus arsenais, das ogivas nucleares múltiplas (MIRV) que, atualmente, representam a maior ameaça de aceleração da corrida armamentista nuclear; seria um acôrdo sôbre limitação de sistemas de mísseis antimíssil, de modo que êsses sistemas não afetassem, sensivelmente, a *deterência* mútua soviético-norte-americana.

Um primeiro acôrdo sôbre limitação de armas estratégicas só poderia ser mais amplo, envolvendo grandes reduções nos estoques de armas nucleares se, por um passe de mágica, surgisse um ambiente de confiança entre as duas superpotências ou se ambas concordassem com um amplo sistema de inspeções de suas instalações e armamentos nucleares, o que não é provável na fase atual.

Uma vez estabelecido um primeiro acôrdo, numa ocasião futura oportuna, dependendo da melhoria da situação internacional, seria possível cogitar de outros acôrdos que envolvessem uma redução substancial dos excessivos estoques de armas nucleares atualmente existentes.

Sômente depois de vencidas essas etapas seria possível cogitar de esquemas mais amplos de desarmamento envolvendo, inclusive, redução de armamentos convencionais e de efetivos das Forças Armadas, das potências militares e dos demais países.

NOVOS PROBLEMAS JURÍDICOS DO PRATA

(Continuação do número anterior)

DR. CLÓVIS RAMALHETE

XI — AS TAREFAS INICIAIS DA INTEGRAÇÃO

A primeira vista, os rios internacionais avultam para monopolizar os cuidados no exame dos problemas jurídicos do Prata. No entanto convém seja fixado que o regime de utilização dos rios internacionais é apenas um dos aspectos a considerar, na integração econômica da região. Mas o planejamento econômico integrado do Prata para o desenvolvimento da área é processo complexo, com múltiplos interesses e problemas. Seria até recomendável que se ampliasse ao campo privado, industriais, comerciantes, técnicos e juristas, a motivação consciente deste processo de alto valor para o futuro do Continente.

As tarefas enunciadas na Declaração Conjunta serão apenas o arranque. E veja-se o seu elenco: — estudo de facilidades e assistência à navegação fluvial; o da integração energética; o de controle das cheias, inundações e erosão; o da conservação de recursos vivos; e da interconexão vial; o da construção de polidutos, o do estabelecimento de sistema de telecomunicações; o da implantação de indústrias adequadas ao desenvolvimento; o da ocupação econômica das áreas limítrofes; o da cooperação em programas de educação e saúde.

Integração — eis a palavra que vem há séculos apontando o rumo da solução seguinte, na história econômica. Karl Bücher, em resumo célebre, diz que esta se realizou até nossos dias em três etapas integrativas: — a doméstica, a urbana e a nacional. — Meios de produção vieram atingindo áreas crescentes, e integrando-as de cada vez num todo. A cada qual correspondeu uma estrutura política.

A etapa última de Bücher está sendo agora ultrapassada. Os meios de produção vazam hoje os limites nacionais, ignoram fronteiras, e são cruamente transnacionais. Não cabem na área a que corresponde o Estado nacional. — A etapa atual é pois a da integração internacional. A ela devem corresponder, no futuro, instituições supranacionais. Os Estados sofrem efeitos na base dos meios de pro-

dução, que ultrapassam suas fronteiras e geram solidariedade de grupos nacionais; aquela solidariedade, entrevista e talvez mal definida por Leon Duguit.

Os Estados implicados na rede fluvial do Prata atingem esta situação. Os espaços econômicos nacionais vazam fronteiras e procuram complementaridades multinacionais.

XII — COMPLEXOS FLUVIAIS E CONCEITO DE INSTITUIÇÃO

Historiadores, sociólogos e economistas já disseram tudo, sobre o valor econômico dos complexos fluviais. A história o ilustra.

No caso da América do Sul, três grandes redes fluviais internacionais agrupam Estados. São a do Orinoco, a do Amazonas e a da Bacia do Prata, esta com o Paraná-Paraguai.

OBSERVAÇÃO

Neste trecho, o conferencista acrescentou oralmente ao texto: — “De parte do Brasil, acham-se em andamento estudos para a junção das Bacias do Prata e do Amazonas, em alguns pontos. Está-se dando certa ênfase àquela junção que estabelecerá a chamada “Hidrovia do Contorno”, que ficará situada no extremo Oeste Brasileiro. Esta tem maior interesse internacional que as demais. O projeto dará a nossos irmãos da Bolívia e do Paraguai duas saídas para o Atlântico: — a do Prata e a do rio Amazonas. Para sua execução, porém, ganha interesse especial a posição brasileira quanto aos controles do uso da energia nuclear. O Brasil defende a legitimação internacional de pequenas explosões nucleares para fins pacíficos, mesmo que eventualmente controladas. A respeito, registro que experiências feitas pela “Comissão de Energia Atômica” dos Estados Unidos, no chamado “Projeto SEDAN (1962), demonstraram quanto se ganhará em tempo de execução e economia de meios, na abertura destes futuros canais, que ligarão o Prata ao Amazonas, quando utilizada a energia nuclear. Trata-se de obra nacional brasileira de interesse internacional sul-americano”.

Poucos Estados não participam de alguma, dentre as três bacias. O aproveitamento dos recursos delas sofre processo diplomático preparatório diferente, e encontra-se em etapas desiguais. — A Questão do Prata já desenvolve ações práticas preliminares. Atrai por isso a atenção de toda a América do Sul.

Os problemas econômicos da Bacia vinham ocupando os Estados, mas sem programa diretor. Soluções parciais foram encontradas, em sucessivos Tratados, bi ou multinacionais.

O aproveitamento potencial energético da região é detalhe de certo relêvo na programação em perspectiva. Convém assinalar, por isso, o que já existe.

A área não conhece regras regionais, para o aproveitamento; só as gerais, do Direito Internacional Público. Mas alguns convênios regionais deram ordenamento jurídico de integração energética (Declaração, IV-A, e Ata Final). Não existe qualquer acôrdo multinacional, a respeito. Registram-se atos, entre Argentina e Paraguai (Convênio de Bases) para interconexão elétrica; Argentina e Uruguai, também para interconexão de sistemas; entre Brasil e Uruguai, sobre partilha de energia a ser produzida. De multilateral, conhecem-se esboços para acôrdo, sobre interconexões em vários pontos da fronteira, entre Argentina, Brasil e Uruguai. Sobre outros temas econômicos que importam ao futuro programa da integração, na área multiplicaram-se tratados, quase todos bilaterais, sobre oleodutos, vinculação ferroviária, regulamentação internacional de tráfego motor, pontes internacionais, navegação de rios internacionais, e outros problemas.

Incumbido agora de elaborar Tratado da Integração do Prata, o "Comitê Intergovernamental Coordenador" depara com o propósito reiteradamente denominado de "*Institucionalização do Prata*" pelos Chanceleres.

Desde que se aceite o conteúdo jurídico desta expressão, — *institucionalizar* —, os Estados do Prata estariam preparando as bases de um futuro "*Estatuto do Prata*". Ele poderá ser *normativo*, mas sem dúvida apenas quanto ao estabelecimento de serviços públicos administrativos internacionais, como dragagem e manutenção da navegabilidade dos rios internacionais; ou o saneamento de áreas multinacionais, como a grande área do pantanal. O estatuto será talvez apenas *coordenador*, quanto aos temas do desenvolvimento integrado da região.

No século XIX, sob pressão do liberalismo econômico individualista, o Direito pareceu então caminhar das leis *para o contrato*. O contrato foi, assim, a lei entre as partes. No século XX, porém, no Direito Privado como no Direito Público, o movimento inverteu-se. Fatores econômicos poderosos, a massificação dos Interesses e dos indivíduos soerguendo a planificação ao lado da liberdade, tudo tem levado o Direito, cada vez mais, ao movimento inverso: — do *contrato* para o *estatuto*; agora, cada vez mais é a Lei que faz o Contrato para as partes.

Também no Direito Internacional Público, assiste-se à transformação de fundo e de forma na utilização dos Tratados, sob a pressão da interdependência dos Estados e dos fatores econômicos, sociais e políticos, que transformaram a cena jurídica internacional.

As antigas alianças eram individualistas e apenas políticas; e desconheciam a organização estrutural às vezes complexa, de certas formações orgânicas, que hoje os Estados criam por via de Tratados.

A concepção institucional do Direito, que foi formulada em teoria por Hauriou e desenvolvida em filosofia por Renard no Direito Interno, penetrou também a área exterior à face dos Estados. A "instituição" é a idéia de uma empresa — ensinou Renard — que pretende ter duração no meio social, e, desde que estabelecida, exerce autoridade sobre seus membros.

Esta conceituação teórica de juristas está sendo o instrumental com que Estadistas estão mudando a face do mundo lentamente, neste apagar do século XX.

E agora, cinco Estados sul-americanos se dispõem a operar integração econômica planificada. Os Chanceleres logo expressaram repetidamente sua intenção de "institucionalizar o Prata". Será portanto a substituição em grande escala, dos Tratados-contratos, por algum Tratado-lei na região partindo do complexo fluvial do Prata.

Tal intenção faz evocar o quadro jurídico das "instituições" modernas, criadas na sociedade internacional, e que surgiram sobretudo na Europa, para não citar as chamadas "instituições especializadas", da ONU e da OEA.

XIII — MODELOS DE "INSTITUIÇÕES" ORGANICAS INTERNACIONAIS

A variedade de exemplos de estrutura que elas oferecem e, ainda, os vários "graus de poder" das entidades ante os Governos nacionais que a integram, são elementos jurídicos que se apresentam à consideração dos Estados a se reunirem no Prata. Convém, por isso, passá-los em revista.

A importância do movimento institucional europeu tem antecedentes de porte talvez na "União da Europa Ocidental" (Bruxelas, 1948). Mas devem citar-se também, como alianças orgânicas de fins econômicos e políticos, dotados de estrutura e com natureza institucional, entre outros, o *Tratado do Atlântico Norte*, o *Conselho Nórdico*, o *Conselho da Europa*, estes últimos sem poder de decisão.

Mais próximos das finalidades da integração econômica do Prata apresentam-se como antecedentes fora de região sul-americana certas instituições que merecem menção: "*Organização Européia de Cooperação*", nascida do Plano Marshall, e que foi estruturada com Conselho, Comitê Executivo e Secretariado, além de Comissões ocasionais; substituída pela "*Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico*". O "*Conselho da Europa*", com estrutura integrada por Comitê de Ministros (órgão executivo), Assembléia (órgão deliberativo) e Secretariado, e criada com um mecanismo hábil, do qual resulta que a decisão final permanece com os governos nacionais. O "*Conselho da Europa*" apresentou acervo de resultados práticos, em problemas de mão-de-obra, seguro social, saúde pública e outros temas, que devem ser citados porque também interessam no caso da integração do Prata.

Este esforço europeu, para a reunião de Estados formando agrupamentos, pertence a esta hora mundial. Fatores econômicos, sociais, psicológicos, políticos, militares, dentro do quadro da atual interdependência de Estados; com novos meios de comunicações de massas; fornecendo produção em termos internacionais; conhecendo concentrações financeiras gigantescas; estabelecida a aproximação dos povos pela solidariedade, agora instrumentada por uma opinião pública mundial, informada de imediato, tudo isso contribui para esta transformação de cena, com o fatal esmaecimento do individualismo estatal para este estágio dos agrupamentos pacíficos de Estados, com fins apenas sociais e econômicos.

É dentro deste contexto mundial que se insere o movimento diplomático dos Estados da Bacia do Prata.

Certas comunidades européias são organismos curiosos, que estão no arsenal dos juristas e estadistas, para o tratamento com audaciosa imaginação, dos problemas da Bacia do Prata.

Há o que se destacar com proveito por exemplo, para o caso regional do Prata, na *"Comunidade do Carvão e do Aço"*.

Desde logo ressalta o seu caráter *supranacional*. Este novo conceito jurídico é desmaio da soberania e vitória do progresso humano; mantendo as prerrogativas estatais e o sentimento das nacionalidades, ele acomoda o individualismo clássico do Estado com realidades sociais e econômicas. Depois impressiona a circunstância de a instituição supranacional admitir nela, pessoas jurídicas privadas, as Empresas, pois são estas afinal as destinatárias últimas, desta engenhosa instituição.

Tais aspectos certamente estarão algum dia no caminho da instituição internacional que se esboça na Bacia do Prata.

A estrutura interna da *"Comunidade do Carvão e do Aço"* honra o poder criador, a um tempo fantasista e realista, dos Estadistas europeus do pós-guerra: Alta Autoridade, de membros eleitos; Assembléias, composta mediante processo de escolha no interior dos Estados, com *meios* inclusive eletivos, alargando para outras participações as relações exteriores; Conselho de Ministros, com os Estados, que intermediam a Alta Autoridade com os Governos membros; e uma Corte de Justiça, de competência especializada por matéria e por pessoas, e que defende a aplicação do Tratado.

Estas e outras notáveis instituições são criações versáteis. Sugerem múltiplas combinações. Poderão ser inspiradoras, na final *"institucionalização"*, talvez ainda um tanto distante da Bacia do Prata.

O programa do Prata envolve ampla integração econômica da região. Val, por isso, muito além da preocupação estrita com o uso dos rios internacionais.

Por sua parte e sua precedência no tempo, o processo da *formação integrativa do Prata* deve receber a atenção fraternal dos de-

mais Estados Sul-Americanos. Eles são, ao Norte, ribeirinhos dos dois outros sistemas de rios internacionais sul-americanos, o do Orinoco e o do Amazonas. Atentos e prestantes ao que se fizer no Prata, os Estados do Norte velarão para que o desenvolvimento dos sullistas crie precedente jurídico, útil ao convívio geral pan-americano.

XIV — SERVIÇO ADMINISTRATIVO INTERNACIONAL E O PRATA

A criação de "serviços públicos e administrativos internacionais" avista-se também na rota dos trabalhos da integração econômica da Bacia do Prata.

As mais diversas combinações podem ser projetadas, com relação ao solo, às populações e aos recursos naturais.

A noção de serviço público administrativo internacional, exemplificado nas *Unides Internacionais* e nas *Comissões Fluviais Internacionais*, sofre certo limite no contato com as soberanias.

XV — O USO DOS RIOS INTERNACIONAIS E O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Quanto ao uso de rios e bacias internacionais e à administração deles, a prática geral é a de encarregar-se o Estado ribeirinho. Entretanto, a atuação do Estado ribeirinho, quanto ao rio internacional na faixa da sua propriedade, deve conformar-se ao Direito Internacional Público, ainda que nada tenha convencionado com os vizinhos.

Mas notam-se criações jurídicas, em certas partes do mundo, que já oferecem exemplos de tratamento institucional de Bacias Internacionais, mediante agrupamento orgânico dos Estados. — Exemplifica-se com os da Bacia do Baixo Mekong (Camboja, Laos, Tailândia, Vietnam); e da Bacia do Rio Indo, entre o Paquistão e a Índia; o do rio Argun, entre a Rússia e China; e a do Níger.

Estas experiências aparentemente estão sendo examinadas pelos interessados no Prata.

Ao que parece, a linha jurídica visível na primeira etapa dos atos do Prata lembra igual orientação, já conhecida no acórdão entre China e Rússia. Neste os estudos e investigações também ficaram a cargo de cada parte, no seu território. — Outro tipo de convenção vê-se, no entanto, no Tratado da Bacia do Mekong. Ele prevê um mecanismo institucional no qual o Comitê, indo além da competência atribuída ao Comitê do Prata, promove, coordena, supervisiona e controla a planificação e a investigação dos recursos da Bacia (art. 1º, Tratado de outubro de 1957).

O "Acórdão sobre Navegação e Cooperação Econômica da Bacia do Rio Níger" (Niamey 24/26 outubro, 1963) vai além do ajuste de Mekong. Subordinando os Estados abrange os tributários e também os

subtributários, quanto à navegação (art. 2.º). Compromete a cooperação dos Estados no estudo e na execução dos projetos que produzem efeito apreciável sobre qualquer aspecto do curso do rio (artigo 4.º). Mas, principalmente (art. 7.º), chega a atribuir ao Comitê, competência jurisdicional sobre os Estados, e vincula as controvérsias e recursos para a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Organização da União Africana.

XVI — LICITUDE DO USO DOS RIOS NA JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

Na área do Prata aplicam-se as regras gerais do Direito Internacional Público, na falta de estatuto sobre os rios ou sobre a bacia. Fonte do Direito Internacional Público, ao lado da Doutrina, é a Jurisprudência, ali onde não há Direito Positivo estabelecido em instrumento.

Normas jurídicas de interesse no Prata, podem ser investigadas por isso nos pronunciamentos dos tribunais internacionais. Casos de maior evidência histórica sobre uso dos rios internacionais, podem nortear a fixação de normas, no estatuto regional em elaboração. Entre outros princípios, a Jurisprudência Internacional parece sugerir o seguinte, como sendo o estado atual do direito:

— livre uso industrial das águas no território, desde que não resulte efeito danoso apreciável ao Estado a jusante, sendo legítimos até mesmo os desvios do rio no interior do Estado, mas desde que se entregue o caudal, sem alteração apreciável, no ponto geográfico natural de seu curso;

— o uso deve ser praticado com garantias técnicas as quais são selecionadas pelo Estado usuário, e não deve resultar da utilização das águas, efeito danoso apreciável; mas dos benefícios, por ser obra exclusiva, nenhuma vantagem poderá ser exigida, salvo Convenção;

— aos Estados a jusante cabe o direito de responsabilizar os Estados a montante, por abuso de direito ou por ato ilícito, hipóteses distintas;

— não é reconhecido aos demais Estados, salvo Tratado, o direito de resistência ou pressão diplomática pelos instrumentos conhecidos, ou outros mais imperiosos, a propósito do uso lícito das águas por um Estado.

Tais princípios já emergem da prática internacional empregada na região do Prata; e são abonados por decisões judiciais importantes.

A propósito dos conceitos acima, vale citar algumas sentenças internacionais, de que são extraídos.

Sobre o *abuso de direito* na utilização da propriedade das águas no território, recorda-se o dissídio, entre o Canadá e o Estado de Illinois, julgado pelo Sup. Tribunal dos Estados Unidos, contra o Estado de Illinois. A Corte decidiu: — que Chicago podia desviar águas; mas fixou a medida justa para a tomada, reprimindo o abuso de direito da unidade da Federação americana, o Estado de Illinois. Oppenheim-Lauterpacht (*"International Law"*, 1947, vol. I, págs. 429/431), vêem nesta Sentença uma adoção, pelo Direito Internacional Público, da teoria do "Abuso de Direito". Ela constitui também uma redução reconhecida à soberania absoluta do Estado, e que consiste na obrigação de cuidar os efeitos, sobre os vizinhos, do uso das águas pelo Estado.

É precedente judiciário internacional que serve aos futuros Tratados do Prata, no que concerne a limites do uso pelo Estado, das águas dos rios sucessivos.

Outra Sentença que se presta à ilustração direta sobre utilização industrial das águas por um Estado é o famoso "affaire" do Lago Lanoux. França e Espanha firmaram uma série de Tratados sobre fronteiras (Bayonne, 1856, 1862 e 1866) e um Ato Adicional, de Bayonne de 1866, que assegurava a utilização das águas de rios; estabelecia obrigação de aviso prévio quanto a projetos susceptíveis de alterar o regime das águas; e instituiu uma Comissão de Engenheiros, para certas verificações. Sobrevém determinado projeto da França que importava, para o seu empreendimento hidrelétrico, no desvio de águas do Lago Lanoux para o Ariège, mas com a posterior devolução das águas ao rio Carol, que interessa a Espanha; esta devolução seria feita por uma galeria, em comunicação com o Ariège. Conhecido o projeto francês, foram levantados embaraços do lado espanhol. Terminaram as partes por aceitar em 1956, um tribunal arbitral de interpretação do Tratado.

A Sentença proferida no caso Lanoux clareia alguns problemas, que são de alto interesse na Bacia do Prata. Eles são referentes à utilização industrial dos rios internacionais. Referem-se a barragens e produção hidrelétrica. Estes temas jurídicos certamente serão definidos na formulação da convivência integrativa da Bacia do Prata, em conformidade com o Direito Internacional Público.

Na célebre sentença de 16 de novembro de 1957 sobre o Lago Lanoux, sobressaem os conceitos seguintes:

1.º — não há regra de Direito Internacional que estabeleça a necessidade de consulta ou permissão dos demais Estados interessados, quando do aproveitamento do rio por um deles; e a posição não tem base no Direito Internacional Positivo, no seu estado atual;

2.º — o Estado, ao empreender a utilização do rio internacional, tem o dever de cercar a iniciativa de todas as garantias, contra a

produção de riscos na região, e contra efeitos sensíveis sobre as águas, zelando todos os interesses em jogo por efeito do seu empreendimento.

A Sentença sobre o caso do Lago Lanoux ficou famosa, pelos conceitos que emitiu e pela importância dos Estados em presença, França e Espanha. Tornou-se documento de estudo. Aparece geralmente citada como fonte de direito sobre rios internacionais, pelos principais escritores de direito. Ela se incorporou ao patrimônio da consciência jurídica universal quanto a seu objeto, o direito do livre aproveitamento hidrelétrico combinado com o dever de acautelar interesses alheios.

Outra Sentença, esta da Corte Internacional de Justiça, — a do chamado "Caso do Canal de Corfu", — se bem que não verse rio nem lago, é geralmente apresentada como sendo a mais importante decisão pronunciada por aquele que é o mais alto Tribunal do mundo, e registra interesse direto sobre o tema de rios e lagos internacionais.

Este caso importa pela contribuição jurídica levada ao direito de navegação nos rios internacionais. O direito de passagem inocente é assegurado desde o Congresso de Viena, que estabeleceu a liberdade de navegação nos rios internacionais. Encontra fundamento, entretanto, desde o pensamento de Grotius, que dizia: — "é sempre inocente o uso das coisas inesgotáveis".

O famoso Caso do Canal de Corfu fez com que se desviassem a Grã-Bretanha e a Albânia. Em 1946 uma esquadra britânica navegava pelo Estreito de Corfu em águas territoriais da Albânia, quando o destróier "Saumarez" chocou-se com mina automática de contato, que inutilizou o barco; seguiu-se outra explosão pouco depois com outro barco britânico, o "Volage", que rebocava o destróier danificado. — A Inglaterra ocupou-se diretamente com a dragagem de Corfu enviando poderosa frota ao Canal, e recolheu numerosas minas, em águas albanesas. E assim muniu-se de provas.

O caso, após passar pelo Conselho de Segurança da ONU, foi ter à veneranda Corte Internacional de Justiça.

A Sentença, importantíssima, declarou: a Albânia, culpada por ato ilícito internacional, perante a Inglaterra; e também a Inglaterra, culpada pela ação direta da dragagem de águas territoriais alheias, que consistiu em ato de intervenção, que também é ato internacional ilícito, violador do princípio da igualdade jurídica dos povos.

Esta Sentença do Caso de Corfu contém dois princípios valiosos, ilustrativos da convivência dos Estados ribeirinhos de rios internacionais: — 1.º — o da liberdade de navegação; e 2.º — o da ilicitude de qualquer intervenção — nas águas alheias.

XVII — A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS À CONVIVÊNCIA DO PRATA

A luz dos princípios jurídicos que estes julgados internacionais e a opinião dos doutores assentaram, podem ser examinadas, a título de exemplo, as atividades de aproveitamento energético, de qualquer dos Estados que agora se engajam no processo integrativo do Prata. — Tomem-se os empreendimentos do Brasil para o estudo.

O Brasil está colocado a montante sobre rios internacionais do Prata. A exemplo do que fazem os seus vizinhos, êle desenvolve atividades econômicas na área incluindo o aproveitamento energético dos rios.

A marcha da população para o Oeste, ainda um tanto retardada no Norte e no Centro-Oeste do Brasil, ao longo deste chão americano já quase se completou ao Sul, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja ocupação econômica atingiu as fronteiras oeste.

Projetos brasileiros de aproveitamento de energia hidrelétrica desenvolvem-se, como solução preliminar da ampliação do aproveitamento econômico nacional da região. O consumo atual de energia elétrica *per capita*, no Brasil, com 85 milhões de hts., é de 350 Kws, por ano. É suprido por uma capacidade instalada, atual, de 7.412 mw. Está sendo empreendido entretanto um programa para, em 1970, o País dispor de 12.665 mw. de capacidade instalada; e o plano com numerosos projetos prevê, para 1980, a capacidade instalada de 14.500 mw.

Este programa brasileiro integrado se desdobra em diversas direções do território, compondo sistemas. O projeto mais importante implanta-se entretanto, sobre um rio internacional sucessivo, o alto Paraná. É o complexo de Urubupungá. Quarto do mundo em grandeza, êle prevê capacidade total de 4.600 mw e é composto pelas usinas de Jupia e Ilha Solteira. Ambas, quando renderem, darão capacidade conjunta igual à totalidade da energia presentemente usada pelo Brasil.

XVIII — OS RIOS INTERNACIONAIS E O PROGRAMA BRASILEIRO

No desenvolvimento deste programa, verifica-se que o Governo brasileiro submete-se às normas do Direito Internacional Público, tal como acima demonstradas, com as decisões judiciais mais importantes a respeito.

Como constatado no "affaire" do Lago Lanoux, o Estado a montante pode represar e usar para fins energéticos as águas internacionais de rio enquanto no seu território. Mas deve tomar, e com o maior rigor, as cautelas técnicas: primeiro, quanto à segurança da

obra; e segundo, quanto aos efeitos sobre o caudal após o represamento.

As obras hidrelétricas empreendidas pelo Brasil, só obtiveram cooperação financeira do Banco Mundial e do BID, sem dúvida, por estarem garantidas pela mais alta qualidade técnica conhecida no mundo. Projetistas, consultores técnicos e executores apresentam conceito internacional, bastando mencionar que o principal consultor, nas obras, para assuntos de fundações, barragens e "rock-fill" é o célebre professor de Harvard, Arthur Casagrande, proclamado o maior técnico no mundo e um dos dois criadores da moderna "mecânica de solo". — As estruturas são testadas com modelos reduzidos em laboratório hidráulico; e a capacidade vertedoura, previamente dimensionada, após observação hidrológica e meteorológica. — Estes dados de "segurança técnica" são impostos ao Brasil pelo Direito Internacional Público, segundo as sentenças citadas.

Quanto aos efeitos sobre o caudal vertido, sabe-se das obras feitas mais acima, nos rios Grande e Paranaíba, que são formadores do rio internacional Paraná. Elas irão duplicar a descarga mínima do rio Paraná. Este efeito melhora as condições da navegabilidade deste rio internacional, mais abaixo. A descarga será regulada, mediante o represamento nas chelas e o desagüe nas vazantes. Os efeitos serão por isso benéficos para os Estados a jusante, e tais obras são lícitas em rios internacionais, por atendidos os princípios jurídicos geralmente aceitos.

XIX — A POSIÇÃO CONVERSÍVEL DO BRASIL

Na eventual fixação de normas sobre o uso dos rios internacionais do Prata e a definição do conceito jurídico internacional de Baía, para a região, incumbe ao Brasil uma posição singular.

Não bastasse o penhor da tradição jurídica e pacífica de toda a sua história diplomática, agora se acrescenta uma circunstância de fato, que coloca o Brasil, sem apêlo, como escravo dos mais rigorosos ideais do império do Direito, neste problema de regular o uso de baías internacionais.

É que, no sul do Continente, o Brasil domina os rios internacionais, desde suas cabeceiras. Mas ao Norte do País, na Baía Amazônica, a posição brasileira geograficamente é invertida. — A duplicidade da situação geográfica deste Estado quanto a rios internacionais, e a sua posição conversível acrescentam força nova à natural inclinação histórica brasileira pelos ideais do império do Direito no campo internacional.

XX — IMAGINAÇÃO CRIADORA NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

Convém acentuar que os Estados da Bacia do Prata não se estão preparando para regular o uso dos rios internacionais.

Mobilizam-se, isto sim, para estudar e implantar institucionalmente uma integração econômica planificada e para aproveitamento global e econômico de recursos da região.

Os demais Estados sul-americanos, os ribeirinhos das outras bacias, encontram-se inclusive envolvidos também, desde já, doutrinariamente, nos interesses em curso. É que as linhas da instituição que se vai estabelecer, todos querem que sejam submissas àqueles princípios jurídicos, que são patrimônio do Continente Americano.

Não obstante, sua instituição deve ser inspirada com a audácia dos tempos presentes, com imaginação criadora, e consciente de que somos os contemporâneos de um mundo em transformação.

O elenco das instituições internacionais evocado nesta dissertação trouxe para sob os nossos olhos, estes três novos fatos importantes: — a construção jurídica de entes supranacionais; a presença na vida internacional pública de pessoas de Direito Privado; e o alargamento da tendência da sujeição dos Estados, a diversas jurisdições internacionais especializadas.

Tais fatos são sinais da ruptura de uma ordem jurídica internacional, que conheceu o individualismo soberano do Estado como sendo sua construção última, superior e irredutível.

Ela vai sendo lentamente transformada.

No lugar desta ordem, e a propósito das transformações que se vão iniciar na América do Sul com a integração econômica da Bacia do Prata, — podemos proclamar a ordem internacional que amanhece, como já estando descrita nas palavras do professor Scelle: — “Só o Direito é soberano; todo sujeito de direito, que se pretende soberano, intervém imediatamente contra o Direito; e o nega”.

“A Fama e a Liberdade, tem a honra de merecê-las unicamente quem se sujeita a privações, expõe-se aos perigos, despreza tudo o que tem de mais caro na vida para defender a Pátria.”

BENTO GONÇALVES

UMA ORGANIZAÇÃO PARA A ARTILHARIA DE CAMPANHA BRASILEIRA

Ten Cel Art QEMA
ROBERTO NUNES MENDES

1. INTRODUÇÃO

Percebemos que a Artilharia de Campanha brasileira ressen-te-se de uma organização — seja no aspecto de estrutura de comando co-mo na organização intrínseca das unidades de fogo e na ausência de outras correlacionadas a estas.

Verificamos, por exemplo, que o único comando operacional e técnico existente é a Artilharia Divisionária (AD) e, mesmo assim, em condições não muito satisfatórias de funcionamento; que acima da AD não há um comando de Artilharia que formule, coordene e integre as AD dentro de uma norma de emprego e de aperfeiçoamento operacional; e que as unidades de Artilharia estão organiza-das dentro de um padrão único que não atende às peculiaridades e exigências dos prováveis ambientes operacionais de seu emprego, nem de acompanhamento à arma base.

2. NECESSIDADES ORGANIZACIONAIS DA ARTILHARIA

As unidades de Artilharia são organizadas para cumprirem sua missão de apoio de fogo em um ambiente operacional particular e de acôrdo com as características da guerra que nêle poderá se desenrolar.

Assim, ao se organizarem as unidades de Artilharia, devem ser considerados sete fatores básicos que chamaremos de *necessidades organizacionais da Artilharia*: São eles:

- Material (arma e calibre);
- meios de Comunicação;
- meios de Transporte;
- equipamento Topográfico;
- equipamento de Meteorologia;
- meios de Busca de Alvos;
- apoio Logístico.

Estes sete elementos, que entram obrigatoriamente na organização de uma unidade de Artilharia, adaptados aos meios operacionais e tipos de guerra, permitirão que ela cumpra a sua missão básica: apoiar pelo fogo as unidades da arma base.

Eles deverão ser estudados, analisados e adequados ao tipo de terreno e ao tipo de guerra, bem assim deverão ser consideradas as disponibilidades nacionais, isto é, aquilo que fôr julgado mais conveniente sob o ponto de vista Nação.

Suponhamos que seja feita a seguinte solicitação:

- Propor a organização de um Grupo Leve de Artilharia de Campanha para operar na Região Amazônica (território da 12ª RM e CMA) levando em conta que:
 - a. O grupo deverá prestar apoio direto enquadrado por um Comando de AD ou atuar independentemente, constituindo uma Força-Tarefa (FT) com uma unidade de Infantaria;
 - b. Deverá ter condições de atuar em qualquer ponto da Região com a máxima presteza e eficiência;
 - c. Deverá ter condições de atuar tanto em um quadro de guerra convencional como de guerra irregular, particularmente em operações antiguerrilhas;
 - d. Deverá utilizar todos os recursos disponíveis da indústria nacional, mesmo em caráter de pioneirismo.

Com esta Diretriz e de posse do estudo geográfico-militar da área, se chegará a algumas conclusões, particularmente quanto ao meio de transporte, ao material, às características exigidas para os meios de comunicações e equipamento topográfico.

O fato de o Grupo prestar apoio direto ou prestar apoio em ação de conjunto, traz também reflexos na sua organização. Aquêles, devem possuir os meios suficientes de busca de alvos, de observação, de ligação e de comunicações para proporcionar ao elemento da Arma base um apoio de fogo *cerrado*; êsses, os que prestarão apoio de ação de conjunto, não necessitarão possuir meios de busca de alvos (vale-se dos existentes na AD) e os meios de observação, ligação e comunicações serão muito mais limitados.

E assim prossegue-se o estudo de como melhor organizar a unidade, a fim de atender a Diretriz.

É evidente que uma unidade de Artilharia de Campanha que apóia uma unidade que opera em selvas terá necessidades organizacionais diferentes de uma que opere em terreno pouco acidentado com uma rede densa de estradas; ou de uma que apóie uma DI a pé que opere em região acidentada, com uma pobre rede de estradas. Assim sendo, não seria o caso de termos unidades de Artilharia:

- transportadas por helicópteros (para operações nas selvas);
- rebocada (para operar em terreno convencional);

- de dorso (para acompanhar a Infantaria em operações similares à de montanha ou em regiões de difícil acesso, mas permeáveis)?

3. BUSCA DE ALVOS E ILUMINAÇÃO

A missão básica da Artilharia é a de apoio de fogo.

O apoio de fogo eficiente, no entanto, exige algumas atividades correlatas. Entre elas destaca-se a busca de alvos. Esta atividade é fundamental para a Artilharia porque quanto mais precisos forem locados os alvos, quanto maior for o número de alvos e quanto mais completas e detalhadas forem as informações sobre os alvos, tanto melhor será o apoio de fogo prestado. Além disso, a Artilharia pode prestar um apoio muito específico que é a iluminação do campo de batalha por meio de projetores.

A Artilharia de Campanha brasileira, no presente, a par de outras deficiências, está estruturada apenas em unidades de apoio de fogo, sendo esta uma razão de seu deficiente apoio. Faltam as de iluminação do campo de batalha, e as de busca de alvos, principalmente estas.

No parágrafo anterior estudamos as bases de organização das unidades de apoio de fogo. Vejamos agora como organizar a busca de alvos e a iluminação por projetores na Artilharia brasileira.

a. Busca de Alvos

A natureza móvel dos alvos táticos, a necessidade de destruí-los na primeira concentração e a necessidade irrecusável de adotarmos os computadores para a direção do tiro, nos leva a pensar em dotarmos a nossa Artilharia de Campanha com meios de busca de alvos no seu mais amplo sentido. Além disso, a busca de alvos é parte integrante do sistema de informações de combate que serve para a detecção oportuna de alvos, sua identificação e localização precisa com os detalhes necessários que permitam um ataque eficiente.

Por ser um assunto pouco conhecido nosso, pretendemos fazer uma ligeira explanação sobre a busca de alvos na Artilharia do Exército dos EUA, inicialmente. Ela se processa em três escalões:

- no Grupo de Busca de Alvos (GBA) do CEEx;
- na Seção de Busca de Alvos, da Bta C/AD;
- na Seção de Busca de Alvos das Btas C/Gp Ap Dto.

Isto permite uma rede densa e ampla dos meios de busca de alvos.

Os órgãos de busca de alvos variam em composição com o escalão de Artilharia, a fim de atender às necessidades do comandante.

No grupo de apoio direto, os meios de busca de alvos são encontrados na Seção de Busca de Alvos, e consistem de:

- meios para o levantamento da área de alvos;
- observadores avançados;
- radar de contramorteiros.

O observador avançado está equipado com uma espécie de telêmetro portátil que lhe dá, com precisão, a distância do alvo.

No escalão AD (na Seção de Busca de Alvos) encontram-se:

- um radar de observação terrestre;
- observadores aéreos;
- BAVA (sistema de busca de alvos aerovisual).

A BAVA é um sistema de localização de alvos bastante preciso que exige equipamentos sensoriais e de previsão como um radar de abastecimento, meios de comunicações, equipamentos eletrônicos, etc. Em suma, consiste em fazer uma interseção avante com uma "base aérea", que são dois helicópteros.

No Corpo de Exército, há o Grupo de Busca de Alvos cuja organização é a seguinte:

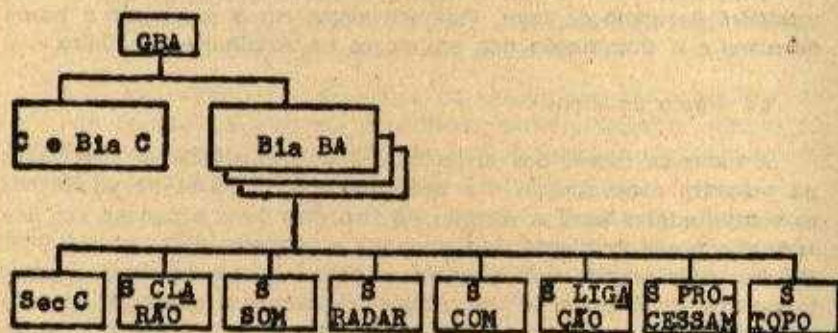


Figura 1. Grupo de Busca de Alvos (EUA)

Vejamos os principais elementos de uma Bia BA:

— Seção de Localização pelo Clarão

O equipamento de localização pelo clarão consiste nos periscópios com lentes de aumento de até 20 vezes, usados para locar alvos inimigos pela observação visual e pela interseção de dois ou mais postos. Pode localizar a artilharia inimiga e outros alvos até 15 mil metros de distância com uma precisão de 50 metros ou menos.

É usado também para colher informações do campo de batalha e também para regular, ajustar, registrar e localizar os tiros de artilharia amiga.

— Seção de Localização pelo Som

O equipamento de localização pelo som baseia-se em determinar a origem do som por cálculos baseados nos tempos relativos de chegada da onda sonora aos vários microfones colocados em pontos precisamente levantados. Serve para localizar a artilharia inimiga. Localiza os sons até 20 mil metros de distância com precisão de 0 a 150 metros, e numa frente de 10 mil metros. É empregado em períodos de visibilidade reduzida.

— Seção de Radar (contrabateria)

Possui 2 radares (AN/MPQ-10A) móveis, usados para local a artilharia e armas inimigas atirando com grandes ângulos (morteiros e obuses) com uma precisão de 50 metros. O seu alcance máximo é de 18 mil metros. São necessários dois tiros para que o radar possa local a arma.

O Radar pode também fazer:

- observação de arrebentamentos altos;
- ajustar os fogos de artilharia;
- acompanhar os vôos dos aviões leves.

— Seção de Ligação

Proporciona ligação com a unidade apoiada ou outros elementos (contato pessoal).

— Seção de Processamento

A seção de processamento coordena as operações táticas da bateria. Processa e transmite os dados referentes aos alvos obtidos.

Na Bia Cmdo encontram-se o Centro de Informações Topográficas e a Seção de Meteorologia.

b. A busca de alvos na Artilharia de Campanha brasileira

Para dotarmos a nossa artilharia com grupos de busca de alvos, surge, logo de início, um problema: não possuímos uma estrutura de comando de Artilharia que possa enquadrar o GBA.

Podemos aventar algumas hipóteses de onde colocar o GBA ou como integrar o sistema de busca de alvos:

- 1) Nas AD, único grande comando de artilharia existente.
- 2) Criar comandos de Artilharia de Exército nos Exércitos para receber os GBA.
- 3) Dotar cada AD com uma Bia Busca de Alvos e criar o comando de Artilharia de Exército nos Exércitos cuja Bia Cmdo conteria também o equipamento e o pessoal necessário ao funcionamento da Bia Cmdo do GBA.

Parece-nos que a 1ª hipótese seria a menos aceitável, tanto sob o ponto de vista econômico, como de dosagem adequada de um GBA que é atender a frentes de um Corpo de Exército.

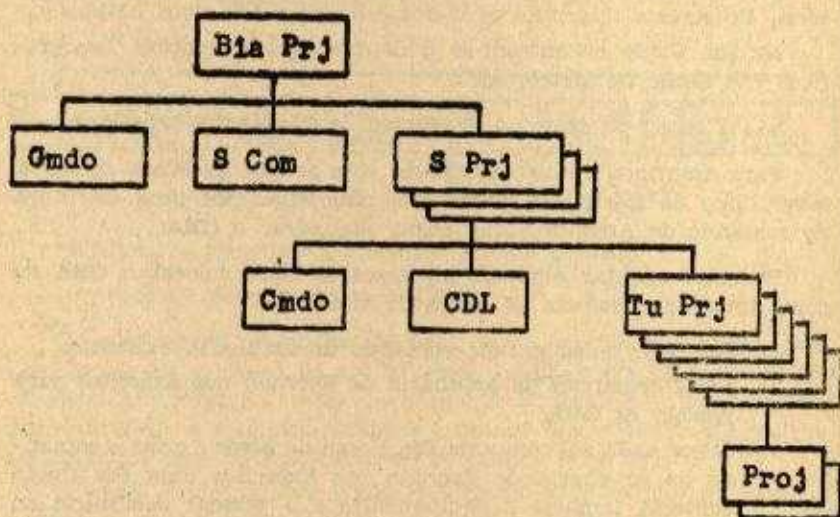
A 2ª hipótese, dentro de uma estruturação de comando em operações é a que melhor se presta; mas, na paz, seria quase que "imobilizar" um GBA, pois seria impraticável, impossível mesmo, prestar apoio às AD pelas distâncias, o que se realizaria em raras ocasiões e dependentes de outras disponibilidades.

A 3ª hipótese atende melhor às nossas atuais estruturas, desde que haja em cada GU (Cavalaria ou Infantaria) um Comando de AD.

A 1ª Cmdo de AD continuaria com suas missões de Centro de Informações Topográficas e de determinação de dados meteorológicos (Pôsto Meteorológico). Ela viria facilitar a aprendizagem da técnica de busca de alvos no escalão AD; o emprêgo mais freqüente da 1ª de Busca de Alvos familiarizaria todos os artilheiros da AD com essa palpitante missão do campo de batalha e prepararia a Artilharia para entrar na inevitável era da computação; apoiaria os grupos de apoio direto na sua missão de busca de alvos, dispensando-lhes os meios sofisticados como o radar; tornaria viável as manobras e exercícios de escalão Exército sob o prisma da Artilharia; o comando de Artilharia de Exército proporcionaria a integração, coordenação e supervisão das AD, dentro de uma doutrina brasileira de artilharia.

c. A Iluminação por Projétores

A Bateria de Projétores tem a missão de proporcionar iluminação direta ou indireta às operações táticas noturnas na frente do Corpo de Exército ou da Divisão.



A Bateria de Projétores tem 3 pelotões de projétores e um comando de bateria. Cada pelotão possui um comando de pelotão com o pessoal necessário para operar uma central de direção de luz e seis seções de projétores a 2 projétores cada.

A Bia de Projétores, no Exército dos EUA, é orgânica da ACEX (1 Bia por CEX).

No caso brasileiro, como acontece com o GBA, falta-nos uma estrutura de comando que enquadre a Bia de Projétores.

As linhas de ação consideradas são as mesmas referidas ao GBA e optamos também pela 3ª, pelas mesmas razões, integrando cada AD com uma Seção de Projétores.

4. ESCALÕES OU COMANDOS DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

No presente, a Artilharia de Campanha brasileira só possui o comando de Artilharia Divisionária (AD).

Os comandos de Artilharia de Campanha, ou escalões, que podemos encontrar, são:

- a. Cmto de Artilharia Divisionária.
- b. Cmto de Artilharia de Corpo de Exército.
- c. Cmto de Artilharia de Exército.
- d. Cmto de Artilharia de Grupo de Exércitos e Teatro de Operações.
- e. Cmto de Agrupamento de Artilharia.
- f. Agrupamento — Grupo.

São escalões para operações em campanha. Para o tempo de paz, parece que se fazem necessários, a exemplo dos escalões existentes no Exército, apenas os seguintes:

- O Cmto da Artilharia Divisionária.
- O Cmto da Artilharia de Exército.

O apoio de fogo terrestre está deficiente no aspecto *estrutura de comando* porque:

a) Nem todas as nossas GU de armas básicas possuem seus comandos de AD. Assim, ficam as unidades de Artilharia diretamente subordinadas ao Comando destas GU aumentando e dificultando a cadeia de controle e de comando. Esta deficiência dificulta, ou mesmo impede, a centralização do tiro, subtraindo da Arma a característica básica de "emassar fogos".

b) As AD existentes exercem normalmente o comando sobre um número de grupos de artilharia de campanha menor do que o necessário para que o comando da AD possa organizar sua artilharia. O número mínimo seria um por unidade de emprego da arma básica (valor do Regimento ou Brigada) para prestar apoio direto, mais um

para ficar com seus fogos com o Comandante da GU (ação de conjunto) e outro para caracterizar uma maior densidade de fogo ao elemento que receber a missão principal de atacar e defender.

c) Os grupos de canhões antiaéreos que deveriam pertencer às AD, estão diretamente subordinados às Regiões Militares (?).

d) Não se encontra acima da AD um escalão de Artilharia que coordene as ações das AD de um Exército.

Estas são as distorções que devem ser arrumadas, isto é, estudadas e solucionadas.

O problema da organização da nossa Artilharia de Campanha reside, pois, no seguinte:

- reorganizar os comandos existentes e criar outros que se fizerem necessários;
- efetivar o apoio de Artilharia pela criação de novas unidades de apoio de fogo, de busca de alvos e de iluminação;
- colocar os grupos de Artilharia de Defesa Aérea nas AD;
- equipar as suas unidades com o material necessário à sua operacionalidade.

Na reorganização dos Comandos de Artilharia ou na criação de novos, ter-se-ia em mente:

a) Dar a cada Divisão (Infantaria ou Cavalaria) um comando de AD com um número mínimo de unidades que permitam organizá-la eficientemente para o combate e um grupo de Artilharia de Defesa Aérea.

b) Dotar cada Exército com um Cmdo de Artilharia de Exército, com a finalidade de coordenar e dinamizar as ações das AD subordinadas e emprestar ao Exército um meio de executar a ação de comando sobre as unidades de Artilharia no que respeita à parte técnica da Arma.

A criação de unidades de apoio de fogo, de busca de alvos e de iluminação, consideraria:

- unidades de calibre 105mm ou 75mm, o necessário para dar às unidades de Infantaria ou Cavalaria o apoio de fogo mínimo desejado. Os grupos de Artilharia 155mm seriam aproveitados com prioridade para as AD/DI.
- Utilizar todos os recursos disponíveis da indústria nacional, tanto em material de artilharia, como de comunicações, topografia, ótica, intendência, material bélico, viaturas, etc., e aproveitar o que houver guardado nos arsenais, em bom estado; importar apenas, e se necessário, os tubos dos canhões e os materiais sofisticados.

5. A ORGANIZAÇÃO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA BRASILEIRA NA PAZ

Apresentamos a seguinte organização para a Artilharia de Campanha brasileira, na paz:

EXÉRCITOS

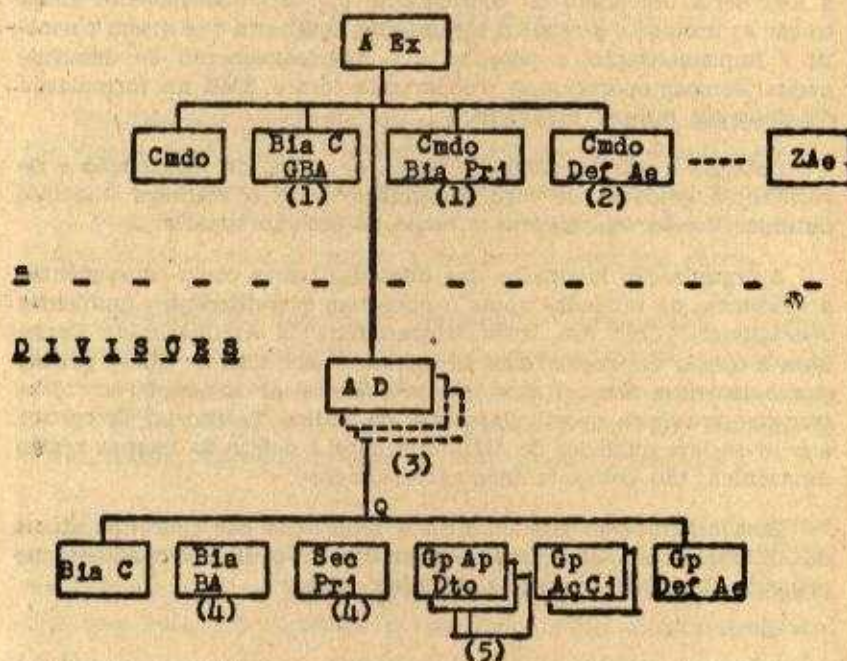


Figura 3 — Uma organização para a Artilharia de Campanha brasileira

- (1) Se reintegra das Bia BA (ou Sec Proj), que se encontram nas AD, quando em exercícios conjuntos ou em operações.
- (2) Encarregada de executar as normas de Defesa Aérea traçadas pelo EME ou pelo Cmdo Def Ae. Liga-se com a ZAe para coordenação.
- (3) Tantas AD quantos forem os Cmdo de Div, ou conjunto de 2 ou mais Bda Independentes.
- (4) A AD exerce o comando operacional e administrativo até que se reintegre, quando necessário, ao respectivo comando existente no Exército.
- (5) Tantas quantas forem as peças de manobra da Divisão, ou Bda Independentes (2 ou mais).

6. CONCLUSÕES

A necessidade imperiosa de tornar a nossa Artilharia operacional exige de início uma estrutura de comando que, em tempo de paz, seria representado pelos Comandos de Artilharia de Exército e de Artilharia Divisionária. A AD seria o comando técnico e operacional por excelência, dotado com todos os meios para prestar à GU de Infantaria ou Cavalaria um apoio de fogo terrestre eficiente; a AEx seria um órgão de coordenação das AD, cabendo-lhe ainda traçar as normas e diretrizes técnicas de Artilharia que visem permitir a implementação, a pesquisa e o aperfeiçoamento de determinadas técnicas operacionais, cooperando com o EME na formulação da doutrina militar brasileira.

Dotando a AD de meios de busca de alvos, de iluminação e de suficientes unidades de fogo, possibilitaríamos o emprêgo imediato de uma Divisão sem esperar o apoio do escalão superior.

A organização intrínseca das unidades traria como consequência a existência de unidades aptas a operarem nos diferentes ambientes operacionais. Com isso, seria "ressuscitada" a Artilharia de Dorso, apta a operar em regiões não só montanhosas, mas de difícil acesso, que caracteriza muitos dos possíveis locais de emprêgo da força terrestre brasileira (particularmente na Defesa Territorial Terrestre) e criar-se-iam unidades de Artilharia para a defesa da imensa região Amazônica, tão cobiçada internacionalmente.

Essa organização possibilitaria a ampliação dos conceitos atuais de ARTILHARIA, bem como apresentaria novo dimensionamento no princípio de FOGO na nossa doutrina militar.

O Educador é o artista por excelência, porque talha, não na madeira; porque esculpe, não no mármore; porque burila, não as pérolas; porque lapida, não o diamante frio e sem vida, mas o espírito mil vêzes mais nobre, mais delicado, mais lúcido, mais precioso que os mais preciosos minérios!

Pro XI

REGIAO AMAZÔNICA : UM OUTRO BRASIL... QUASE SEM BRASILEIROS

Recentemente perguntaram ao Ministro Mário Andreazza o significado da expressão "BRASIL GRANDE". O Ministro definiu-a como uma simbiose, isto é, a mescla de um estado de espírito preparado para feitos de redenção e a capacidade de realizá-los numa dimensão física igual à própria grandeza do território pátrio.

O Programa de Integração Nacional é consequência, portanto, da coragem e determinação de um Governo disposto e decidido a romper com estruturas medievais que têm mantido o Brasil dentro de um panorama estreito onde os grandes problemas nacionais se estratificam, atravessando décadas sem serem enfrentados.

Como se não bastassem a acomodação e o desinteresse de alguns, empreendimentos como a Transamazônica passam a constituir alvo predileto de críticos, cujo ecletismo, nessas horas, ganha ênfase e destaque, buscando fórmulas e sugerindo opções nunca lembradas antes.

A mais atual, por exemplo, é a falta de estudos de viabilidade econômica que deveriam preceder à construção da rodovia. Evidente aí a intenção acadêmica. Primeiro porque, não há como, em face das próprias condições geográficas, de solo e clima, de flora e fauna, de solo e subsolo, estabelecer-se índices, atuais ou progressivos, na área sócio-econômica, para dotar o Governo de elementos capazes de definir uma relação benefício/custo. Segundo, porque há razões muito mais fortes que transcendem a determinados valores e que obrigam as autoridades brasileiras a solucionar, de uma vez por todas, problemas ligados a uma área de sensibilidade internacional. Terceiro, porque é preciso integrar todas as regiões para que aproximem níveis de cultura e capacidade econômica. Vale dizer que as distor-

ções existentes hoje, 470 anos depois de Cabral, constituem um estigma, uma mancha, paradoxal à própria generosa formação de um povo e que se representa por uma degradante percentagem de analfabetos, moléstias endêmicas ou epidêmicas e de um poder aquisitivo que elimina, de pronto, o acesso às benesses que a tecnologia mundial está produzindo.

A esse quadro, acrescente-se o problema da seca nordestina do qual no centro-sul tem-se uma vaga e diluída idéia. O choque à sensibilidade decorre muito mais da leitura romanceada dos êxodos cíclicos, ou dos filmes coloridos onde se focalizam personagens lendários, do que a exata noção do sub-humano chocante, vencido e humilhado.

A revolta e a amargura que se condensou numa frase do Presidente Médici, é o reflexo do que, por certo, pensa o restante do povo brasileiro que também não deve e não pode "suportar isso".

A síntese dessas considerações, excluídas as áridas explanações técnicas, evidenciam a necessidade de encarar-se soluções como da Integração Social, e do Mobral, como que, as próprias fundações do novo edifício da sociedade brasileira, formando a infra-estrutura que projetará o País para rumos que a capacidade das próximas gerações — e só elas — serão capazes de orientar e decidir.

Na realidade, a Transamazônica não se traduz pelos 1.290 km que serão construídos em sua primeira fase. Ela é representada por um corte horizontal que parte do Atlântico, na altura do Nordeste, atingindo o Acre. Até a cidade de Picos, no Piauí, partindo de Recife e João Pessoa, infletem em arco, duas rodovias asfaltadas — as BRs 230 e 232 —. A partir de Picos, o trecho de 1.290 km alcança Pôrto Franco, no Maranhão, onde se conecta com a Belém-Brasília, passando por Jatobal e Altamira, no Pará, aí confluindo-se com a Cuiabá-Santarém — em construção pela D.V.T. — a 10 km de Itaituba, onde sua primeira fase termina. Posteriormente alcançará Humaitá, no Amazonas, anexando-se à malha de rodovias que se estão implantando, tais como, Pôrto Velho-Rio Branco e Pôrto Velho-Manaus.

Além de glebas agricultáveis semelhantes às existentes em São Paulo e Sul de Mato Grosso, alguns dos levantamentos que foram

possíveis realizar atestaram o seguinte quadro na área da prospecção e exploração de minerais: Na Serra dos Carajás, a sudeste do Pará, um afloramento de minério de ferro da ordem de 400 milhões de toneladas. Ao longo do Tocantins, um lençol diamantífero produzindo em exploração primária, 20 a 30 mil quilates anuais. Em Itaituba, entroncamento da Transamazônica com a Culabá-Santarém, depósitos auríferos, explorados em forma de garimpagem desde 1959. No médio e alto Xingu, formação prospectiva para cobre e chumbo. Os sedimentos paleozóicos da Bacia Amazônica encerram importantes depósitos de calcários e evaporitos fazendo parte da formação geológica de Itaituba e Nova Olinda. Depósitos de manganês foram identificados no Sul do Estado do Pará, entre os rios Branco e Vermelho.

Algumas providências acauteladoras vão permitir ao longo da rodovia, a preservação das reservas florestais, não só mantendo íntegro o equilíbrio biológico, como permitindo a implantação de uma sistemática e tranqüila reforma agrária, despida dos pruridos demagógicos muito comuns a outras regiões brasileiras. Trata-se de bloquear uma área de 10 quilômetros em cada margem e por todo o traçado da estrada, ao longo da qual serão montados acampamentos que, agora, se constituem nos embriões colonizadores para transformarem-se, paulatinamente, nas cidades futuras. Esses acampamentos serão representados por núcleos de trabalhadores nordestinos, cuja mão-de-obra a seca tornou ociosa.

Se não bastassem, portanto, razões de caráter social, de segurança nacional e de ordem econômica que, por si só, justificassem a obra, vale alinhar, em síntese, outros motivos que a situam como inadiável e prioritária:

- 1.º — A Amazônia absorve 56 por cento do território brasileiro e é habitada por menos de 5 por cento de sua população, ou seja, aproximadamente, 1,5 habitante por km².
- 2.º — As fronteiras do Brasil, ao Norte e Oeste, com os países da América Latina, são praticamente inacessíveis em cerca de 77 por cento.
- 3.º — Os nordestinos abandonam o sertão procurando mercados de trabalho nos centros urbanos já saturados. Há que oferecer-

lhes uma outra oportunidade traduzida pelas potencialidades intrínsecas à Amazônia.

- 4.º — A Bacia Hidrográfica do Amazonas, isoladamente, não pode, a um tempo, transportar, colonizar e desenvolver. A rodovia cortará os afluentes meridionais do rio-mar, atingindo seus pontos distantes e fluindo as atividades concentradas nos portos fluviais.
- 5.º — As riquezas minerais devem ser industrializadas e transformadas para servir ao Brasil e à sua emancipação económica.
- 6.º — Para harmonizar a concepção básica do Plano Nacional de Viação, de que os benefícios propiciados pelas vias de transporte são maiores na razão direta de sua integração, a rodovia Transamazônica dá continuidade para o Oeste as rodovias que já existem no Nordeste, ligando-as às aquavias.

Finalmente, os incentivos fiscais produzirão recursos não inflacionários — no período de 71 a 74 — constituindo fundos para o Programa de Integração Nacional. A Transamazônica custará, mais ou menos, 320 milhões de cruzeiros. O retorno desse capital não deve ser medido senão através dos resultados oriundos de uma solução nova para um elementar princípio de justiça social, integrando massas de brasileiros às etapas de uma sociedade em processo evolutivo.

F O B I A S

Gen Div R/1

Dr. OLYNTHO PILLAR (*)

(FOBIA é a designação genérica das diferentes espécies de medo mórbido. A livusia traduz-se por uma aversão exagerada a determinadas causas (repugnância invencível). Ela provém das profundas camadas do inconsciente, através da imaginação, tornando-se, às vezes, um medo até biológico que, não raro, exige cuidada terapêutica psiquiátrica).

Eis a relação dos principais *medos molestos*, felizmente curáveis, que tanto afligem o homem, sobretudo na quadra hodierna de sua existência afanosa:

Acarofobia — Medo mórbido de contrair a sarna.

Aerofobia — Medo mórbido de grandes altitudes.

Aerofobia — Horror ao ar ou à impressão das correntes aéreas.

Afeofobia — Medo mórbido de ser tocado.

Agorafobia — Horror das praças, dos lugares extensos e descobertos, máxime das cidades.

Algefobia — Medo mórbido das dores físicas ou morais.

Aliadofobia — Aversão aos aliados da Primeira Grande Guerra Européia.

Amaxofobia — Medo diante de carros.

Americanofobia — Horror às coisas e costumes da América.

Androfobia — Aversão ao sexo masculino.

Anemofobia — Medo mórbido de ventanias ou de corrente de ar.

Anginofobia — Medo mórbido da angina do peito.

Anglofobia — Aversão aos ingleses ou ao que é inglês.

Antofobia — Estado mórbido caracterizado por doentio pavor das flores.

Antropofobia — Horror mórbido da sociedade ou das relações sociais; medo das aglomerações de homens.

Apiofobia — Horror às abelhas.

Aracnofobia — Medo de aranhas.

Astenofobia — Medo de parecer fraco.

Astrapofobia ou Astrofobia — Medo mórbido de raios, relâmpagos, trovões, eclipses, tempestades e astros.

(*) Da Academia Nacional de Medicina.

Ataxofobia — Horror mórbido à desordem.

Autofobia — Medo da solidão.

Bacilofobia — Medo mórbido aos bacilos.

Basiofobia — O mesmo que basofobia. Medo mórbido de andar ou de ser incapaz de andar.

Basofobia — Medo mórbido de andar.

Batofobia — (O mesmo que acrofobia).

Belonofobia — Temor exagerado de tocar em agulhas e em alfinetes.

Bibliofobia — Aversão aos livros.

Biofobia — Horror mórbido à existência ou à vida em sociedade.

Brasilofobia — Aversão aos brasileiros e às coisas do Brasil.

Brontofobia — Terror doentio de trovoadas.

Cacofatofobia — O mesmo que cacofonofobia. Aversão aos cacófatos.

Cacofonofobia — Aversão exagerada à cacofonia.

Cancerofobia — Medo do câncer.

Canidofobia — Aversão aos cães.

Cardiofobia — Medo exagerado às doenças do coração.

Catisiofobia — Medo de ficar sentado (às vezes pela dor).

Catisofobia — O mesmo que catisiofobia. Medo de ficar sentado (às vezes pela dor).

Cenofobia — Medo mórbido dos lugares extensos, descobertos ou desabitados.

Ceraunofobia — Medo mórbido de raios.

Cibofobia — Aversão a qualquer alimento.

Cinofobia — Medo mórbido de cães.

Ciprídofobia — O mesmo que ciprifobia. Medo mórbido de copular ou de contrair doenças venéreas.

Ciprifobia — Medo mórbido de copular ou de contrair doenças venéreas.

Claustrofobia — Medo mórbido da clausura ou dos pequenos espaços.

Cleptofobia — Medo mórbido de se não pagar o que se deve, ou pagar com dinheiro falso.

Clerofobia — Aversão pelos sacerdotes.

Colerofobia — Medo mórbido à cólera-morbo.

Cremnofobia — Medo mórbido de precipícios.

Crimofobia — Impossibilidade de aclimação em regiões frias.

Crisofobia — Aversão ao ouro, às riquezas.

Cromofobia — O mesmo que cromatofobia. Aversão a determinadas cores.

Coprofobia — Horror às fezes.

Cristalofobia — Medo mórbido dos objetos de vidro ou cristais ou de seus fragmentos.

Cristofobia — Ódio a Cristo.

Cromatofobia — Aversão a determinadas cores.

Dematofobia — Horror dos espaços apertados.

Demofobia — Aversão ao povo.

Demonofobia — Medo do demônio.

Dendrofobia — Aversão ou inimizade às árvores.

Dermatofobia — Temor mórbido de sofrer lesão cutânea.

Dextrofobia — Horror aos objetos colocados à direita da pessoa.

Dinofobia — Medo mórbido de vertigem.

Dismorfobia — Medo de se tornar disforme.

- Domatofobia** — Aversão aos espaços pequenos.
- Dorafobia** — Aversão ao pêlo ou à pele dos animais.
- Eclesiofobia** — Horror às igrejas.
- Ecmofobia** — Medo mórbido de objetos pontudos.
- Efediofobia** — Horror aos preparativos de viagem.
- Eleurofobia** — Ódio à liberdade.
- Elurofobia** — Medo aos gatos.
- Enofobia** — Horror ou aversão ao vinho.
- Eremofobia** — Medo à solidão.
- Erentofobia** — Medo mórbido de enrubescer.
- Ergasiofobia ou Ergofobia** — Aversão mórbida ao trabalho.
- Eritrofobia** — Aversão ao vermelho.
- Erotofobia** — Medo mórbido do congresso sexual.
- Escopofobia** — Medo mórbido de ser visto.
- Escotofobia** — Medo mórbido à escuridão.
- Esquiofobia** — Medo da sombra.
- Estasiobasiofobia** — O mesmo que estasiofobia. Medo de caminhar erecto.
- Estasiofobia** — Medo mórbido de ficar em pé.
- Fengofobia** — Medo à claridade ou luz viva.
- Fobofobia** — Medo de ter medo.
- Fonofobia** — Horror aos sons rimados ou monótonos e medo mórbido de falar em voz alta.
- Fotofobia** — Intolerância à luz.
- Francofobia** — Aversão aos franceses ou às coisas da França.
- Galicofobia** — O mesmo que galiofobia. Aversão à França, aos franceses.
- Galofobia** — Horror ou ódio à França ou aos franceses.
- Gatofobia** — Medo mórbido aos gatos.
- Gefirofobia** — Horror mórbido de atravessar pontes.
- Germanofobia** — Aversão à Alemanha, aos alemães.
- Gerontofobia** — Horror aos velhos.
- Ginecofobia ou Ginofobia** — Medo mórbido de mulheres.
- Grafofobia** — Medo de escrever.
- Hafefobia** — Medo mórbido de ser tocado ou apalpado.
- Heliofobia** — Medo mórbido da luz do sol.
- Helmintofobia** — Medo mórbido de ser infestado de vermes.
- Hematofobia ou Hemofobia** — Horror ao sangue.
- Hidrofobia ou Higrofobia** — Horror aos líquidos.
- Hipnofobia** — Medo de dormir.
- Hipsofobia** — Medo das alturas.
- Hispanofobia** — Aversão aos espanhóis ou às coisas da Espanha.
- Ictiofobia** — Medo mórbido aos peixes.
- Indofobia** — Aversão aos indígenas ou a seus objetos e costumes.
- Italianofobia ou italofofia** — Ódio aos italianos ou aversão ao que é da Itália.
- Iodofobia** — Medo mórbido dos remédios que contêm iodo.
- Iofobia** — Temor mórbido dos venenos.
- Jesuitofobia** — Aversão aos jesuítas.
- Lactifobia** — Repugnância absoluta ao leite.
- Lalofobia** — Medo mórbido de falar, associado à gagueira.

Latinfobia — Aversão aos latinos.

Leprofobia — Medo exagerado à lepra.

Letmfobia — Medo mórbido aos precipícios.

Lissofobia — Tentor mórbido da hidrofobia.

Literofobia — Aversão às letras, à instrução.

Lusitanofobia ou **Lusofobia** — Aversão aos portugueses ou às coisas de Portugal.

Maieusofobia — Medo mórbido do parto.

Mellisofobia — Medo mórbido às abelhas.

Melofobia ou **Musicrofobia** — Aversão à música.

Metalofobia — Repugnância mórbida a tocar em metais.

Microfobia — Medo mórbido de micróbios ou objetos pequenos.

Millitofobia — Aversão à vida militar; ódio aos militares.

Mirmecofobia — Aversão às formigas.

Misofobia — Medo mórbido dos contatos.

Mitofobia — Medo mórbido à mentira.

Monofobia — Medo mórbido da solidão.

Necrofobia — Medo mórbido da morte.

Negrofobia — Ódio ou aversão aos negros.

Neofobia — Aversão a tudo o que é novo e a progressos.

Nictofobia — Medo mórbido da noite.

Nobillifobia — Aversão a títulos de nobreza.

Noctifobia — Horror às trevas, à noite.

Nosofobia — Medo de adoecer, que leva o indivíduo a tratar-se de doenças que não tem.

Oclobia — Medo mórbido à multidão e à plebe.

Odinofobia — Medo mórbido à dor.

Ofidofobia — Medo mórbido às serpentes.

Osmidofobia — Intolerância por certos cheiros.

Padrofobia — Ódio aos padres.

Paleofobia — Aversão às coisas antigas.

Panfobia — O mesmo que panto-

fobia. Medo mórbido de tudo.

Parasitofobia — Medo de contrair moléstias cutâneas parasitárias.

Patofobia — Medo ou receio angustioso de qualquer doença.

Patriofobia — Aversão à pátria.

Pedofobia — Aversão mórbida às crianças.

Pirofobia — Medo mórbido do fogo.

Ponofobia — Medo anormal da dor. Aversão ao trabalho.

Potamofobia — Medo mórbido dos rios.

Pseudofobia — Medo mórbido do que desgosta, mas que não causa dor, nem molesta.

Psicopatofobia — Medo mórbido das doenças mentais.

Psicrofobia — Horror ao frio.

Querofobia — Tristeza que sentem alguns doentes pela alegria dos outros.

Quimofobia — Medo mórbido de tempestades.

Riparofobia — Horror da sordidez, da sujidade.

Romanofobia — Aversão a Roma antiga, à Itália, à Igreja Católica.

Russofobia — Aversão à Rússia ou às coisas russas.

Semitofobia — Ódio aos semitas.

Siderodromofobia — Medo mórbido dos caminhos de ferro.

Sifilofobia — Temor da sífilis, das doenças venéreas.

Simbolofobia — Medo mórbido que alguns doentes têm de que seus atos possam ter significação simbólica.

Sitiofobia ou Sitofobia — Aversão aos alimentos.

Sociofobia — Aversão à sociedade. (Misantropo).

Suinofobia — Aversão aos porcos.

Tabacofobia — Aversão ao fumo.

Tafofobia — Medo mórbido de ser enterrado vivo.

Talassofobia — Medo mórbido do mar.

Tanatofobia — Temor exagerado da morte.

Teofobia — Aversão a Deus ou às coisas divinas.

Teratofobia — Medo mórbido aos monstros.

Termofobia — Medo exagerado ao calor, inclusive a roupas ou cobertas quentes.

Tisiofobia — Pavor mórbido de estar ou ficar tísico.

Tonitrofobia — Medo mórbido a trovões, relâmpagos, tempestades.

Topofobia — Medo mórbido a lugares, em geral.

Toxicofobia — Medo mórbido aos tóxicos.

Tremofobia — Medo mórbido de tremer.

Tricaideicofobia — Medo mórbido ao número 13.

Tricofobia — Repugnância mórbida em tocar em certos estofos (seda, veludo etc.)

Tuberculofobia — Pavor da tuberculose.

Turcofobia — Aversão à Turquia e às coisas turcas.

Uiofobia — Aversão aos próprios filhos.

Vacinofobia — Medo exagerado à vacina.

Venereofobia — Medo mórbido às doenças venéreas.

Xenofobia — Aversão às pessoas e coisas estrangeiras.

Zoofobia — Medo mórbido de qualquer animal.

"A DEFESA NACIONAL"

O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1968, resolveu reiterar o Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL, e cujo teor é o seguinte:

"1. Reiterando, vinte e um anos depois, os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, do então Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL para a cultura profissional e geral dos militares do Exército, cumpro o dever de congratular-me com a sua atual Diretoria pelos beneméritos esforços que está empreendendo para a consolidação do prestígio crescente dessa mais antiga e mais conceituada Revista Brasileira de assuntos militares e gerais.

2. Ela continua a merecer não apenas o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interesse e a contribuição de todos os oficiais, subtenentes e sargentos, como fator preponderante da atualização dos conhecimentos e dos estudos imprescindíveis ao preparo próprio, o que constitui não apenas amor à profissão, como virtude militar, em todos os Exércitos.

3. Os que são assinantes, leitores e colaboradores de A DEFESA NACIONAL recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da cultura do Exército.

4. Esta recomendação deve ser transcrita, obrigatoriamente, nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov 68, do Ministro do Exército.)